



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**DA FORMULAÇÃO À CIRCULAÇÃO DE UMA DISCURSIVIDADE:
POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE IMAGEM E ESCRITA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Vanessa Diânifer Lopes Paula

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**DA FORMULAÇÃO À CIRCULAÇÃO DE UMA DISCURSIVIDADE:
POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE IMAGEM E ESCRITA**

por

Vanessa Diânifer Lopes Paula

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Letras.**

Orientadora: Profa. Dr. Verli Fátima Petri da Silveira

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Artes e Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**DA FORMULAÇÃO À CIRCULAÇÃO DE UMA DISCURSIVIDADE:
POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE IMAGEM E ESCRITA**

elaborada por
Vanessa Diânifer Lopes Paula

como requisito parcial para a obtenção de
Mestre em Letras.

COMISSÃO EXAMINADORA

Verli Fátima Petri da Silveira, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Carme Regina Schons, Dr. (UPF)

Caciane Souza de Medeiros, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 01 de março de 2011

Agradeço

Ao **Senhor Deus**, com muita alegria, pelo amor, pela força, pelo cuidado e proteção constante para comigo, e por estar me ensinando, a cada dia, a verdadeira essência do amor, do respeito e da humildade para com todos.

À minha orientadora, Profa. Dr **Verli Fátima Petri da Silveira**, pelo apoio constante, pelo incentivo, pela compreensão e pelas leituras atentas.

Ao **Programa de Pós-Graduação** em Letras, em especial à **Irene** e ao **Jandir**, pelas constantes ajudas e orientações.

Ao **Laboratório Corpus**, lugar em que pude compartilhar com colegas as questões teóricas e analíticas.

À **CAPES**, pelos doze meses de bolsa concedida, a qual foi imprescindível à realização deste trabalho.

Agradeço carinhosamente aos meus pais **Nemias** e **Genezi**, pela compreensão, pelo apoio de sempre, pelas boas palavras e pelo amor constante e incondicional.

À minha mana **Roberta** pela atenção, pelo diálogo, pela amizade sempre presente, pelo esforço sem medida.

Ao **Rogério**, meu noivo, por sempre ser paciente comigo, apostando em meus sonhos e me fazendo feliz.

Agradeço aos amigos e colegas **Ivanise, André, Caciane, Daiane D., Daiane S., Nina, Angélica, Daniela, Francine** e **Carina**, amigos que me incentivaram em muitos momentos, sempre me ajudando, de uma forma ou de outra.

Por fim, agradeço a todos os amigos queridos por terem dividido comigo tempos de alegrias e de tristezas, amigos que sempre estão me surpreendendo e torcendo por mim.

Ainda que tivesse o dom da profecia,
e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência,
e ainda que tivesse toda a fé
de maneira tal que transportasse os montes,
e não tivesse amor,
nada seria.

(Paulo de Tarso)

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 (Q.1)	28
QUADRO 2 (Q.2)	32
QUADRO 3 (Q.3)	74
QUADRO 4 (Q.4)	88
QUADRO 5 (Q.5).....	93
QUADRO 6 (Q.6).....	95

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A	123
ANEXO B	125
ANEXO C	128
ANEXO D	130
ANEXO E	131
ANEXO F	132

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
------------------	----

CAPÍTULO I – CONSTRUINDO O DISPOSITIVO TEÓRICO E METODOLÓGICO

1.1 Com relação ao Dispositivo Teórico	24
1.2 A palavra-chave é discurso: do texto ao discurso	26
1.3 Com relação ao Dispositivo Analítico	37
1.4 Acerca da proposta metodológica	54

CAPÍTULO II – SOBRE O 'ENTORNO' DO CORPUS DE PESQUISA: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

2.1 História e funcionamento da palavra <i>impeachment</i>	58
2.2 A “configuração técnica” do discurso da mídia e as Condições de Produção	65
2.3 O espaço urbano evidenciado por <i>práticas sociais</i>	73
2.4 O ‘dizer’ da imagem fotográfica	76

CAPÍTULO III – CONSTRUINDO A ANÁLISE DO CORPUS

3.1 Um olhar sobre a imagem: uma abordagem não dicotômica	80
3.2 A imagem como <i>operador de memória social</i>	82
3.3 Discursividades: ‘articulações discursivas’	92
3.4 O discurso da mídia: os dizeres sobre o outro	102

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES QUE NÃO SÃO FINAIS	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
ANEXOS	122

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

DA FORMULAÇÃO À CIRCULAÇÃO DE UMA DISCURSIVIDADE: POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE IMAGEM E ESCRITA

AUTORA: VANESSA DIÂNIFER LOPES PAULA

ORIENTADORA: VERLI FÁTIMA PETRI DA SILVEIRA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 01 de Março de 2011.

Na presente pesquisa propomo-nos a produzir uma reflexão e observação que nos conduza a compreender o funcionamento de algumas imagens fotográficas veiculadas pela mídia. Estas são constitutivas do *corpus* e fazem referência ao governo de Fernando Collor de Mello, Luiz Inácio Lula da Silva e Yeda Crucius, sendo as duas primeiras veiculadas na Revista Veja, e a última em um *Blog* estudantil na internet. A partir disso, tecemos algumas observações sobre a constituição do processo histórico-discursivo dessas materialidades, de onde afloram sentidos (fornecidos pelo interdiscurso), olhando para elas enquanto “práticas sociais” (PETRI, 2010), dispostas pelo que designamos ser uma ‘articulação discursiva’ que reúne imagem + escrita. Nessa perspectiva, investigamos como se dá o processo de produção de sentidos, bem como o funcionamento dessas discursividades que trazem à tona o processo de *impeachment* de 1992, no Brasil. Dessa forma, nossa pesquisa é sustentada pelo aporte teórico-metodológico da Análise de Discurso de Escola Francesa (AD), e é constituída de três capítulos. No primeiro (**Capítulo I**), abordamos os princípios teóricos e metodológicos da Análise de Discurso. Em seguida, destacamos os dispositivos e procedimentos analíticos que mobilizamos para o desenvolvimento deste trabalho. No segundo capítulo (**Capítulo II**), tratamos a construção do objeto de análise, bem como fazemos um levantamento das condições de produção que circunscrevem o objeto, como a palavra *impeachment*, o discurso midiático e sua divulgação por meio impresso (disponibilizado também eletronicamente - HTML), e o(s) cenário(s) em que se inscrevem as imagens fotográficas: o espaço urbano. No terceiro e último capítulo (**Capítulo III**), realizamos as análises, discorrendo sobre a constituição linguístico-discursiva das imagens fotográficas, considerando-as como “práticas sociais” que se articulam discursivamente, unindo imagem e escrita para produzir sentidos.

Palavras-chave: imagem, discurso, memória, *impeachment*, “prática social”.

ABSTRACT

Master's Dissertation
Post-Graduation Program in Languages
Federal University of Santa Maria

FROM FORMULATION TO THE DISCOURSE MOVEMENT: POSSIBLE RELATIONSHIPS BETWEEN IMAGE AND WRITING

Author: VANESSA DIÂNIFER LOPES PAULA
Counselor: Prof.^a Dr. VERLI FÁTIMA PETRI DA SILVEIRA
Place and Date of Defense: Santa Maria, March 1st 2010

This work aims to produce a reflection and observation that conduce to understand the functioning of some photographic images spread by the media, which constitute the research *corpus*. It makes reference to the governments Fernando Collor de Mello, Luiz Inacio Lula da Silva and Yeda Crucius. The two first images was published in the Veja Magazine and the last of them in a student blog on the internet. From this, the work weaves some observations about the process constitution historical-discursive of these materialities, where emerge meanings (supplied by interdiscourse), looking at them while “social practices” (PETRI, 2010), arranged according with the designation ‘discursive articulation’ that gathers image + writing. In this perspective, the research investigates how occurs the meanings produce process and the functioning of these discourses that emerge the 1992 impeachment process, in the Brazil. So, the research has by theoretical support the Discourse’ Analysis of French line (DA) and is constituted by three chapters. The first (Chapter I), approaches the theoretical and methodological principles of Discourse’ Analysis. Then, it highlights the analytical dispositive and proceedings that mobilize the development of this work. The second chapter (Chapter II), refers to the analysis object construction and also makes an appointment of the production’ conditions that constituency the object, as the impeachment word, the media discourse and its spread by printed way (also available electronically – HTML), and the place that the photographic images are inscribed: the urban space. The third and last chapter (Chapter III), carries the analysis, approaching the linguistic-discursive constitution of the photographic images, considering them as “social practices” that articulates discursively gathering image and writing to produce meanings.

Keywords: image, discourse, memory, impeachment, social practice.

INTRODUÇÃO

“[...] a Análise de Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, implica em explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido. Produzem-se assim novas práticas de leitura”. (ORLANDI, 2007)

Pensar no discurso, nos sentidos, compreender o funcionamento dos processos discursivos, sempre estava presente quando nos propusemos a fazer a seleção de mestrado. Foi neste mesmo tempo (em 2008), enquanto aluna especial, da disciplina **Sujeito e discurso – Módulo I**, ofertada pela Pós-Graduação em Letras, em meio às discussões promovidas pelo grupo, que o interesse em Análise de Discurso e em dispositivos, foi intensificando-se, uma vez que ela é, de fato, a disciplina que trabalha com o discurso, o qual tem como materialidade a língua.

Pode estar ocorrendo a seguinte pergunta: Qual a relação da disciplina **Sujeito e discurso** com o mestrado? Explicamos. Nesta disciplina, tínhamos que desenvolver um trabalho final, um artigo, este abordando questões acerca do sujeito e/ou do discurso. Estávamos, portanto, à procura de um objeto de análise, de um *corpus*. Num primeiro momento, nosso olhar estava voltado para as questões referentes ao sujeito e à sua constituição. Nesta busca, foi, então, que pesquisando, encontramos algo que nos chamou atenção: uma reportagem sobre a crise do governo Lula, em 2005. Esta matéria trazia bastantes imagens, sendo uma com relação às eleições presidenciais das Diretas Já, outra sobre a de Collor, outras sobre a crise no governo Lula (manifestações de sindicalistas e a volta dos “caras-pintadas”). Percebemos que eram muitos os sentidos suscitados por aquelas imagens, pois uma historicidade as constituía, principalmente, porque nelas se repetia o elemento simbólico “1”, como se essas letras assumissem o papel de um

¹ A ordem das cores pode alterar nas imagens, podendo ser verde em primeiro e amarelo em segundo. O que nos interessa, porém, não é a ordem, mas as cores e a representação que as imagens passam a ter, a partir de sua circulação em nomes e pronomes, como se fossem imagens 'representativas' de *impeachment*. Conferir **Quadro 4 (Ad 6)**, p. 88-89.

link que aciona uma memória social, bem como um “operador de memória social”, conforme os textos que estava lendo à época, de Davallon (2007) e de Pêcheux (2007). Ou seja, estas imagens estavam postas em circulação na mídia (Revista VEJA), fazendo circular os sentidos e trazendo à tona uma memória já constituída e instituída socialmente acerca do *impeachment* de Collor (1992).

Com o passar da disciplina e também da seleção de mestrado que nos propomos, as imagens tornaram-se um objeto que nos instigava e nos colocava frente ao desafio de trabalhar com uma nova forma de discurso. No mesmo ano em que iniciamos o mestrado, em 2009, outra imagem foi incorporada ao *corpus* de análise. Nessa, encontramos novamente a forma “” numa faixa em protesto contra o governo de Yeda Crusius (ex-governadora do Rio Grande do Sul)². Assim, iniciamos uma busca, uma pesquisa sobre as Condições de Produção que se atrelavam às imagens, as quais viabilizavam os efeitos de sentidos; queríamos respostas, queríamos uma solução. Não tão logo, percebemos que não havia respostas, e muito menos solução, pois a Análise de Discurso (Doravante AD) não busca ver o que está por trás de um texto, com suas 'intenções', nem se apressa a encontrar uma verdade, mas nos fornece dispositivos que possibilitam um *gesto interpretativo*, de lançar o olhar sobre o objeto de análise, a fim de compreender seu funcionamento, enquanto materialidade significativa, de natureza linguístico-histórica. Desse modo, esta pesquisa vem apresentar-se como uma tentativa de compreender esse processo de produção de sentidos que se instala por uma materialidade discursiva, tentando fazer uma leitura o menos subjetiva possível, tendo como mediação os pressupostos teóricos e analíticos da AD.

É inevitável não dizermos que há bastante tempo a imagem nos instiga pessoalmente e que também não é de hoje que os discursivistas se deparam com o desafio de estudar a imagem – seja enquanto discurso conjugado ou não a escritos. Diante disso, a materialidade imagética nos interpela (é irresistível!) e, para esta pesquisa, será tomada em funcionamento na/para produção de sentidos. Com efeito, entendemos que aceitar o desafio de analisar a produção de sentidos que se constitui na/sobre a imagem nos impõe escolhas e implicações. Dentre as escolhas, importa destacar que consideramos as relações da imagem com a escrita; quanto às

² Ver **Quadro 1** (Ad 5), p. 28.

implicações que esta conjugação traz, destacamos a necessidade de deslocamentos, de concessões teórico-metodológicas, e da mobilização do “movimento pendular” (PETRI, 2004, p. 152)) que estabelece avanços e retomadas entre teoria e análise.

As relações que submetemos à análise vão ao encontro das reflexões que hoje estão sendo desenvolvidas na perspectiva da Análise de Discurso, no Brasil, a respeito das discursividades, das novas tecnologias da linguagem (imagens fotográficas, *outdoors*, faixas, músicas, cartazes etc.) que são exemplos das formas que a linguagem assume, nos mais diversos meios, como, por exemplo, o midiático. O discurso da mídia, ao ser formulado nas e pelas imagens, proporciona um *discurso sobre* (ORLANDI, 1990) os sujeitos governantes, no que se refere à tomada de posição dos sujeitos envolvidos no *corpus* de análise desta pesquisa. Desse modo, tem-se o desejo de se trabalhar com imagens, mais especificamente imagens fotográficas³, a fim de não só interpretá-las, mas descrevê-las para, então, verificar e compreender, a partir de nosso *gesto* (ORLANDI, 2004a) interpretativo, os diferentes movimentos de sentidos e funcionamentos dessa materialidade discursiva que resgatam uma memória social inscrita na base interdiscursiva de muitos brasileiros e desloca a prática discursiva para uma prática social.

Assim como ocorrem mudanças na atualidade, transformam-se também os objetos postos em análise, e a mídia apresenta-se como uma fonte rica para a discussão da Análise de Discurso, pois nos permite lançar o olhar sobre diversas materialidades e as distribuir de formas diferentes, o que lhes confere sentidos outros.

As imagens fotográficas, por sua vez, também irão suscitar questionamentos e discursos outros, os quais podem pressupor sentidos advindos de outras áreas do saber, mesclando imagem e escrita e privilegiando a produção de sentidos. A AD não se detém a procurar o sentido ‘verdadeiro’, mas o real⁴ sentido em sua

³A imagem estaria ligada às práticas sociais, promovendo a circulação dos sentidos, sem determiná-los como faz a escolha do fotógrafo, a lente da câmera que esconde, mas ao mesmo tempo revela seu olhar. A imagem fotográfica, desse modo, mostra-se como fruto de um trabalho que mobilizou tecnologias, e provoca o movimento do simbólico. Sendo assim, toda vez que nos referirmos à imagem, no decorrer do texto, estamos considerando-a como fotográfica e de circulação midiática.

⁴Pêcheux (2002) nos diz que “há real, isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode não ser 'assim'. (O real é o impossível... que seja de outro modo). Não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra” (Grifos do autor, p. 29).

materialidade linguística e histórica (ORLANDI, 2005, p. 59), e uma das práticas discursivas e sociais que interessa a ela é a imagem (PETRI, 2010). Esta, para olhares desatentos, parece ser pouco explorada em AD, porém, há muitos estudos que envolvem essa questão, como o que encontramos em **Papel da Memória** (2007). Nesta obra, observamos, tanto no texto de Pêcheux como no de Davallon, o compartilhamento de uma ideia, a de que a imagem trabalharia como um “operador de memória social”, pois comporta em seu interior “um percurso escrito discursivamente em outro lugar” (PÊCHEUX, 2007, p. 51). Eni Orlandi também desenvolve trabalhos acerca da percepção visual, como, por exemplo, quando aborda temas como pichação, questões do social, do urbano nas obras **Para uma enciclopédia da cidade** (2003), **Cidade Atravessada** (2004b) e **Discurso e Políticas Públicas Urbanas** (2010), as quais estão intimamente ligadas ao que é da ordem da imagem, do visível com que trabalhamos neste estudo.

Assim, nessa mesma perspectiva, Susy Lagazzi (2008), em Campo Mourão, movimentou sentidos ao apresentar suas reflexões sobre o documentário: **Boca de lixo**, o qual retrata imagens e cenas do 'trabalho' dos catadores de lixo. Diante dessas e de tantas outras formas de observar a linguagem, percebemos que essas práticas, de acordo com os estudos pecheutianos, não possuem caminhos nem sentidos pré-estabelecidos ou traçados, uma vez que os sentidos podem ser sempre outros, quando se trata da linguagem. Por essa configuração, ainda estamos perseguindo pistas e (re)definindo parâmetros de análise em elaboração. Enfatizamos que é um desafio constante trabalhar com a imagem, como também com os seus periféricos, os escritos que se articulam a ela, os quais se configuram, para nós, como 'articulação discursiva'⁵ (Doravante Ad) que leva a uma “prática social⁶” (PETRI, 2010).

Na presente pesquisa, propomo-nos a produzir uma reflexão e observação que nos conduza a compreender o funcionamento de algumas imagens veiculadas

⁵ Vamos discutir esta noção no decorrer do trabalho, a partir dos pressupostos teóricos de Pêcheux (2009), quando se refere aos elementos constitutivos da estrutura do interdiscurso: o “pré-construído” e a “articulação”.

⁶ Tal como trata Petri (2010) em *De “garganta do diabo” para “ponte sobre o vale do menino deus”*: reflexões acerca das práticas sociais e dos modos de designar o espaço público. Cada vez que nos referirmos a prática social em nosso trabalho, estaremos partindo das reflexões da autora neste artigo, no qual a imagem é tomada como prática social.

pela mídia⁷ enquanto objetos discursivos constituídos de escritos e de imagens. Nesse caso, então, tratamos acerca da união entre imagem e escrita, investigando como se dão os processos de produção de sentidos, bem como seu funcionamento e instauração de um discurso de *impeachment*, constituídos a partir da imagem + escrita, que funciona como uma “prática social”. O *corpus*, constitutivo de imagens fotográficas, faz referência ao governo de Fernando Collor de Mello, Luiz Inácio Lula da Silva e Yeda Crusius e foi veiculado em revista de circulação no Brasil, a Revista Veja, como também em um *Blog* estudantil, em matérias encontradas, respectivamente, na seção Brasil-Edição 1105, do dia 15 de Novembro de 1989 e na Edição 1917, do dia 10 de Agosto de 2005; e, em 2009, em um *Blog*, com características de um *site* de movimentos estudantis, na internet⁸. Estas imagens pressupõem um mesmo referente: o governo do ex-presidente Collor, pois no decorrer de nossas investigações, percebemos que há uma relativa aproximação entre os diferentes discursos *sobre* os sujeitos: de um lado, os governos federais de Collor (no ano de 1992) e de Lula (no ano de 2005), de outro lado, o governo de Yeda Crusius (no ano de 2009), ex-governadora do Rio Grande do Sul (RS), sendo que estas relações, estabelecidas pelas aproximações entre os governos, movimentam o interdiscurso, a memória discursiva de muitos brasileiros, para que se lembrem da crise no governo Collor (1992). Consequentemente, isso produz um *discurso sobre* esses governantes, promovendo um imaginário sobre a posição que estes sujeitos ocupam. Tais relações, por sua vez, são sustentadas pela presença de um elemento icônico⁹ em comum, como se fosse uma imagem da letra, sendo, neste momento, entendido por nós como um elemento histórico e discursivo: a forma “**ll**”, como assim é apresentada no *corpus* sob análise. Este elemento é tomado em nosso trabalho como elemento simbólico, uma vez que carrega e agrega outros discursos alojados no interdiscurso. Referimo-nos a este como uma forma estilizada e ideologizada pela mídia. É pela noção de memória, e pelo efeito de *pré-construído*¹⁰, que esta forma vem funcionar, retomando um dizer, um saber do

⁷ Mídia impressa e mídia eletrônica, as quais são explicitadas na sequência de nosso trabalho.

⁸ [HTTP://www.clicrbs.com.br/blog/jsp/default.jsp?source=DYNAMIC.blogDataServer.getBlog&uf=1&local=1&template=3948.dwt§ion=Blogs&post=156709&blog=218&coldir=1&topo=3951.dwt](http://www.clicrbs.com.br/blog/jsp/default.jsp?source=DYNAMIC.blogDataServer.getBlog&uf=1&local=1&template=3948.dwt§ion=Blogs&post=156709&blog=218&coldir=1&topo=3951.dwt), acesso em 16/04/2009.

⁹ O elemento aqui destacado já tem uma história e nos remete à memória nacional, por isso produz sentidos x e não y, o que permite colocar os três governantes no mesmo 'patamar'.

¹⁰ Definido e discutido em *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, como aquele que reclama por sentidos, que chama estes para impor a 'realidade' e seu 'sentido' sob a forma da universalidade. Pêcheux (2009, p. 164).

pensamento. Dentre estas imagens, as quais foram citadas logo acima, recortamos outras imagens fotográficas trazidas à baila, com a finalidade de ilustrarmos e desenvolvermos nossas questões analíticas. Para tanto, optamos por identificá-las à medida que forem aparecendo.

A partir disso, tecemos algumas observações sobre a constituição do processo histórico-discursivo dessas materialidades, de onde afloram sentidos. Ao propormos compreender o funcionamento do discurso produzido pelas imagens, consideramos que este não deixa de possuir as características do que Zen (2007) chamou de *discurso complexo*¹¹, nem mesmo deixa de ser, em sua forma constitutiva, um *arranjo simbólico (AS)*¹², conforme Medeiros (2010) o considera, mas que é também por uma 'articulação discursiva'¹³ que os sentidos são produzidos. Articulação que é necessária, quando priorizamos uma materialidade ideológica, como a da mídia, e que, de antemão, a entendemos como uma prática social, constituída pela conjugação: imagem + escrita. Há, desse modo, o deslize de sentidos que produz o efeito de proximidade entre os três governos em questão, instaurando um imaginário de características semelhantes aos três governos. Ou seja, as imagens fotográficas poderiam estar significando e funcionando sob a forma de um elemento que aciona toda uma memória social já elaborada, um *flagrante*¹⁴.

Nesse sentido, tomamos o discurso como algo muito maior do que uma “visão de mundo” determinada - a qual, necessariamente, está vinculada a de seu(s) autor(es) e à sociedade em que atua(m) - mas que também é sobredeterminado por outros elementos, tais como a mobilização deste pela mídia, enquanto memória (metálica), pois a imagem faz retornar, na forma de um pré-construído, aquilo que se encontra interdiscursivamente, sempre no “já lá” que retorna, parafrasticamente, no interior de sua aparição; e, principalmente pelas condições de produção (CP). Com

¹¹ Termo cunhado por Tânia Zen, em sua tese de doutoramento (2007), quando se refere ao discurso produzido pela crônica fotográfica.

¹² A autora toma a imagem como uma discursividade, a qual é substanciada pela interdiscursividade, pelo simbólico, por aquilo que já faz sentido, pelo que já existe em um imaginário social pré-construído e que foi socialmente legitimado.

¹³ Buscamos, para este trabalho, mobilizar este conceito, o de 'articulação discursiva', uma vez que entendemos ser ele uma representação da conjugação: imagem + escrita e, sendo assim, pode nos dar sustentação para olharmos a imagem e a escrita, juntas, e não de forma separada.

¹⁴ Em *Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano* (2001), Orlandi apresenta o *rap* como um exemplo de *flagrante*, o qual funciona como lembrete e traz à tona toda uma memória. Nessa mesma perspectiva, no decorrer de nosso trabalho, a imagem fotográfica apresenta-se como um *flagrante*.

relação a estas, relacionadas ao percurso e à trajetória histórica perpassada pela/na mídia, procuramos retomá-las a partir de uma proposta de análise, na qual se observa a produção de determinados efeitos de sentidos e não outros, mas em nenhum momento tentamos descobrir alguma verdade capaz de descortinar e mostrar o que pode estar escondido atrás da imagem, pois entendemos que:

A Análise de Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender. (ORLANDI, 2007, p. 26)

Nesta passagem existe uma das especificidades próprias que encontramos ao estudar a Análise de Discurso, pois o analista não possui um dispositivo analítico pronto, ele tem de buscar construí-lo, de acordo com os objetivos e as necessidades que o seu objeto de análise requer. O analista deve traçar o trajeto de sua investigação e, por um gesto analítico, construir seu método, seu dispositivo, o qual deve ajudá-lo na interpretação da matéria significativa.

Visto isso, para entendermos o funcionamento deste discurso que se estabelece pela imagem e escrita (Ad), precisamos partir de um método, de um procedimento que nos permita um contato maior com o *corpus* em análise. Dessa forma, nossa pesquisa é constituída de três capítulos. No primeiro (**Capítulo I**), tratamos sobre a base da análise que propomos – partindo dos princípios teóricos e metodológicos da Análise de Discurso de linha francesa. Em seguida, destacamos os dispositivos e procedimentos analíticos que mobilizamos para o desenvolvimento deste trabalho.

No segundo capítulo (**Cap. II**) abordamos sobre a construção do objeto de análise e sobre o discurso midiático e suas formas de divulgação, fazendo um levantamento das condições de produção que circunscrevem o objeto. Nas duas primeiras seções deste capítulo (**2.1 e 2.2**), contemplamos as questões ligadas à história, como uma tentativa de recuperação de uma memória em torno da palavra

impeachment. Pensando no evento histórico do *impeachment* de Collor, em 1992, no Brasil, observamos o processo em que a materialidade discursiva, a imagem, marcada especialmente pela presença dos dois “**I**”, rememora tal evento. Para compreendermos melhor essa discursividade, buscamos apresentar como se dá o funcionamento da palavra *impeachment*, principalmente no cenário político brasileiro, quando aparece, de forma bem marcada e divulgada pela mídia, no ano de 1992¹⁵ (ano em que estava em vigor o governo presidencial de Fernando Collor de Mello) e que reaparece em 2005, no governo presidencial de Lula e, em 2009, no governo estadual do Rio Grande do Sul, de Yeda Crusius, como é posto em circulação na mídia¹⁶. Sustentamos nossas reflexões, a partir da abordagem utilizada por Sheila Elias de Oliveira, em seu livro “*Cidadania: história e política de uma palavra*”, no que se refere ao modo como a autora busca revelar a história da palavra “cidadania”, tendo como auxílio um conjunto de dicionários brasileiros e lusitanos.

Embora o *impeachment* já tenha assombrado a outros governos, como o do presidente Floriano Peixoto (1893) e do presidente Getúlio Vargas (1954), estes não constituíram um fato de memória, um *status* de memória social instaurada pela mídia¹⁷. As imagens tomam como ponto de partida a temática de *impeachment* contra o governo Collor (1992). Sendo assim, veremos como esse 'pano de fundo' ressoa parafrasticamente, entre os brasileiros, após mais de uma década, enquanto uma memória social, nos governos de Lula e de Yeda, a ponto de ser (sobre)determinante na/para constituição da imagem pública desses sujeitos, enquanto posição que ocupam: governantes.

Em face disso, discorreremos ainda nas seções seguintes: **2.3 e 2.4**, acerca do discurso midiático e sua divulgação (por meio impresso, e também em HTML). Logo, lançamos o olhar e discutimos questões relativas aos cenários em que se inscrevem

¹⁵ Tomamos como referência o período de Collor por este ter sido divulgado pela mídia, senão, o único, antes da ameaça de *impeachment* midiaticizada contra o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores - PT) e contra a governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius (Partido Socialista Democrático Brasileiro - PSDB).

¹⁶ Assim como podemos citar outros exemplos, como o caso do governador do Distrito Federal José Roberto Arruda. Podemos dizer que Collor renunciou pouco antes da votação de *impeachment* contra ele ser encerrada. Dessa forma, ele respondeu ao processo, por ser acusado de crime de responsabilidade, quando ocupava o cargo público: o de presidente.

¹⁷ Trataremos disso nas seções **3.1 e 3.2**, do **Capítulo III**.

as imagens fotográficas: inseridas no espaço urbano. No desenvolvimento desse capítulo, procuramos apresentar também quais os sujeitos envolvidos e imbricados nas imagens, ressaltando a posição que ocupam. Partimos da definição de sujeito na Análise de Discurso, a partir das abordagens pecheutianas, para, então, abordarmos as tomadas de posição dos sujeitos, entendendo que estas definições também se aplicam aos estudos do *discurso sobre*.

No terceiro e última capítulo, **Capítulo III**, fazemos uma descrição do objeto de estudo, para, então, encaminhamo-nos às análises. Procuramos traçar uma trajetória por onde a imagem perpassa. Para isso, ancorâmo-nos nas discussões frutíferas de autores como M. Pêcheux, P. Achard, J. Davallon e J. L. Durand, no livro **Papel da memória**, quando discorrem em seus textos sobre a memória em diferentes aspectos, acerca dos acontecimentos históricos e culturais midiáticos, estabelecendo relações entre a imagem fotográfica e outras discursividades.

Acrescido a esse estudo sobre a memória, sob a qual as novas formas de linguagem se instauram, podemos exemplificar com os estudos desenvolvidos na contemporaneidade por Eni Orlandi e seu grupo de pesquisadores, em Estudos Urbanos, quando analisam as pichações, pinturas, tatuagens e outras artes.

As imagens fotográficas (imagem + escrita) são consideradas como objeto simbólico que, por sua vez, no contexto midiático, apontam para um *discurso sobre* os sujeitos governantes citados. É pelo funcionamento do simbólico e do imaginário que os sentidos se atualizam em novas práticas de linguagem, a partir do que se encontra alojado no interdiscurso.

Neste último capítulo do trabalho (**Capítulo III**), entramos nas análises, partindo para as relações intrínsecas entre a imagem e a escrita, que não mais funcionam como excludentes, mas são constitutivas de um mesmo processo de produção de sentidos. Sendo assim, buscamos, com o direcionamento dos dispositivos analíticos da AD, elegidos nas seções **1.3** e **1.4** do **Capítulo I**, explicitar quais sentidos são produzidos, a partir do *corpus* de análise. Desse modo, analisamos as imagens fotográficas, enquanto discursividades, a fim de poder trabalhar com a imagem, de forma que ela não esteja separada dos 'escritos', uma

vez que a união das duas formas traduz-se, contemporaneamente, como uma “prática social” (PETRI, 2010). Os pressupostos teóricos que nortearam as investigações são os da Análise de discurso, a qual, como disciplina de entremeio, possibilitou-nos, não só visualizar as imagens, mas também estabelecer outras relações intrínsecas à materialidade discursiva.

Neste capítulo, diretamente ligada ao **Capítulo I**, damos sequência às análises, discorrendo sobre a constituição linguístico-discursiva das imagens fotográficas (constitutivas de imagem + escrita – 'articulações discursivas'/Ads), consideradas enquanto práticas sociais. Refletimos acerca das implicações que a articulação - entre imagem (foto) e escrita/legenda (letra) - suscita em relações necessárias e imprescindíveis entre o que é linguístico e o que é imagético, de forma análoga ao modo que tomamos a textualidade em relação ao discurso. Na sequência, buscamos tecer reflexões acerca do funcionamento das imagens, especificamente quando nos reportamos à dupla “**I**”, enquanto *operador de memória social*¹⁸. A memória, cujo funcionamento estudaremos nas análises, é a que possibilita lembrarmos o evento do *impeachment* de Collor, em 1992, pela repetibilidade, e traz à tona esse evento histórico.

Eni Orlandi, em entrevista à Revista Teias¹⁹, em 2006, ao falar sobre o desafio que se instaura na leitura de diferentes textos, os quais são tecidos por múltiplas linguagens, diz-nos que podemos considerar a imagem como texto, desde que guardemos suas especificidades, enquanto objetos simbólicos e significantes diferentes os quais irão produzir efeitos de sentidos específicos à sua materialidade. Neste caso, vamos tratar a imagem como um texto que suscita discursividade, uma vez que a consideramos de forma não isolada, mas articulada uma a outra. Para a pesquisadora, há uma abertura do simbólico e as diferentes materialidades, como é o caso do objeto de análise em questão, apontam para esta abertura.

Desse modo, avançamos pelos entremeios, não deixando de lado as reflexões sobre a materialidade da linguagem e da história, que instauram um lugar de equívoco em que o inconsciente e a ideologia estão funcionando. Não obstante,

¹⁸ Termo cunhado por Davallon, em “A imagem, uma arte de memória”, no livro **Papel da Memória** (2007, p. 27).

¹⁹ Revista **TEIAS**: Rio de Janeiro, ano 7, nº 13-14, jan./dez., 2006.

desejamos estudar a imagem, para refletir sobre os estudos e a prática da AD, de maneira que não se separe a forma do seu conteúdo, mas sim se possa compreender a língua não só como estrutura, mas também como acontecimento. Lembramos, ainda, que o risco de analisar o *corpus* selecionado é constante, como já afirmara Pêcheux (2007), quando se encontra diante da diversidade de discussão sobre imagem com Pierre Achard²⁰, Jean Davallon²¹ e Jean Louis Durand²²:

O risco evocado de uma vizinhança flexível de mundos paralelos se deve de fato à diversidade das condições supostas com essa inscrição: é a dificuldade – com a qual é preciso um dia se confrontar – de um campo de pesquisa que vai da referência explícita e produtiva à linguística, até tudo o que toca as disciplinas de interpretação: logo a ordem da língua e da discursividade, a da “linguagem” Barthes, do simbólico e da simbolização. (PÊCHEUX, 2007, p. 50)

Este trabalho encontrar-se-á sempre em desenvolvimento, na procura constante dos processos de significação e relações de sentidos que se estabelecem na conjuntura imagem e escrita (Ad), principalmente, no que concerne às imagens constitutivas de nosso *corpus*, em que há a particularidade de uma letra colocada em voga, como a que, por si só, reatualiza uma memória.

Como veremos nossa pesquisa não procurou privilegiar nenhuma dessas duas instâncias – a imagem ou a escrita (Ad) – mas pensá-los conjuntamente. Ao mesmo tempo, as questões atreladas a este *corpus*, como a de formulação e a de circulação tornaram-se objetos de suma importância para que se passe a uma tentativa de análise.

²⁰ Trabalha em sociolinguística e em análise de discurso.

²¹ Trabalha em semiótica e sociosemiótica do espaço.

²² Trabalha desenvolvendo pesquisas semióticas sobre a questão gestual na antiguidade ateniense clássica.

CAPÍTULO I

Constituindo o Dispositivo Teórico e Metodológico

1.1 Com relação ao Dispositivo Teórico

A perspectiva que adotamos em nosso trabalho é a da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, de orientação pecheutiana, como sinalizamos na **Introdução**. Em decorrência da posição que assumimos para fundamentar nossa pesquisa, vale ressaltar um pouco sobre a disciplina Análise de Discurso. Falaremos um pouco sobre ela, e por ela sinalizaremos o *gesto* que adotamos para este trabalho.

Eni Orlandi (2007)²³, responsável pela fundação da Análise de Discurso no Brasil, diz-nos que a AD surge nos anos 60 do século XX, constituindo-se entre as relações de três domínios disciplinares: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise, ao mesmo tempo em que estas representam uma ruptura com o século XIX. A Análise de Discurso parte de uma afirmação da Linguística de que a linguagem não é transparente, pois ela possui seu próprio objeto: a língua, sendo que esta tem sua própria ordem. Sendo assim, a AD procura mostrar que a relação estabelecida entre linguagem/pensamento/mundo não se constitui de uma relação direta e muito menos é unívoca, pois “cada um tem sua especificidade” (Ibid., p. 19). Há, por outro lado, a questão do materialismo histórico, ou seja, de que existe “um real da história de tal forma que o homem faz história mas esta também não lhe é transparente” (ORLANDI, 2007, p. 19), pois se apresenta como movimento, como historicidade que produz novos sentidos. Assim, conjugando língua e história na/para a produção de sentidos, teremos um olhar voltado para a forma material linguístico-histórica, lembrando que, para quem analisa discursos, a história não se constitui de textos em si, mas de discursividade e de produção de sentidos que esta suscita. Assim,

A história está ligada a práticas e não ao tempo em si. Ela se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos, e não a cronologia: não é o tempo cronológico que organiza a história, mas a relação com o poder (a política). Assim, a relação da AD com o texto não é extrair o sentido, mas apreender a sua historicidade, o que significa se colocar no interior de uma relação de confronto de sentidos. (ORLANDI, 1990, p. 35)

²³ Em seu livro **Análise de Discurso: princípios e procedimentos** (2007), especificamente, no Cap.1 – *O Discurso*.

Relacionado a isso, Orlandi (2007) apresenta a Análise de Discurso, a qual tem sua base estruturada em três importantes noções: a língua, a história e o sujeito. “A primeira, a língua, tem sua ordem própria, “mas só é relativamente autônoma”, o que a distingue da Linguística, pois esta reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem”. A segunda, a história, diz respeito ao real da história²⁴, este é afetado pelo simbólico, uma vez que os fatos requerem sentidos. Já a última noção, com relação ao sujeito, parte do princípio de que “o sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e o real da história” (2007, p. 20), sendo assim, o sujeito não tem como controlar a maneira com que a língua e a história vão lhe afetar. Desse modo, temos a ideologia e o inconsciente funcionando sobre ele, sobretudo quando nos reportamos aos estudos discursivos, uma vez que:

[...] não se separam forma e conteúdo e procura-se compreender a língua não só como uma estrutura mas sobretudo como acontecimento. Reunindo estrutura e acontecimento a forma material é vista como o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história. Aí entra a contribuição da Psicanálise, com o deslocamento da noção de homem para a de sujeito. Este, por sua vez, se constitui na relação com o simbólico, na história. (ORLANDI, 2007, p. 19)

Como o seu nome já pressupõe, a AD vai tratar do discurso, não de forma reduzida ao objeto da linguística, nem se deixará absorver pela Teoria Marxista e tampouco será correspondente à ordem teórica da Psicanálise (2007, p. 19). Ao contrário, a AD vem questionar a Linguística por deixar a historicidade de lado e indagar o Materialismo com relação ao simbólico e se serve da Psicanálise, considerando a ideologia do mesmo modo que a Psicanálise, como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele, sem deixar a historicidade de lado. Ao encontrar-se nesta posição, na qual há esses intervalos entre a Linguística e as outras ciências, a AD

²⁴ No tocante ao real da língua e ao da história, temos de ressaltar, antes, sobre o real. Este é definido por Lacan (1993) como tudo aquilo que não está ao alcance do imaginário nem do simbólico, mas, antes, escapa deste. A partir desta concepção, é que vamos ter o “real da língua” como lugar que admite o possível e o impossível da língua, e que, em AD, passa a ser o “real do discurso”, abarcando a dispersão, a incompletude, lugar onde o sujeito e o sentido se constituem (MILNER, Apud PETRI, 2004, p. 114).

[...] ao se constituir, ela muda de terreno e, ao mesmo tempo em que coloca questões para a linguística, no interior mesmo da linguística, também coloca problemas para as ciências sociais no interior mesmo, ou melhor, acerca dos fundamentos que as ciências sociais se constroem para se constituírem. A AD problematiza fundamentalmente, para as ciências humanas e sociais, a natureza da concepção de sujeito e de linguagem sobre as quais essas ciências se organizam. (ORLANDI, 1990, p. 27)

Entre esses campos do conhecimento, a Análise de Discurso constitui seu objeto: o discurso, sobre o qual se estrutura a prática política e materializa o encontro entre o ideológico e o linguístico, conforme a base que a sustenta.

1.2 A palavra-chave é discurso: do texto ao discurso

As relações entre a linguagem, a sociedade, a ideologia e a história, como também a produção de sentidos e a noção de sujeito são lugares por onde percorre a Análise de Discurso e também por onde caminha a nossa pesquisa. A trajetória que se estabelece dá-se pelo fato de a disciplina encontrar-se no entremeio das ciências sociais humanas, como apresentamos na seção anterior. Para que as relações possam ser estabelecidas, faz-se necessário que o analista tome o texto como “peça de linguagem de um processo discursivo” (ORLANDI, 2007, p. 72), o qual apresenta relações com a exterioridade que constitui o discurso. Enquanto texto,

[...] do ponto de vista de sua apresentação empírica, é um objeto com começo, meio e fim, mas que se o considerarmos como discurso, reinstala-se imediatamente sua incompletude. Dito de outra forma, o texto, visto na perspectiva do discurso, não é uma unidade fechada – embora, como unidade de análise, ele possa ser considerado uma unidade inteira – pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com o que chamamos sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso: a memória do dizer). (ORLANDI, 2004a, p. 54)

Desse modo, o analista parte do texto na perspectiva do discurso e não o vê de forma empírica, como sendo fechado, com um início, meio e fim marcados, ao

contrário, ele considera a existência das relações de sentido que se estabelecem no e pelo discurso, devido a sua exterioridade constitutiva, como podemos observar no **Quadro 1- (Q. 1) – Circulação dos sentidos: entre ascensão e queda**, que reúne cinco (5) **Ads** norteadoras deste trabalho, sendo quatro delas nosso recorte: **Ad2, Ad3, Ad4 e Ad5**. Conforme mencionamos na introdução da presente pesquisa, tomamos estas imagens como que estruturadas em 'articulações discursivas', as quais movimentam sentidos. Este conceito será mais trabalhado na sequência de nosso estudo, nas seções **2.3 e 2.4**, do **Capítulo I**. Vejamos, então, o quadro a seguir, em que as setas apontam a circulação, a movimentação dos sentidos:

Q.1 – Circulação dos sentidos: entre ascensão e queda



Ao apresentar este quadro, podemos verificar a movência dos sentidos pela forma recorrente (paráfrase) do elemento “**II**”. A circulação dos sentidos pode ser percebida nas relações que as imagens estabelecem entre si. Temos, por exemplo, a **Ad1**²⁵ que retrata o comício das Diretas Já, no Largo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. A partir dessa articulação, podemos verificar que as cores (verde e amarelo) predominam na multidão pelo efeito da iluminação, e também são encontradas na palavra “**Já**”, da **Ad2**²⁶. Temos na sequência das articulações (**Ad3**, **Ad4**, **Ad5**, **Ad6** e **Ad7**) a circulação dos sentidos, de como que a partir do mesmo, daquilo que se repete, há deslocamentos para o diferente, pois, na **Ad3**, **Ad4** não encontramos mais uma manifestação do povo pelas “Diretas Já”, mas sim uma campanha de apoio ao presidente Fernando Collor de Mello (ascensão ao poder), sendo que as cores encontram-se 'coladas' ao nome do presidente, nas letras “**II**”. Já nas articulações **Ad5**, **Ad6** e **Ad7** as mesmas letras se mantêm, porém em outras palavras (nomes e pronome) e com outro funcionamento: um protesto contra o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e também contra o de Yeda Crusius (queda de poder: *impeachment*).

As imagens fotográficas, constituídas, por nós, como 'articulações discursivas' nos remetem ao texto, à unidade de análise que representa o discurso a partir de uma contrapartida à unidade teórica (ORLANDI, 2007, p. 69). E, desse modo, diante de um texto, o analista de discurso, imediatamente o remete a um discurso e, ao fazer assim, ele passa a considerar as relações, os jogos simbólicos, a historicidade constitutiva dessa materialidade. Diante disso, temos de saber que o texto:

[...] não é definido pela sua extensão: ele pode ter desde uma só letra até muitas frases, enunciados, páginas etc. Uma letra “O”, escrita em uma porta, ao lado de outra com a letra “A”, indicando-nos os banheiros masculino e feminino, é um texto pois é uma unidade de sentido naquela situação. E isso se refere, em nossa memória, o fato de que em nossa sociedade, em nossa história, a distinção masculino/feminino é significativa e é praticada socialmente até para distinguir lugares próprios (e impróprios...). [...]. Portanto não é a extensão que delimita o que é um texto. Como dissemos, é o fato de, ao ser referido à discursividade, constituir uma unidade em relação à situação. (ORLANDI, 2007, p. 69.)

²⁵ Fonte: <http://www.educacional.com.br/reportagens/20AnosConstituicao/> Acesso em 10/12/2010.

²⁶ Fonte: <http://jsbrj.blogspot.com/2009/07/jsb-defende-diretas-ja-na-une.html> Acesso em 10/12/2010.

Falar em historicidade é pensar na historicidade do texto em sua materialidade, é pensar no próprio acontecimento do texto como discurso e na relação que a materialidade discursiva estabelece com a exterioridade, permitindo a movência dos sentidos. Do mesmo modo, o objeto eleito para análise neste trabalho - as imagens fotográficas, enquanto Ads - tem seus sentidos, enquanto discurso que significa: o discurso de *impeachment* (abreviado por “II”) que passa a circular no governo de Collor e, após mais de uma década, vem assustar outros governos. O que interessa para a AD é o processo pelo qual o discurso está envolvido com a língua, com a história, ou seja, uma materialidade de natureza linguístico-histórica, em que a relação que se dá é enquanto

[...] uma relação com a exterioridade tal como ela se inscreve no próprio texto e não como algo lá fora, refletido nele. Não se parte da história para o texto – avatar da análise de conteúdo – se parte do texto enquanto materialidade linguístico-histórica. A temporalidade – na relação sujeito/sentido – é a temporalidade do texto. Não se trabalha assim a história refletida nele mas a historicidade do texto, isto é, trata-se de compreender como a matéria textual produz sentidos. (ORLANDI, 2005, p. 88)

As imagens do Quadro: **Q1** (p. 28) não se relacionam somente entre si, pois, enquanto discursividade, extrapolam, estabelecendo relações com a exterioridade, com a memória, com um “já-lá” interdiscursivo compartilhado em uma memória social. É pelas relações parafrásticas que o jogo de sentidos é estabelecido e faz ‘falar’ aquilo que foi dito em outro lugar, guardado na memória, que pode vir a tornar-se outro.

Consideramos em nosso trabalho o *pré-construído* como aquilo que permite uma articulação, no discurso, dentro de sua complexidade, de sua multiplicidade de formas significantes e em suas condições sócio-históricas e ideológicas. As imagens fotográficas que elencamos para este estudo prescindem de uma relação de pré-construídos, parafrasticamente, retomados na mídia. Temos como norte, para nossas análises, as condições de produção do discurso de mídia, quando esta dá visibilidade às imagens. E é pelo viés das “práticas sociais” (PETRI, 2010),

engendradas nas fotografias, em seu funcionamento histórico e ideológico que observamos o *corpus* de nossa pesquisa.

A seguir, podemos observar o quadro referente ao: **Quadro 2 (Q.2) - “pré-construído” e “articulação”**, o qual estabelece relações com o **Quadro 1 (Q.1) – Circulação de sentidos: entre ascensão e queda:**

Q2 - pré-constuído e articulação

(Ad8 – Movimentação contra Collor)²⁷



(Ad9)



(Ad10)²⁸



(Ad11)



²⁷ Edição n. 1249, do dia 26 de Agosto de 1992, da Revista Veja.

²⁸ Ad9 e Ad10: manifestações dos 'caras-pintadas' contra Collor, em 1992. Ad11: Revista Veja que veicula as imagens. Edição n. 1917, do dia 10 de Agosto de 2005.

Ao observarmos as quatro articulações presentes no quadro **Q2**, podemos dizer que elas só se articulam (enquanto imagem + escrita) pela fundamental presença do *pré-construído*, o qual nos remete a uma construção anterior e exterior - como podemos notar nas articulações (**Ad8, Ad9, Ad10 e Ad11**). O que vemos nelas é o funcionamento do pré-construído que irrompe na superfície discursiva, como se o discurso de *impeachment* estivesse atrelado à forma “||”. Ou seja, percebemos que o pré-construído nos remete às evidências, àquilo que se pode ver ou ao que se sabe em dadas condições de produção.

Podemos dizer que o discurso é um complexo emaranhado de outros textos que são trazidos à memória (enquanto pré-construídos e articulações)²⁹, quando consideramos os elementos submetidos à análise, e que o texto, enquanto objeto material, é provisório. O discurso não (se) finda, pois ele “não se fecha... É um processo em curso” (ORLANDI, 2007, p. 71), o que há são ilusões de fronteiras que se encontram imbricadas o tempo todo nas relações entre textos.

É diante dessa necessidade teórica que a Análise de Discurso trabalha com a opacidade do texto, apresentando fortemente a presença do político, do simbólico e do ideológico no funcionamento da linguagem, ou seja, a própria noção de discursividade: “a inscrição da língua na história para que ela signifique” (ORLANDI, 2005, p.21).

Ao apresentarmos o discurso como objeto da Análise de Discurso, não podemos deixar de considerar que a AD se posiciona, teórica e analiticamente, de forma diferente às posições estruturalistas americanas que classificam o discurso na instância da frase, o que corresponderia dizer que o discurso é uma frase longa, e a frase um discurso curto. Porém, a AD não compartilha com essa teoria, uma vez que o discurso “é materialidade simbólica” (ORLANDI, 1998). Somando isso à noção de funcionamento, podemos entender, em torno dos estudos discursivos, que não há como separar forma e conteúdo, uma vez que é justamente a partir dessas duas instâncias que se dá a noção de estrutura e acontecimento.

²⁹ Nas seções 1.3 e 1.4, deste capítulo, discutimos mais essas noções.

Esta noção - trabalhada fundamentalmente por Pêcheux no livro *O discurso: estrutura ou acontecimento* (1990a) - traz reflexões importantes para pensarmos o objeto de pesquisa deste trabalho, ou seja, a imagem enquanto *estrutura* e *acontecimento*. Nele, Pêcheux nos propõe pensar o discurso, partindo de reflexões sobre a linguagem, para que possamos refletir nos entremeios. De acordo com este autor, e bem como salientamos de outra maneira na seção anterior, os princípios teóricos se estabelecem nos "vãos" que as disciplinas dos três campos de saber - a Linguística, a Psicanálise e o Marxismo - deixam ver em sua articulação contraditória. Logo, são nesses "vãos" que se trabalham os procedimentos da Análise de Discurso, para que haja uma (des)construção do discurso, que é seu objeto. E, para que esta (des)construção se efetive ou, pelo menos, o seu efeito aconteça, relacionam-se outras noções, como as de Condições de produção em que o discurso é produzido e a história.

[...] o discurso é histórico porque se produz em condições determinadas e projeta-se no "futuro", mas também é histórico porque cria tradição, passado, e influencia novos acontecimentos. Atua sobre a linguagem e opera no plano da ideologia, que não é assim mera percepção do mundo ou representação do real. (ORLANDI, 1990, p. 35)

Assim, as relações estabelecidas são determinantes para que alguns sentidos se estabeleçam e não outros; bem como a história, que, pelo viés interdiscursivo, traz à tona fatos ocorridos no passado, como também projeções para o/um futuro.

Neste caso, tratar de discurso, segundo Pêcheux, é admitir o princípio de contradição, como que instituído no cerne da questão, não mais funcionando como excludente, mas considerado como constitutivo de sentidos. Para tanto, devemos considerar que, segundo o autor, o discurso não se define por ser somente uma mera transmissão de informação, mas ele é mais do que isso, é efeito de sentido entre locutores. Não se trata de uma relação de estímulo e resposta, em que há linearidade entre enunciador e destinatário (ORLANDI & LAGAZZI, 2006, p. 15), pois ambos estão/são continuamente afetados pelo simbólico. Da mesma forma, a língua não é apenas um código sobre o qual a mensagem se pautaria para transitar de um para o outro (destinatário e enunciador), uma vez que a Análise de Discurso não se

fundamenta numa relação dicotômica entre língua e fala, e sim desloca para uma relação de complementaridade entre língua e discurso, em que o social e o histórico são indissociáveis.

Assim, isso significa, segundo Orlandi,

[...] deslocar a análise de discurso do terreno da linguagem como instrumento de comunicação. Além disso significa, em termos do esquema elementar da comunicação, sair do comportamentalismo que preside a relação entre locutores como relação de estímulo e resposta [...]. (2006, p. 14)

Desse modo, compreender o que é efeito de sentidos é compreender que o sentido não está em um único lugar e nem fixo a lugar nenhum, mas se produz na e pelas relações: dos sujeitos, dos sentidos, pois sujeito e sentido se constituem mutuamente, pela sua inscrição nas múltiplas formações discursivas” (ORLANDI, 2007, p. 42-45). Implica também compreendermos que a ideologia está presente na constituição dos sentidos e dos sujeitos e também aceitarmos que estamos constantemente no jogo das diferentes formações discursivas e, envolvidos na relação entre diferentes sentidos.

Da mesma forma como o definimos, o discurso não se restringe à fala, ao texto e nem ao enunciado, mas à sua materialidade que é a língua, pois ela representa “a base comum de processos discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela” (PÊCHEUX, 2009, p. 81). Logo o discurso é afetado pela história e passível de equívoco, em virtude de sabermos que a linguagem não é transparente, como também o sentido não se limita ao conteúdo. Segundo Orlandi (2007, p. 15), a palavra discurso, em sua etimologia, dá a ideia “de curso, de percurso, de correr por, de movimento”, ou seja, é uma “prática de linguagem” em que se observa o homem falando.

Depois de o analista já ter chegado a estas reflexões e de ter perpassado a premissa de que a noção de discurso não está restrita a um esquema de comunicação, ele não pode tomar o discurso como se fosse apenas uma

transmissão de informação, como outrora salientamos, pois é a língua que possibilita o processo de significação, sendo que os demais elementos desse processo não estão separados fixamente, pois “a língua não é uma superestrutura” (PÊCHEUX, 2007, p. 82). Em face disso, temos o discurso, e não mensagem, como produto desse processo de significação. Há, constantemente, o funcionamento da língua, uma vez que é através de sua unidade que as contradições ideológicas se desenvolvem, e é por essas relações com a língua que se mantêm “entre si os 'processos discursivos'...” (Ibid., p. 83-84).

Falar em discurso implica entendermos outras noções, as quais são caras para a AD e para as discussões em nosso trabalho, como acerca da memória, da imagem, do discurso de mídia, da produção de sentidos, das condições de produção, da ideologia, do sujeito e de outras que estão atreladas a elas. Vem ao encontro a importância de que o analista faça a mediação de um dispositivo analítico, considerando a teoria e os objetivos que tem como pretensão. Sendo assim, enquanto analistas, nós temos de atingir o processo discursivo, passando a ter necessidade de compreender o processo de produção de sentidos, a fim de que as análises ganhem um estatuto de unidade. É desse modo que seguimos as análises do corpus, buscando compreender o processo em que se insere o *corpus* em análise.

1.3 Com relação ao Dispositivo Analítico

“Problematizar as maneiras de ler, levar o sujeito falante ou o leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem. Perceber que não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade. Saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar.” (ORLANDI, 2007, p. 9)

O discurso é o objeto teórico da linha de pesquisa na qual nos inscrevemos, a AD, e é ele quem oferece lugar à interpretação, ao *gesto* interpretativo (ORLANDI, 2005) que nos permite identificar as filiações ideológicas das (tomadas) de posições-sujeito e dos sentidos. Para interpretar, necessitamos de um dispositivo analítico. Nesse sentido, elegemos a AD como base teórica, construindo os dispositivos analíticos, a partir da noção de dispositivo:

[...] um processo que leva em conta a materialidade da linguagem, isto é, sua não-transparência e coloca a necessidade de construir um artefato para ter acesso a ela, para trabalhar sua espessura semântica – linguística e histórica – em uma palavra, sua discursividade (Ibid., p. 21).

Ao construirmos um 'artefato' para observar a linguagem, automaticamente, lançamos sobre o objeto um gesto interpretativo. Quando falamos em gesto interpretativo, estamos tomando-o, em conformidade ao que a autora nos declara, por uma aproximação entre interpretação e *gesto*³⁰, considerando aquela como uma prática simbólica e discursiva, a qual “intervém no mundo, intervém no real do sentido” (ORLANDI, 2005, p. 25).

³⁰ Estamos considerando, neste trabalho, o *gesto* do analista, o qual é determinado pelo dispositivo teórico que mobiliza, no caso: a AD. Seria diferente se optássemos por observar o *gesto* do sujeito comum, pois este é determinado pelo dispositivo ideológico (ORLANDI, 2004, p. 84).

O movimentar dos sentidos

Ao olharmos para a materialidade imagética, tal como se apresenta em pleno século XXI, um leque de possibilidades abre-se diante de nossos olhos: são cores, movimentos, técnicas, efeitos especiais, faixas, cartazes, vídeos, etc. e outros. O desafio constante se instaura quando consideramos a imagem e o linguístico, juntos, e não separados, na/para a produção de um discurso, pois a palavra (a língua) discursiviza a imagem, numa tentativa de descrição, de estabelecer um trajeto de leitura, de interpretação da matéria visual. E, de acordo com as reflexões de Orlandi (2007, p. 22), a língua é que nos estabelece o estado de possibilidade do discurso e os processos discursivos, que produzem sentidos, pela relação com sujeito, com a ideologia.

Como a linguagem tem uma relação necessária com os sentidos e, pois, com a interpretação, ela é sempre passível de equívoco. Dito de outro modo, os sentidos não se fecham, não são evidentes, embora pareçam ser. Além disso, eles jogam com a ausência, com os sentidos do não-sentido. (ORLANDI, 2004a, p. 9)

A produção de sentidos, quando se trata dos processos discursivos, deve ser pensada sob a forma como se estrutura o discurso, ou seja, como se dá sua produção. Para Orlandi (2005, p. 9), esse processo implica considerarmos três momentos: o primeiro é o que diz respeito à constituição do discurso, em que há a tomada de uma memória do dizer como ponto de partida. O segundo faz referência à sua formulação, considerando as condições de produção e as circunstâncias de enunciação específicas, e o terceiro liga-se ao segundo, por considerar a circulação, o *locus* do discurso. É a partir desses momentos que analisamos o *corpus* eleito para esta pesquisa, pois as imagens fotográficas, enquanto discursividades, em sua constituição, formulação e circulação (de cunho midiático), ganham vida e movimento ao mesmo tempo em que atualizam, pela paráfrase, uma memória, podendo-se, dessa forma, perceber o

Momento de sua definição: corpo e emoção da/na linguagem. Sulcos no modo de dizer. Trilhas. Materialização da voz em sentidos, do gesto da mão em escrita, em traço, em signo. Do olhar, do trejeito, da tomada do corpo pela significação. E o inverso: os sentidos tomando corpo. Na formulação – pelo equívoco, falha da língua inscrita na história – corpo e sentido se atravessam. (ORLANDI, 2005, p. 9)

Segundo a autora, formular é dar corpo às palavras, aos sentidos. É a partir da noção de *gesto*, como prática significante, que os apreendemos de forma atrelada ao sujeito e às condições de produção, “enquanto posições simbólicas historicamente constituídas” (ORLANDI, 2001, p. 9). As condições de produção (CP), neste sentido, são consideradas subjacentes à construção dos sentidos e à materialidade considerada para essas reflexões. Elas (CP), ainda, implicam a investigação de elementos históricos, econômicos e sociais que circunstancializam o lugar onde é produzido o discurso, bem como nos coloca frente ao(s) sujeito(s) e à situação; elas viabilizam a nossa incursão no espaço da memória e também da história (PETRI, 2006), pois não há corpo (nem o do sujeito, nem o da linguagem) que se encontre desprovido de sentidos, eles “se atravessam”, o corpo toma sentido, e este toma corpo.

As circunstâncias são desenhadas pelo *gesto de interpretação* como forma de atualizar o discurso. A interpretação é a própria forma do *gesto*, o acontecimento discursivo, que corporifica os sentidos e se dá sob a forma horizontal, enquanto a sua constituição se inscreve na vertical. Importa destacar o processo de formulação e circulação do discurso.

[...] o processo de formulação e circulação discursivo está localizado em um lugar de (re)produção permanente. Em sua prática de produção, a mídia tem, portanto, um lugar de seleção e de permanência desse acervo de 'saberes sobre' bem como um lugar de circulação de sentidos, a partir das escolhas do que é dito (e mostrado) e do que é silenciado ou deixado de lado; de quem participa efetivamente na definição desses saberes e de quem não está presente. (MEDEIROS, 2010, p. 23)

Decorre disso, a afirmação de que a mídia seleciona, em sua prática, o que deve ou não ser silenciado, aquilo que pode ou não ser posto em circulação. Ao

formular a mídia dá condições para que um dizer se inscreva. Ao fazer isso, temos a formulação posta no eixo intradiscursivo, na horizontalidade, onde se inscreve a linearização do dizer, e a constituição no interdiscursivo, na verticalidade.

Interdiscurso: “pré-construído”, “articulação”

No processo de análise importa destacarmos nosso interesse pela noção de interdiscurso, este é considerado como o que tem dependência do “todo complexo com dominante” (PÊCHEUX, 2009, p. 148-149), ou seja, existem ligações, ele não ocorre sozinho na verticalidade, mas está posto numa continuidade horizontal, incapaz de se dividir por completo sem estabelecer relação com o todo, com a exterioridade que lhe é constitutiva pelo domínio do *pré-construído* e das *articulações* que fazem retornar um saber no pensamento. O *pré-construído* apresenta-se como sendo “os sempre já-aí da interpretação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade – o mundo das coisas” (PÊCHEUX, 2009, p. 198).

Tanto o efeito de *pré-construído* como o de *articulação* é determinado materialmente na própria estrutura do interdiscurso. Assim, entendemos o *pré-construído* como um elemento que irrompe no enunciado, como se ele fosse pensado antes, em um outro lugar, independentemente. Do mesmo modo, o segundo estaria no interdiscurso, como sendo aquilo que evoca, também de um outro lugar, um saber, uma proposição que sustenta um dizer (PÊCHEUX, 2009, p. 101). Enquanto noção, a *articulação* é tomada como um processo que viabiliza uma substituição parafrástica, pois, ao mesmo tempo em que faz retornar um saber, é sustentado por uma ou mais proposições, bem como nos arriscamos a dizer que tem como base uma ou mais formas materiais de discursividade.

É no interdiscurso, segundo Petri (2004, p. 211), que as relações de parafrase se dão, vindo à tona, conforme sua inscrição em uma FD ou outra. Os sentidos por sua vez, provêm do interdiscurso, estão alocados nele. Segundo a autora, “é na

relação de paráfrase que o discurso se efetiva como produtor de sentidos, porque é essa relação que mantém em movimento a cadeia discursiva”, o que podemos observar na horizontalidade do intradiscurso.

Em Orlandi (1996), encontramos a discussão entre as noções de paráfrase e polissemia, que são dois processos fundamentais na linguagem. Para a autora, é difícil identificarmos o limite entre o mesmo e o diferente, pois existe uma tensão entre esses dois processos. Segundo a autora, a paráfrase é identificada como um retorno aos mesmos espaços do dizer, ao passo que pela polissemia identificamos um deslocamento, uma ruptura de processos de significação, pois ela joga com o equívoco, e a paráfrase com a estabilização. Podemos assim dizer, que a incompletude da linguagem é fruto do jogo proporcionado por esses dois processos, assim também é para com a constituição do sujeito, pois,

Se o real da língua não fosse sujeito à falha e o real da história não fosse passível de ruptura não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos. É porque a língua é sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas que o sujeito, ao significar, se significa. (ORLANDI, 2007, p. 37)

A paráfrase e a polissemia, do ponto de vista da AD, constituem-se, respectivamente, no jogo entre “matriz do sentido” e “fonte de linguagem”. Não há, portanto, sentido sem repetição, pois o dizer repetido é sustentado no saber discursivo e só há discurso, porque os sentidos são múltiplos. E, dessa perspectiva, não podemos atestar a existência de um sentido único, pois “não há um centro, há, sim, um efeito de sentido literal necessário para o controle da dispersão” (PETRI, 2004, p. 214).

Desse modo, as reflexões de Eni Orlandi contribuem para as análises, pois a partir delas podemos verificar a tensão entre o simbólico e o político, o movimento dos sujeitos e dos sentidos. Ou seja, temos sempre o trabalho contínuo da articulação entre estrutura e acontecimento no qual o homem se significa e está constantemente sujeito à falha, ao acaso, ao jogo e ao saber.

Sendo assim, ao considerarmos as relações de paráfrase e polissemia, podemos avançar no que estamos considerando enquanto articulações, uma vez que o movimento dos sentidos e dos sujeitos se dá por esses processos, sob a base interdiscursiva. Assim, torna-se possível afirmar que as imagens fotográficas são articulações que trabalham com uma *proposição* (ou mais) que evoca, pela união da imagem à escrita, um discurso que remonta o cenário do *impeachment* (1992). A noção de *proposição*, segundo Pêcheux (2009, p. 101), corresponderia àquela que “marca claramente seu caráter *incidente*: pode-se dizer que ela constitui a *evocação lateral* daquilo que se sabe a partir de outro lugar e que serve para pensar o objeto da proposição de base”³¹. A imagem + escrita, enquanto proposição, articulam-se e, dessa forma, trabalham juntas na produção de sentidos, e não de forma isolada.

O interdiscurso, desse modo, concede abertura a esse dizer, caracteriza-se como uma modalidade discursiva, na dimensão vertical e estratificada (constituindo-se sobre as noções de *pré-construído* e de *articulação*). É nessa perspectiva que entendemos as imagens fotográficas como sendo ‘articulações discursivas’, pois, ao lançarmos o olhar sobre essas articulações, temos, como ‘pano de fundo’, o interdiscurso que permite o retorno de uma memória social ao lincarmos imagem e escrita. É ele quem determina o intradiscurso (formulação), correspondente à dimensão horizontal, onde os dizeres se linearizam numa atualização.

Desse modo, podemos considerar que todo dizer se faz num ponto em que se atravessa o interdiscurso (memória). A formulação, portanto, apresenta-se como a atualização da memória discursiva, através da tomada do discurso em texto (ORLANDI, 2001, p. 11), este, por sua vez promove a circulação dos dizeres, apresentando também seus trajetos. Assim, interessa-nos mostrar esses *meios*, uma vez que eles

[...] não são nunca neutros. Ou seja, os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam (em que meios e de que maneira: escritos em uma faixa, sussurrados como boato, documento, carta, música etc.). Não há porque, na análise, privilegiar uma dessas instâncias em relação à outra. (ORLANDI, 2001, p. 12)

³¹ Grifos do autor.

Para nós, importa o meio (enquanto divulgação de uma mídia impressa e eletrônica) que se apresentam como *outdoors*, comitês e faixas. Estes nos colocam frente aos efeitos do *sempre - já* que sustenta, via interpelação ideológica, a forma como o sujeito é tomado e também sustenta o dizer da mídia, enquanto instituição ideológica que é. Assim sendo, valendo-se do *pré-construído* e da *articulação*, a mídia faz funcionar, pelo jogo ideológico com seus elementos, uma memória e traz à tona o que está posto lá no interdiscurso. Ou seja,

[...] é a ideologia que, através do “hábito” e do “uso”, está designando, ao mesmo tempo, *o que é e o que deve ser*, e isso, às vezes, por meio de “desvios” linguisticamente marcados entre constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de “retomada do jogo” [...] o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (PÊCHEUX, 2009, p. 146)³².

Desse modo, temos funcionando não só a noção de *articulação*, mas também a de *pré-construído*, o qual deixa o lugar de um passado, para funcionar num presente, pelo *efeito de sustentação* dado pela *articulação*. Assim, ele volta e ressignifica instaurando (novos) sentidos, podendo esse movimento se repetir outras vezes e de diferentes formas, nunca as mesmas.

Importa entendermos essas questões, pois elas nos colocam frente aos procedimentos de montagens e construções (das imagens fotográficas), antes mesmo de elas significarem. Isso nos permite lembrar o comentário de Pêcheux ao provérbio chinês: “Quando lhe mostramos a lua, o imbecil olha o dedo”. Sobre o qual Pêcheux comenta: “Com efeito, porque não? Porque a análise de discurso não dirigiria seu olhar sobre os gestos de designação antes que sobre os designata, sobre os procedimentos de montagem e as construções antes que sobre as significações?” (PÊCHEUX, 2007, p. 54-55). Ao comentar o provérbio, Pêcheux nos faz pensar na designação 'articulação discursiva', entendendo-a como uma forma de

³² Grifos do autor.

elencar os elementos constitutivos dessa discursividade e entender seu funcionamento, através do(s) discurso(s) que a atravessa e a constitui.

Movimentos e deslocamentos: ideologia e sujeito

O *corpus* escolhido nos mostra o que pode ou não pode ser interpretado, pois de um lado temos a imagem e de outro a escrita, que juntas parecem estabelecer uma 'parceria' no que diz respeito aos efeitos de sentidos por elas instaurados. Porém, para que essa união resulte em um sentido e não em outro, é a partir de nosso gesto interpretativo que se estabelece uma relação fundamental com a materialidade da linguagem, pois é através do funcionamento desta que percebemos a língua enquanto inscrição na história. Cabe, portanto, ao analista interpretar a partir de sua posição-sujeito, determinado pela ideologia. Não há, então, a tão sonhada objetividade e a tão desejada neutralidade, ainda que tentemos conduzir as análises de maneira menos subjetiva possível.

Desse modo, o olhar do analista deve estar atento e incidir sobre o objeto, lembrando que exigirá um *gesto* interpretativo de sua parte, lembrando que observar a ideologia é observar o funcionamento do discurso (ORLANDI, 2001, p. 13). Isso nos remete ao *corpus* que trazemos à análise, pois ele nos conduz imediatamente a um discurso, o discurso de mídia, promovido pela união de escrita e imagem, o qual incide nas tomadas de posição do sujeito (enquanto governante – Collor, Lula e Yeda), produzindo, dessa forma, um *discurso sobre*³³ esses sujeitos. Esse discurso se apresenta sendo retomado pelas “articulações discursivas” (Ads), reunindo imagem e escrita, que, por sua vez, fazem referência a uma ou a outra formação discursiva (FD) e, por fim, o discurso estabelece sentidos via formações ideológicas em funcionamento.

³³ Com relação a esses discursos, Orlandi nos diz que “os discursos sobre” são uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos. É no “discurso sobre” que se trabalha o conceito da polifonia. Ou seja, o “discurso sobre” é um lugar importante para organizar as diferentes vozes (dos “discursos *de*”) (ORLANDI, 1990, Grifos do autor, p. 37).

A relação se dá entre a Formação Discursiva (FD) e as Formações Ideológicas (FIs). Estas se caracterizam, por sua vez, por serem elementos que se confrontam numa conjuntura ideológica de uma determinada formação social. São elas que determinam os sentidos, por ocuparem uma posição numa Formação Discursiva. Assim, a FD define-se como “aquilo que, numa formação ideológica dada, [...] determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (PÊCHEUX, 2009, p. 160)³⁴. A FD permite a compreensão do processo de produção dos sentidos, os quais sempre são determinados ideologicamente. É pelo discurso que a ideologia produz seus efeitos. Sendo assim, a análise requerer um dispositivo analítico próprio à natureza do objeto, pois interpretar inevitável.

A interpretação está presente em toda e qualquer manifestação de linguagem. Não há sentido sem interpretação. Mais interessante ainda é pensar os diferentes gestos de interpretação, uma vez que as diferentes linguagens, ou as diferentes formas de linguagens, com suas diferentes materialidades, significam de modos distintos (ORLANDI, 2004a, p. 9).

Interpretar implica compreender, e para isso, Orlandi³⁵ ressalta de que é preciso teorizar e não só conhecer, mas fazer o esforço de conhecer, tendo como pressuposto de que a linguagem não é transparente e não tem propriedade privada, ela é social e histórica. Nessa mesma égide do compreender, precisamos ir além das evidências, além e aquém do que está posto a todos os olhos, uma vez que a matéria significativa e a sua percepção afetam o gesto de interpretação e dão um formato a ele (ORLANDI, 2004a, p. 12). Sendo assim, implica construirmos um dispositivo teórico e analítico de interpretação, o qual sirva de mediador entre as relações que estabelecemos e os sentidos suscitados pela discursividade em análise. As posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico são as que determinam o sentido, pois este não existe em si (ORLANDI, 2007, p. 42).

Desse modo, a noção de ideologia apresenta-se fortemente marcada em nosso trabalho, pela discursividade com que estamos trabalhando (de cunho

³⁴ Grifos do autor.

³⁵ Em entrevista concedida à **Revista Teias**, em 2006.

mediático). Em nossas análises, como veremos, a ideologia vai funcionar no discurso da mídia. A mídia, por sua vez, vai 'falar' a partir de sua posição social, de sua Formação Ideológica que é histórica e que é recorrente em suas práticas. Ao considerarmos a ideologia na/para a produção de sentidos, estamos tomando como pressuposto os efeitos de evidência que ela provoca.

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais 'todo mundo sabe' o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado 'queiram dizer o que realmente dizem' e que mascaram, assim, sob a 'transparência da linguagem', aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 2009, p. 146).

A ideologia, para a Análise de Discurso, é definida discursivamente a partir da premissa de que não há sentido sem interpretação, pois diante de um elemento simbólico, "o homem é levado a interpretar" (ORLANDI, 2007, p. 45). Ou seja, se as imagens fotográficas, em análise, correspondem a um elemento simbólico, logo, atesta a presença da interpretação e reclama por sentidos e, nesse bojo, a ideologia se faz presente.

Nesse sentido, a AD nos mostra que a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos, sendo o indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia, para que, então, se possa produzir um dizer. Assim, é pelo discurso que a ideologia é materializada. O trabalho da ideologia é a produção do efeito de evidências (articulação da linguagem e ideologia), o que instala uma relação imaginária do homem com suas condições materiais de existência. Ou seja, ao se constituir, sem saber, o sujeito é tomado (se não traído) de forma inconsciente pela ideologia, a qual sustenta a sua existência, enquanto sujeito de seu discurso.

No espaço de constituição do sujeito encontramos um ser que é histórico, marcado tanto no espaço como no tempo. Além disso, caracteriza-se por ser ideológico, pois ao falar, já indica, em seu discurso, o lugar de onde vem. Essa identificação ocorre, pelo fato de, anteriormente à sua fala, o indivíduo ter sido interpelado pela ideologia, constituindo-se, assim, em sua composição, como um

recorte do social. O dizer deste sujeito não é seu, é produto de outros dizeres historicamente constituídos; no entanto, ele tem a ilusão de que é o centro, a fonte de seu dizer. Ou seja,

Tudo o que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. O estudo do discurso explicita a maneira como linguagem e ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca (ORLANDI, 2007, p. 43).

Pêcheux (2009) afirma que “os indivíduos são interpelados em sujeitos falantes (em sujeitos dos seus discursos) pelas FDs que representam 'na linguagem' as formações ideológicas”, acrescenta ainda que “a interpelação do indivíduo em sujeito do seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a FD que o domina (i.e., na qual ele é constituído como sujeito)”. Essa identificação, afirma o autor, ocorre pelo viés da forma-sujeito, com a qual, segundo Indursky (2000), o sujeito identifica-se, como também identifica-se com a FD que organiza seu dizer. A FD é o lugar da constituição do sentido e da identificação do sujeito, ao mesmo tempo que ele adquire identidade, ele se reconhece nela.

Importa, diante disso, esclarecer acerca da “evidência” do sentido e do sujeito, conforme faz Orlandi (2007, p. 46). A primeira “evidência”, a do sentido, segundo a autora, é aquela que “faz com que uma palavra designe uma coisa”, ou seja, dá-se um apagamento do caráter material da palavra em detrimento de uma transparência daquilo “que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante”. É a partir das relações que as palavras recebem seus sentidos de formações discursivas, pois, segundo Orlandi (Ibid., p. 43), “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam”. É como se o sentido fosse tirado da palavra e, ao mesmo tempo, outro sentido se instaura, intensifica-se, inscreve-se. De acordo com a autora, as palavras se imbricam e tornam-se, antes, sempre parte de um discurso, assim também como todo discurso se delinea na relação com outros (dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória).

Com relação à “evidência” do sujeito, estamos face ao que Orlandi (2007) considera como aquela que dá ideia de que sempre somos sujeitos e aquela que “apaga o fato de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia”. Diante disso, o sujeito se constitui por uma interpelação, a qual se dá pela sua inscrição numa formação discursiva, a ideologia.

Assim considerada, a ideologia não é ocultação mas função da relação necessária entre linguagem e mundo. Linguagem e mundo se refletem no sentido da refração, do efeito imaginário de um sobre o outro. A relação da ordem simbólica com o mundo se faz de tal modo que, para que haja sentido, como dissemos, é preciso que a língua como sistema sintático passível de jogo – de equívoco, sujeita a falhas – se inscreva na história. Essa inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história é que é a discursividade. (ORLANDI, 2007, p. 46)

Desse modo, a partir das evidências fornecidas pela ideologia, podemos pensar na escrita (textualidade) como lugar que nos remete ao efeito de unidade de sentidos, enquanto a imagem nos conduz (pelo menos num primeiro momento) à polissemia. O texto é como uma 'peça' com suas articulações, sendo que todas elas são relevantes para que os sentidos se constituam (ORLANDI, 2005, p. 13), e é dessa maneira que vemos a conjuntura – imagem + escrita – enquanto articulações discursivas que estabelecem. Segundo a autora, é enquanto peça e articulação que ocorre a configuração da imagem do texto enquanto “um bólido de sentidos, sintoma de um “sítio significante” (Ibid., p. 13, grifos do autor). Se pensarmos em nosso objeto de análise, o que a lente da máquina fixa como imagem funciona como uma multiplicidade de sentidos. É dessa maneira que vemos a conjuntura – imagem + escrita – enquanto articulações discursivas que estabelecem.

A imagem da fotografia parece conter e fixar um momento específico, um recorte do real; mas, ao mesmo tempo, essa imagem, sem o linguístico, se abre para a polissemia. Em nota, de número 28, com relação ao 'espectro', no texto **Delimitações, Inversões, Deslocamentos**, Pêcheux (1990b, p. 24) nos diz que “o olho é mais crível que o ouvido: diferentemente de um enunciado, uma imagem não tem alhures; não se pode aplicar a ela uma 'transformação' negativa ou interrogativa”. Neste caso, temos a imagem que simula a fixidez, mas ela mesma

não assegura, por si só, que haja a contenção dos processos de produção de sentidos, uma vez que

A condição da linguagem é a incompletude. Nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento. Essa incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta é também o lugar do possível. (ORLANDI, 2007, p. 52)

Em termos teóricos, de certa forma, nos trabalhos que se voltam à AD, a discussão acerca da interpretação está sempre presente. Tendo a análise voltada para outra materialidade, como a imagem, é natural que se encontrem dificuldades, principalmente de ordem linguística em relação à ordem do discursivo. Orlandi, ao tratar da questão do silêncio, salienta que:

A AD permite trabalhar não exclusivamente com o verbal (o linguístico), pois restitui ao fato de linguagem sua complexidade e sua multiplicidade, isto é, aceita a existência de diferentes linguagens, o que não ocorre com a lingüística, que, além de reduzir fato (de linguagem) à disciplina (que trata da linguagem), reduz também a significação ao lingüístico. O importante para a Análise do Discurso não é só as formas abstratas, mas as formas materiais de linguagem (1995, p. 34).

No caso do presente trabalho, deslocamos um pouco a discussão, pois estamos considerando a materialidade imagética conjugada à materialidade linguística. Guardadas as devidas especificidades de cada uma, podemos arriscar em dizer que, de uma forma ou de outra, o que é da ordem do linguístico se atravessa no que é da ordem do imagético, podendo o contrário também ocorrer; assim, passa a constituir sentidos com e pela língua.

Identificamos, desta forma, que há dificuldade ao se analisar outras materialidades que não a língua. Isto nos leva a considerar o que Pêcheux pontuou, de que este obstáculo encontra-se na “especificidade da ordem propriamente linguística em relação à ordem do discursivo, em relação e a *fortiori* em relação às do icônico, do simbólico ou da simbolização” (ORLANDI, 2007, p. 51). As relações e

as especificidades alteram-se e é preciso estabelecer outros parâmetros para uma análise da conjuntura imagem e escrita, ou seja, deve haver uma 'determinação'³⁶, uma vez que a linguagem dá abertura ao simbólico, e os sentidos não são fechados.

Assim como o analista, está o sujeito-leitor que vê a imagem e “vem carregado de uma memória (uma filiação nas redes de sentidos – o interdiscurso)” (ORLANDI, 2001, p. 28), a qual se estrutura pelo esquecimento. Da mesma forma, a imagem perde seu trajeto, sua “memória” e passa a significar, de acordo com suas condições de produção, de uma outra maneira.

A questão da imagem encontra assim a análise de discurso por um outro viés: não mais a imagem legível na transparência, pois um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória ‘perdeu’ o trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições) (PÉCHEUX, 2007, p. 55).

Diante da abertura ao simbólico, à imagem não se pode estabelecer parâmetros de leitura, ou “trajeto”, pois em sua inscrição não possui trajeto, sua natureza não permite. Quando pensamos nas articulações discursivas, promovidas pela imagem + escrita, em que temos a imagem dos “||” como indicativo de *impeachment*, não podemos afirmar que todos os leitores irão fazer essa 'associação', pois, aqueles mais jovens, os quais não viveram na era Collor, podem encontrar dificuldade em atribuir sentidos à presença dos “||” em Lulla e Yeda (Ella). Desse modo, a imagem significa e nela se tem o espaço significante, lugar do trabalho da linguagem, onde se dá o jogo dos sentidos, ela é discursividade.

³⁶ Eni Orlandi, em seu livro **Interpretação: autoria, leituras e efeitos do trabalho simbólico** (2004, p. 13), exorta ao fato de não é porque o processo de significação é aberto que ele não seja regido e nem administrado, mas ao contrário, “é por esta abertura que há determinação” e cria-se um efeito de controle, que dá estabilidade aos sentidos.

O jogo: a produção de sentidos

De fato, não podemos deixar de lado a língua, ela é posta em funcionamento para falar dela mesma, enquanto materialidade, e das outras linguagens, tais como a discursividade produzida pela articulação discursiva: imagem + escrita. Na mesma esteira está posto o que é da ordem do histórico, entendido para a AD como historicidade do texto em sua materialidade, como:

[...] produção simbólica ininterrupta que na linguagem organiza sentidos para as relações de poder presentes em uma formação social, produção esta sempre afetada pela memória do dizer e sempre sujeita à possibilidade de rupturas no dizer. (MARIANI, 1998, p. 24)

Estas relações são as que promovem o efeito de sustentação à produção dos sentidos, não como pano de fundo, mas como constitutivo mesmo. Isso aponta em direção às relações necessárias e imprescindíveis entre as diferentes materialidades discursivas, assim como tomamos a textualidade em relação ao discurso. Quando falamos em discurso, estamos falando também da ideologia, pois o discurso é um de seus aspectos materiais, é nele que ocorre o encontro entre língua e ideologia³⁷.

Para Pêcheux (1995, p. 263), a produção de sentidos está, de maneira exclusiva, ligada às relações de metáfora, no que tange aos efeitos de substituição, paráfrases e formações de sinônimos, pois pensar nas relações de metáfora nos faz também refletir sobre os sentidos que se instauram, ora repetindo, ora rompendo com o já-dito, como se evidencia no *corpus* em análise.

Para Petri (2010), a produção de sentidos está também atrelada ao sujeito e às relações que este estabelece ao estar filiado a uma FD 'x', a qual, por sua vez, permite-nos identificar a inscrição desse mesmo sujeito numa FI. Nesta perspectiva ela saliente que:

³⁷ Cf. nos destaca Bethania Mariani, em *O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais*, 1998, p. 24.

[...] quanto à produção de sentidos, entendemos que implica ainda a inscrição dos sujeitos em determinada formação discursiva e as singulares relações que cada sujeito estabelece com as formações ideológicas às quais está “livremente” submetido. (PETRI, 2010, p. 69)

Quando se pensa na questão do sujeito, Orlandi (1999, p. 23) afirma que ela “funciona pelo equívoco e se estrutura sob o modo da contradição (...) não é no conteúdo que a ideologia afeta o sujeito, é na estrutura mesma pela qual o sujeito (e o sentido) funciona”. No processo de constituição do sujeito do discurso, no que diz respeito ao funcionamento da figura da interpelação ideológica, a autora considera dois movimentos nesse processo, desse modo, desenvolve-os, dizendo que

Em um primeiro momento temos a interpelação do indivíduo em sujeito pela Ideologia. Essa é a forma de assujeitamento que, em qualquer época, mesmo que modulada de maneiras diferentes, é o passo para que o indivíduo afetado pelo simbólico, na história, seja sujeito, se subjetive. Ou seja, se é sujeito pelo assujeitamento à língua, na história.[...]

Em um segundo momento teórico, o estabelecimento (e a transformação) do estatuto do sujeito corresponde ao estabelecimento (e à transformação) das formas de individualização do sujeito em relação ao Estado. Em um novo movimento em relação aos processos identitários e de subjetivação, é agora o Estado, com suas instituições e as relações materializadas pela formação social que lhe corresponde, que individualiza a forma sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação. [...]

Uma vez interpelado pela ideologia em sujeito, em um processo simbólico, o indivíduo, agora enquanto sujeito, determina-se pelo modo como, na história, terá sua forma individual(izada) concreta. (p. 24-25)

É pelas relações de identificação/interpelação ideológica estabelecidas juntamente com as *tomadas de posições* de sujeito que se dá o processo de constituição do sujeito (vale ressaltar que estamos considerando neste trabalho, a constituição do sujeito no discurso). Elas não estão somente definidas em relação ao domínio de saber de uma FD, mas também possuem relação com os lugares de enunciação, os quais configuram um modo de dizer, com sua legitimidade, sua circulação e organização enunciativa, devendo ser considerados como uma das dimensões de sujeito.

Ao fazermos menção às tomadas de posição dos sujeitos temos de especificar que se trata das tomadas de posição dos sujeitos: Lula e Yeda, com

referente em Collor (enquanto governantes). Assim, toda vez que mencionamos a questão do sujeito, estamos considerando o sujeito *no* discurso, e não o *do* discurso.

As tomadas de posição do sujeito que consideramos em nosso trabalho se manifestam discursivamente, pelo discurso que é produzido pelas imagens fotográficas (imagem + escrita: “prática social”) que funcionam sobre a base ideológica do discurso da mídia. Desse modo, esse discurso faz funcionar determinados efeitos sentido e não outros, em detrimento do domínio de uma FD, a qual se apresenta como dominante. Por esta razão, o sujeito passa a ser individualizado pela mídia, constituindo-se por ela como:

[...] um efeito imaginário produzido pela ideologia. Há uma intrincação entre discurso e ideologia que legitima a condição do sujeito enquanto descentrado, lacunar, disperso, múltiplo, o que reafirma a caracterização material do discurso e do sentido, tendo em vista que a unidade do sujeito é da ordem do imaginário. (PETRI, 2004, p. 53)

Desse modo, dá-se o processo de constituição do sujeito, este também está intimamente ligado às Formações Imaginárias. Por estas, entende-se, conforme Pêcheux & Fuchs (1993) que são como uma força capaz de intervir com outras forças, em confronto, em uma dada formação social, pois “cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem 'individuais' nem 'universais' mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes e conflito” (p. 166).

São as formações ideológicas que determinam os sentidos das palavras, uma vez que os inscreve nos *processos discursivos* das formações discursivas que as representam. São elas que nos permitem fazer as escolhas, como, por exemplo, a quem vamos nos dirigir, uma vez que o “funcionamento dessas relações imaginárias legitima ainda mais a tese do necessário assujeitamento ideológico para a constituição e instituição do sujeito e do sentido no discurso” (Ibid., p. 53), pois elas dependem, ou seja, são condicionadas pelas Relações de Força e Relações de Sentidos. A relação de sentido parte da noção de que “não há discurso que não se relacione com outros, [...] os sentidos resultam de relações: um discurso aponta

para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros” (ORLANDI, 2007, p. 39). As relações possibilitam uma antecipação, como se nos colocássemos no lugar de nosso interlocutor, o que é uma ilusão, mas uma ilusão necessária.

1.4 Acerca da proposta metodológica

Para escrever uma dissertação entendemos que é preciso ter método, procedimentos ao olhar e analisar um determinado *corpus* de pesquisa, o objeto que se quer entender, enquanto funcionamento da linguagem, pois, “na realidade, não há um sentido (conteúdo), no funcionamento da linguagem”(Orlandi, 2005, p. 22), mas os sentidos derivam, escapam, são muitos.

Para a elaboração do aparato metodológico do presente trabalho, levamos em conta a teoria que o precede, considerando acerca da constituição e da estruturação do “corpus discursivo” em AD. Este é definido por Courtine (2009, p. 24) como “um conjunto de sequências discursivas estruturado segundo um plano definido em referência a certo estado das condições de produção do discurso”. Entendemos que as imagens fotográficas (como articulações discursivas) reúnem e caracterizam-se também como sequências discursivas, porém, em nosso trabalho, cunhamos a noção de articulação discursiva, por entendermos que não se trata somente de sequências ou sucessões, mas de articulações, de junções discursivas.

Seguindo, de acordo com as reflexões de Courtine (2009), podemos dizer que, ao trabalharmos com imagem fotográfica (imagem + escrita), de circulação midiática, como prática social que a entendemos, estamos cerceando nosso “campo discursivo de referência”, do qual partirão as análises. Dessa forma, delimitamos nosso objeto de estudo que está alicerçado sob uma formação ideológica midiática, apreensível pela sua circulação na Revista *Veja*, como também no *Blog* estudantil.

Para a compreensão do objeto em referência, faz-se necessário expô-lo à interpretação que é constitutiva da língua, pois é pela língua que nos submetemos “à

ideologia, ao efeito de literalidade, à ilusão de conteúdo, à construção da evidência dos sentidos, à impressão do sentido já-lá” (Ibid., p. 22).

Desse modo, o analista de discurso deve estar atento em descrever o funcionamento do texto, de seu objeto de estudo, enquanto discurso, uma vez que “sua finalidade é explicitar como um texto produz sentido” (ORLANDI, 2005, p. 23). Nessa perspectiva é que buscamos mostrar os mecanismos dos processos de significação que estão atrelados à textualização da discursividade, partindo das condições de produção que circunscrevem nosso objeto e apontam a direção para as nossas análises.

Nossa proposta metodológica reside na investigação de nosso objeto de pesquisa, o *corpus* constituído por imagens fotográficas que produzem um discurso composto pela articulação de imagem e escrita, configurando-se como prática social que faz circular os sentidos da cidade, do urbano. Buscamos analisar, a partir de nosso gesto interpretativo, e descrever o funcionamento desse discurso que se apresenta articulado de escrito e imagens, considerando para isso, a presença do ideológico, do simbólico, da não-transparência da linguagem, da relação língua-história.

Para nossa reflexão, primeiramente, optamos por circunscrever o *corpus*, abordando questões da história, sobre o evento do *impeachment*, trazendo algumas discussões próprias da sociologia, de estudos sobre a mídia, sobre a política e sobre o cenário que está presente nas imagens, propriamente: o espaço urbano. Ao fazer isso, estamos mobilizando as noções próprias de discurso memória (interdiscurso), de imagem, de ideologia, de circulação dos sentidos, sendo que, pela circulação das imagens fotográficas na mídia, podemos observar o interdiscurso e a maneira com que ele faz circular já ditos, a partir da formulação, ou seja, como o interdiscurso recupera, parafrasticamente, uma memória, a partir das imagens fotográficas.

Seguindo esta linha de reflexão, passamos a observar o que está atrelado à circulação das imagens pela mídia: um *discurso sobre* os governantes: Co||lor, Lu||la e E||la. Ao divulgar e *espetacularizar* a situação de cada governo, a mídia faz

circular também um discurso sobre as tomadas de posição sujeito de cada governante. Dessa maneira, tem-se um espetáculo para a mídia, mas não para os ocupantes do cargo: os representantes do governo que, agora, estão prestes a representar o cenário de *impeachment*.

Para chegarmos a essas análises, também passamos a observar a ideologia que é agente das Formações Ideológicas (FIs) e a circulação dos sentidos que se dá via mídia - pois não há sentido sem interpretação - e os só se dão pelo processo ideológico já instituído. E, sendo assim, a imagem, enquanto elemento simbólico, reclama sentidos, e a ideologia torna-se condição para isso, pois está contida no discurso da mídia, uma vez que esta assume suas marcas no discurso.

Ao circunscrevermos nosso objeto de análise, acreditamos estar recuperando elementos das condições de produção que nos permitirão compreender os efeitos de sentidos produzidos pela articulação de imagem e escrita, e o funcionamento dessa articulação, enquanto prática social.

CAPÍTULO II

Sobre o 'entorno' do *corpus* de pesquisa: as Condições
de Produção

2.1 História e funcionamento da palavra *impeachment*

A palavra *impeachment*, que pode ser lida em português como processo de *impeachment* ou de impedimento, possui suas raízes na Inglaterra, sendo utilizada desde os tempos medievais (não tendo aplicação nos regimes absolutistas), passando pelos EUA, e hoje tendo destaque na política brasileira, pelo seu uso recorrente. Nesta seção do trabalho, buscamos apresentar como se dá o funcionamento desta palavra, principalmente no cenário político brasileiro, no governo Collor, de 1992³⁸, aparecendo novamente em 2005, no governo presidencial de Lula e, em 2009, no governo estadual do Rio Grande do Sul de Yeda Crusius. Entendemos, desse modo, que o estudo sobre esta palavra é relevante para esta pesquisa, uma vez que a forma “**I**” é destacada pelo processo de *impeachment*.

Para que perseguíssemos tal palavra e sustentássemos nossas reflexões, tomamos como ponto de partida a abordagem utilizada por Sheila Elias de Oliveira, em seu livro “*Cidadania: história e política de uma palavra*”, no que se refere ao modo como ela busca revelar a história da palavra “cidadania” a partir de um conjunto de dicionários brasileiros e lusitanos, tendo como aporte teórico a História das Ideias Linguísticas.

Assim, apontamos algumas definições da palavra *impeachment*, a partir de quatro dicionários, dois de língua inglesa e dois de língua portuguesa, o *English Reference Dictionary the Oxford, Internacional Dictionary of English, 1995*, o *Novo dicionário de língua portuguesa – Aurélio, 1986* e o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2008*, e, na sequência, descrevemos as definições, numerando-as, respectivamente em 1, 2, 3 e 4. Em seguida, fizemos uma retomada histórica acerca do processo de *impeachment* no Brasil, bem como achamos necessário investigar de onde provém este processo, como em qual país essa palavra vem funcionar pela primeira vez (se é que podemos afirmar a existência de uma origem, enquanto

³⁸ Escolhemos o período de Collor por este ter sido divulgado pela mídia, senão, o único, antes da ameaça de *impeachment* midiaticizada contra o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius (PSDB).

país, ou estado em que o processo aparece no decorrer da história). Trata-se de um recorte que atende aos objetivos deste estudo.

No cenário político brasileiro, a palavra *impeachment* tem seu marco no ano de 1992, e depois vem funcionar no ano de 2005 e em 2009, contra o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente do Brasil, e contra o governo de Yeda Crusius, ex-governadora do Rio Grande do Sul³⁹. Lembramos que essas retomadas requerem uma investigação que contemple as questões de paráfrase e de metáfora, considerando a paráfrase como aquilo que é da ordem da reprodução da/na língua, sendo que os sentidos podem se alterar, uma vez que ela dá margem à metáfora, aqui entendida como lugar do deslize e do movimento dos sentidos, do novo.

Ao procurarmos entender o funcionamento da palavra *impeachment* no contexto político brasileiro, buscamos analisar algumas de suas definições no dicionário, este considerado por Auroux (1992, p. 65) como tecnologia de gramatização, pois, ao mesmo tempo em que atualiza uma palavra, ele recupera uma memória. Em consonância, também é considerado como “instrumentos de uma política de regulação das línguas” (OLIVEIRA, 2006, p. 18), pois determina o que pode e como deve ser dita uma palavra, bem como é nele que encontramos atribuições de significado às palavras, ou seja, há presente uma tentativa de ‘regulação’ dos sentidos, a fim de contê-los. Vejamos as definições da palavra *impeachment* pelos dicionários: **Internacional Dictionary of English, English Reference Dictionary The Oxford, Aurélio: Novo dicionário de Língua Portuguesa.**

³⁹ Segundo notícias na mídia, existe um caso mais atual, o do ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda (2010), do qual não trataremos.

1- Definição pelo Internacional Dictionary of English:

Impeach: impeach: (esp. in the US) to make a formal statement saying that (a public official) is guilty of a serious offence in connection with their job . *The governor was impeached for wrongful use of the state money.* (p. 707).

Tradução⁴⁰: **impeach** (sem tradução): (especialmente nos Estados Unidos) fazer uma declaração formal dizendo que (um oficial público) é culpado de uma ofensa séria em ligação com o trabalho dele. *O governador foi retirado pelo uso ilegal do dinheiro do estado.*

2 - Definição pelo English Reference Dictionary The Oxford:

Impeach⁴¹. /im'pi:ts/v.tr. 1. Brit. Charge with a crime against the state, esp. Treason. (see not below) 2. esp. US charge (the holder of a public office) with misconduct. (see not below) 3. call in question, disparage (a person's integrity etc.). Impeachable adj. Impeachment n. [ME f. OF empecher impede f. LL impedicare entangle (as In-2, pedica fetter f. Pes pedis foot)].

In Britain impeachment was first used in the 14th century; it became important in the 17th century as a weapon with which to remove unpopular ministers but thereafter declined; there have been no impeachment proceedings since 1806. In the US, where the House of Representatives institutes proceedings, impeachment results in dismissal and disqualification from office. Andrew Johnson is the only US President to have been impeached; Richard Nixon resigned in 1974 before impeachment proceedings against him could begin.

Tradução: 1. Britânico. Acusação de um crime contra o estado, especialmente traição. 2. Especialmente no Estados Unidos acusação (o titular de um cargo público) por erro profissional. 3. Chamada em questão, rebaixar (a integridade de uma pessoa etc.) Impedido adjetivo. Na Grã-Bretânia, o impedimento foi usado pela primeira vez no século XIV; tornou-se importante no século XVII como uma arma para remover ministros não-populares mas, depois disso, deteriorados; lá não tem ocorrido nenhum impedimento desde 1806. Nos Estados Unidos, onde a Casa dos processos dos institutos representantes, impediu resultados na demissão e desqualificação de cargos. Andrew Johnson é o único Presidente do Estados Unidos que foi impedido; Richard Nixon renunciou em 1974 antes que o processo de impedimento contra ele tivesse começado.

⁴⁰ As traduções são por conta da colega e Mestranda Ivanise Jurach, a quem agradeço imensamente.

⁴¹ Neste dicionário não havia a palavra 'impeachment', encontrado somente por 'impeach'.

3 - Definição pelo Aurélio: Novo dicionário de Língua Portuguesa:

Impeachment (*impítchment*). [Ingl.] S.m. No regime presidencialista, ato pelo qual se destitui, mediante deliberação do legislativo, o ocupante de cargo governamental que pratica crime de responsabilidade; impedimento.

Entendemos por essas definições, que a palavra *impeachment* se refere ao próprio ato de culpa; no caso de impedimento, de afastamento, da retirada do poder de um governador de estado por ter sido considerado culpado. Ressaltamos aqui a definição dada pelo dicionário *Aurélio* à palavra *impeachment*, como sendo sinônimo de crime de responsabilidade. Segundo Angelim⁴² (2005), a primeira Constituição Republicana que tivemos no Brasil foi em 1891 e esta se apoiou no sistema norte-americano, em que o *impeachment* não tinha caráter criminal, uma vez que “os constituintes americanos pretendiam que o *impeachment* fosse um processo político, e não um processo criminal” (ROSENN; DOWNES, 2000, p. 114). Desse modo, foi mantido o instituto na atual Constituição. Dessa forma, o processo ficou sendo apenas político, como forma de resistência (RANCIÈRE, 1996), não criminal, inscrito no art.85, da Constituição Federal, denominado de crime de responsabilidade, de acordo com Borja (1992)⁴³.

Buscar a história de uma palavra é não desvinculá-la de seu lugar, mas sim tentar mostrar as inquietações que ela suscita e o universo enunciativo em que a mesma se encontra em relação à sua origem. A palavra *impeachment* não é própria da língua portuguesa nem de origem brasileira, mas tem sua grafia em inglês, mesmo havendo uma tradução em português: impedimento. Como se dá o funcionamento desta palavra em territórios não brasileiros, como na Inglaterra e nos EUA? De que forma sua nomenclatura ainda perdura? Talvez, nossas questões estão sob a égide do fato de que “contar a história de uma palavra como uma história de sentidos, implica, então, em dar visibilidade ao trabalho do político sobre a divisão ideológica (histórica) dos sentidos” (OLIVEIRA, 2006, p. 21). Perguntas como estas ancoram o processo de investigativo desta seção, a fim de que

⁴² Advogado e especialista na área do direito. Site:

<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2276/CPI-e-impeachment>. Acesso em 13/02/2010.

⁴³ Sérgio Borja é professor de Direito Constitucional na PUC-RS e UFRGS e foi o primeiro a entrar com um pedido de *impeachment* do presidente Collor junto à Câmara Federal, em 15 de Junho de 1992.

possamos adentrar e suscitar uma discussão sobre o funcionamento histórico da palavra *impeachment*.

Ainda recorrendo aos dicionários, voltamo-nos agora ao Dicionário Houaiss da Língua portuguesa. Este é um dicionário bastante mobilizado em escolas universidades, e traz uma definição detalhada da palavra *impeachment*. Vejamos, então, a definição que ele traz sobre a palavra *impeachment*:

4 - Definição Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa:

Impeachment: 1. processo político-criminal instaurado por denúncia no Congresso para apurar a responsabilidade, por grave delito ou má conduta no exercício de suas funções, do presidente da República, ministros do Supremo Tribunal ou de qualquer outro funcionário de alta categoria [cabe ao Senado, se procedente a acusação, aplicar ao infrator a pena de destituição do cargo]. 2. este mesmo processo, no nível estadual, em que é apresentada denúncia à Assembleia Legislativa com fim de destituir o governador de seu cargo. 3. processo semelhante, no nível municipal, em que apresenta denúncia à câmara de Vereadores com a finalidade de destituir o prefeito. 4. a destituição resultante de qualquer desses processos - Etimologia inglesa.

Nas definições dos dicionários aqui trazidos, encontramos algo em comum em todas elas: o *impeachment* é a acusação de um governante por um crime, delito ou ofensa séria, todos dependentes de um ato, de um processo ou de uma declaração feita por alguém. Esses pedidos de *impeachment*, pelo que podemos notar, estão relacionados ao cargo ocupado, por um governante (a tomada de posição do sujeito) em questão. Outra característica a ser destacada nas três definições dadas pelos diferentes dicionários é que em nenhum deles há menção à história do *impeachment*, o que alguns trazem como, por exemplo, a definição de número 2, é o exemplo do caso de Richard Nixon.

Segundo Borja (1992), em seu livro **Impeachment**, no qual ele realiza uma pesquisa sobre o que é o *impeachment*, desde a suposta origem dessa palavra, até o caso de Collor, em 1992, ele nos esclarece que o recurso ao *impeachment* teve origem no direito anglo-saxão, sendo utilizado na Inglaterra desde os tempos medievais, podendo ser aplicado a qualquer cargo ou função executiva, porém não era procedente em Monarquias e regime de Tirania. O funcionamento desse

processo é diferente entre os ingleses e os norte-americanos. Com relação à Inglaterra, o *impeachment* era visto como crime, delito, o qual tinha como consequência o cumprimento de pena na prisão e, nos Estados Unidos, porém, não havia a atribuição de caráter criminal, e sim um funcionamento político em que o suposto acusado é afastado de sua função ou cargo.

A partir das definições dos dicionários, podemos nos questionar se existiriam limites entre o mesmo e o diferente nos enunciados: *impeachment* ao Collor (1992), *impeachment* ao Lula (2005) e *impeachment* à Yeda (2009)? No entanto, quando se pensa discursivamente a linguagem, bem como pontua (ORLANDI, 2007, p. 36) é difícil traçarmos limites. Segundo a autora, podemos considerar que todo o funcionamento da linguagem passa pelos processos parafrásticos e metafóricos. O dizer está sob essas duas forças entre “o mesmo e o diferente”.

Nessa perspectiva é que a palavra *impeachment* pode apresentar diferentes funcionamentos, de acordo com as Condições de Produção de cada cenário político, pois podemos dizer “que os sentidos e os sujeitos”, e também os dizeres, “sempre podem ser outros”, isso vai depender “de como são afetados pela língua, de como se inscrevem na história” (ORLANDI, 2007, p. 37).

No caso dos três governantes envolvidos em escândalos, somente o presidente Collor (que é referência, neste trabalho, aos outros governos) teve seus direitos políticos cassados. Parece haver, no entanto, um processo de transferência de características do governo Collor, para os outros governos (de Lula e de Yeda), a partir de uma (re)nomeação que os aproximava, enquanto posição de governante que ocupam, como, por exemplo, a atribuição dos “**II**” no nome Lula: “**LULLA**” e no pronome que se refere à Yeda: “**Ella**”.

Impeachment: o 'não dito' necessário, o silêncio constitutivo

Na relação que encontramos entre o imagético e o linguístico (seja pelas imagens fotográficas + escritos ou pela imagem “**II**” e a escrita: *impeachment*) observamos como constitutivo desse entrelaçamento, a noção de *silêncio*

(ORLANDI, 1993), do dito e do não dito na/pela imagem: “||” . Para todo dizer há uma margem de não-ditos, os quais também significam, segundo Orlandi (2007, p. 82). Quando se escolhe dizer “||”, 'esconde-se' o dizer: *impeachment*, mas que está presente o tempo todo, pelas condições de produção das situações, como *silêncio constitutivo* e *significante* em meio às articulações discursivas (Ads).

É o silêncio, enquanto espaço diferencial que permite à linguagem significar, é uma das instâncias em que se produz o movimento. No silêncio, o sentido se faz em seu percurso, a palavra segue seu curso, o sujeito cumpre a relação de sua identidade e de sua diferença, pois o traço comum entre a errância do sentido, a itinerância do sujeito e o correr do discurso é justamente o movimento. (ORLANDI, 1995, p. 38)

É o movimento dos sentidos que permite o funcionamento da História e memória no social, pelas retomadas, pela paráfrase, intaurando as práticas sociais. Ao considerar a forma “||” como imagem, estamos direcionando os sentidos para aquilo que extrapola o linguisticamente posto, e passa a significar enquanto imagem que tem relação com o *não-dizer*: o *impeachment*. Dessa maneira, vale dizer que, ao escolher um dizer, pressupõe-se um outro, ou seja, ao dizer: “||”, subentende-se a palavra *impeachment*. Essa relação se estabelece, pela significação da imagem e pelos sentidos que atravessam a imagem e falam por ela. Desse modo, o posto (o dito) traz consigo uma pressuposição, um silêncio sustentado pelo interdiscurso, pela ideologia, pelas Formações Discursivas e pelas Condições de Produção. Temos, portanto, a partir de um recorte, a abertura ao simbólico, ao silêncio: “a respiração da significação” (ORLANDI, 2007, p. 83), a palavra *impeachment*.

O sentido tem uma matéria própria, ou melhor, ele precisa de uma matéria específica para significar. Ele não significa de qualquer maneira. Entre as determinações – as condições de produção de qualquer discurso – está a da própria matéria simbólica: o signo verbal, o traço, a sonoridade, a imagem etc. e sua consistência significativa. [...] Há, sim, uma necessidade do sentido que só significa pelo silêncio, e não por palavras. (ORLANDI, 1995, p. 39)

Essas reflexões nos levam a pensar na questão de que o não-dizer significa, mas não de qualquer maneira, pois, segundo Orlandi (2007), para delimitarmos as margens do não-dito, é necessário considerarmos as relações do dizer com as condições de produção, com a memória e com o saber discursivo. Todo o dizer já foi antes um silêncio (ORLANDI, 1995, p. 39), assim como o 'silêncio' pode vir a ser um dito, como ocorre na correspondência: “||” = *impeachment*.

2.2 A “configuração técnica” do discurso da mídia e as Condições de Produção

Para passarmos a falar do discurso midiático e, especificamente, do jornalístico-eletrônico, faz-se necessário delimitarmos, como também designar que discurso é esse, como ele se estrutura e configura-se, bem como quais são as suas especificidades, considerando os pressupostos teóricos sobre a noção de discurso para a Análise de Discurso de linha francesa.

Segundo Silva⁴⁴ (2001, p. 152), é a partir da/na sociedade que a imprensa é pensada em seu funcionamento, não esquecendo a “configuração técnica” de seu trabalho sobre a língua/linguagem, como também do desenvolvimento das tecnologias e mídias de linguagem. Para a autora, a prática do jornalismo está estruturada no jornal, até mesmo em outras formas de divulgação, nomeadas por ela como “periódico” ou “diário” do dia, como também nas mais diversas revistas que hoje dispomos em bancas e livrarias. Nelas encontramos notícias, das mais variadas, em prol da atualização do leitor no mundo em que vive. Assim, a autora sinaliza que:

O termo imprensa, além de remeter à instituição jornalística, remete também a uma tecnologia comum a diversas práticas discursivas, que produziram e produzem a literatura, o jornalismo, entretenimentos etc... A(s) mídia(s) – as formas de comunicação posteriormente à eletrônica – constituem um poder próprio, uma determinada legitimidade, legitimando também de modo específico o que e quem nelas se mostram. (SILVA, 2001, p. 152)

⁴⁴ Telma Domingues da Silva – Doutora UNIVAS.

Silva (2001) não trabalha especificamente com a mídia impressa e eletrônica, das quais recortamos o *corpus* em análise (a Revista Veja e o *site* em que a imagem da faixa contra Yeda Crusius é divulgada), porém sua atenção se volta para a discussão acerca do funcionamento institucional da televisão, muito embora percebemos que existe um deslocamento da mídia televisiva e jornalística – entendidas aqui como uma exposição de assuntos e notícias de interesses públicos – para uma mídia eletrônica e impressa, as quais estabelecem junto ao leitor uma relação de familiaridade e de intimidade. Esta relação, sem dúvida, aproxima os interlocutores e suscita pensarmos nos bastidores desse veículo (mídia), o qual atinge um público variado e produz sentido.

Anterior às discussões contemporâneas que se colocam a respeito do discurso da mídia, Pêcheux (1990a, p. 19), já apontava para o que hoje parece ser mais intenso, pois “uns e outros vão começar a “fazer trabalhar” o acontecimento (o fato novo, as cifras, as primeiras declarações) em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca e que já começa a reorganizar”. Segundo Orlandi (2001), a memória discursiva (o interdiscurso), está ligada a um dispositivo ideológico que se entrelaça numa rede de sentidos historicamente constituída. Em sua explicação,

[...] o dispositivo ideológico de interpretação do sujeito vem carregado de uma memória (uma filiação na rede de sentidos – o interdiscurso) que, entretanto, aparece negada como se o sentido surgisse lá. Isto por que a memória discursiva (o interdiscurso) se estrutura pelo esquecimento: esquecemos como os sentidos se formam de tal modo que eles aparecem como surgindo em nós. Este dispositivo ideológico da interpretação funciona no espaço da relação linguagem/mundo. Os sujeitos são submetidos ao acaso e ao jogo, mas também à memória e a regra. Face à imprevisibilidade da relação do sujeito aos sentidos, toda formação social tem formas de controle da interpretação institucionalmente (mais ou menos) desenvolvidas que são historicamente determinadas (ORLANDI, 2001, p. 28).

Assim, o *corpus* posto em análise: as imagens fotográficas (união do imagético com o linguístico) remontam, reorganizam o 'cenário' das denúncias, das crises do governo Collor, a partir de um dispositivo ideológico de mídia, o qual, pelo viés interdiscursivo, é posto em funcionamento em “práticas sociais”.

Vivemos numa sociedade que é marcada pelo imediatismo na comunicação, que (re)clama por informação, dessa maneira, a mídia⁴⁵ tece redes de sentido para se filiar aos fatos e investigá-los, dessa forma, produz sentidos que têm relevância histórica. Gomes considera que os meios de comunicação

[...] são instituições políticas de mediação das elites com o público, mas não substituem os governos, os parlamentos, os partidos e os demais atores políticos – apenas se sobrepõem a eles. [...] de forma geral, a mídia ocupa uma dupla posição em relação à estrutura social, ela é tanto um “campo” próprio como também um “Ator Social” no Campo Político”. (2006, p. 12)⁴⁶

Dessa forma, os discursos produzidos pela mídia (como também por outros) possuem eficácia simbólica, porque geralmente são decorrentes de uma memória já instaurada, de um fato que ocorreu em outro contexto histórico e que é passível de novos sentidos.

Em 2005, o presidente do Brasil: Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) experimentou também uma crise política que se caracterizou por uma série de denúncias de corrupção, contra seu governo e partido (Partido dos Trabalhadores – PT). Diante disso, o cenário de ameaça de *impeachment* se repete, assombrando o governo Lula. A mídia, de forma análoga aos processos históricos no Brasil, continua a sua atuação na democracia brasileira e vem funcionar como elemento fundamental na re-produção e representação dos “consensos de significação” que são “resultantes das hegemonias políticas ou, ao contrário, participa da sua dissolução” (MARIANI, 1998, p. 44), de forma simultânea, já que,

A simultaneidade midiática (e a imagem cultural que a Sociedade faz de si) é uma nova forma de interação, que não só manipula os fatos que transmite, nem substitui completamente outras instituições; mas seleciona, enquadra e centraliza os acontecimentos interpretando-os para o público. A imagem cultural da sociedade produzida pela mídia enquadra os fatos.” (GOMES, 2006, p. 12)

⁴⁵ Consideramos aqui também a mídia de cunho jornalístico-eletrônico.

⁴⁶ Em trabalho apresentado em Sessão Coordenada Representação Social e Imagem Política, do I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, na Universidade Federal da Bahia – Salvador, 2006.

Segundo Gomes (2006), o assunto sobre a mídia não se esgota, nem a postura desta como 'manipuladora' dos fatos, mas coloca-nos frente aos limites necessários para que as investigações prossigam. Assim, o processo ideológico desliza e centraliza a crise do governo Collor nos governos de Lula e Yeda. Com isso, há o deslocamento de sentidos e instauração de outros, "sob a forma de inversão estratégica", para que o fato torne-se espetáculo de forma inversa. Podemos dizer que nesse processo, o poder que reside no espetáculo é:

[...] tão essencialmente unitário, centralizador pela força das coisas e espírito perfeitamente despótico, costuma ficar indignado quando vê constituir-se, sob seu reino, uma política-espetáculo, uma justiça-espetáculo, uma medicina-espetáculo, ou outros tantos surpreendentes excessos midiáticos'. O espetáculo nada mais seria que o exagero da mídia, cuja natureza, indiscutivelmente boa, visto que serve para comunicar, pode às vezes chegar a excessos. [...]. (DEBORD, 1997, p. 171).

A extravagância que o espetáculo da mídia produz passa a ser o centro controlador dos olhares. Nesse sentido, em nossa dissertação, entendemos que a mídia ocupa um lugar de poder que regulariza práticas da sociedade, sendo a força desse poder centralizada nos diversos meios comunicacionais que abrangem desde a política até as questões econômicas. Nessa relação da mídia com o espetáculo, não deixamos de observar o que Medeiros (2010) nos diz, à luz das formulações de Debord (1997), quando trata do conceito de sociedade do espetáculo:

Há um efeito de sentido de que ninguém pode verificar nada pessoalmente. Ao contrário, temos de confiar em imagens e, como se não bastasse, imagens fabricadas. Em muitos aspectos, o espetáculo integrado (na publicação do jornal, da revista, do programa de televisão, da campanha publicitária, etc.) é muito mais conveniente do que os velhos totalitarismos. As questões relativas à mídia, consumo e espetáculo, que começaram a tomar espaço na vida em sociedade ainda no século XX, repercutiram e foram ganhando contornos ainda mais latentes no século XXI, com a expansão dos modelos de comportamento e a potencialização do espetáculo como sendo natural, próprio da nossa sociedade. (MEDEIROS, 2010, p. 95)

Importa dizer que a mídia trabalha com o elemento 'tempo', estabelecendo uma relação com o passado e uma projeção para o futuro, entrecruzando esses dois

tempos, conforme aponta Mariani (1998, p. 44), quando aborda sobre a 'memória do político. Nesta perspectiva, traremos à baila algumas considerações pertinentes que a autora trabalha acerca desse assunto. Segundo ela, ao entrecruzar esses dois tempos (passado e futuro) a mídia reconfigura as leituras da história e da política numa tentativa de didatizar os acontecimentos, fazendo com que eles pareçam 'naturais' frente à instabilidade do presente. Essa característica do tempo tem a ver com o modelo de mídia que trabalha com atualidades, com aquilo que é de interesse geral, segundo a autora. Nesse sentido, a mídia considerada até aqui, é a mídia de onde recortamos nosso objeto de análise.

Não basta apresentarmos esta mídia, dizer que ela aborda assuntos atuais, os quais são 'desejados' e almejados pela sociedade, importa esclarecermos o que está sendo considerado como 'de interesse geral' para essa mídia. Entendemos aqui, bem como posto por Mariani (1998, p. 45), que a mídia tem como interesse geral a importância da sobreposição da ética ao político.

Quando se refere à questão do político, entendemos que ele corresponde a uma "divisão inexorável do sentido, cuja direção tem a ver com as injunções que derivam da forma da sociedade tomada na história de um mundo que funciona, entre outras coisas, pela significação" (2001, p. 110). Em se tratando de um discurso que é de ordem complexa, ou seja, "confuso, complicado, intricado" (Cf. Dicionário Aurélio, 1993), assim como apresenta Zen (2007), em sua tese de doutorado, ao se referir à Crônica fotográfica, devemos ter cuidado, pois estamos em face de estruturas diferentes: imagem e escrita, que juntas estabelecem um novo dizer, um novo discurso, dando-lhe maior complexidade.

Desse modo, a mídia desqualifica o político e, de modo específico, as políticas partidárias. Segundo Mariani (1998, p. 44), a ética considerada pela mídia está ligada à moral-judaico-cristã ocidental, em que somente a ética dos direitos humanos pode garantir a desigualdade nas sociedades desiguais, uma vez que o comunismo não deu certo. Nesse sentido, a autora considera o que diz Badiou (1995) que a ética, neste caso, está sendo usada como sinônimo de moralidade, como "princípio de julgamento", o que permite dizer que a imprensa trabalha com

um “dispositivo ideológico de ética”, o qual regula, de forma vaga, as situações históricas.

Diante disso, estamos frente a uma mídia que ideologicamente reporta, centraliza aquilo que convém dizer e descarta conseqüentemente aquilo que não convém, de acordo com a posição que ocupa e os sentidos que 'deseja' produzir. Podemos começar a entender o funcionamento que tem esse retorno do cenário de *impeachment* (contra Collor em 1992) na presidência de Lula (em 2005) e no governo de Yeda (em 2009), quando a mídia seleciona e veicula as imagens constitutivas do *corpus* em análise. Há escolhas, há uma posição ideológica da mídia, uma posição-sujeito (enquanto sujeito coletivo)⁴⁷ o que a leva a produzir um discurso e não outro. As escolhas por estas imagens, bem como, particularmente, as escolhas do fotógrafo, carregam em si o imaginário de marcas de tomadas posições do sujeito, a regionalização dos sentidos, a retrospectiva e a projeção histórica, política, ideológica sobre o confronto do político e do simbólico, como também funciona a partir de um reducionismo da imagem à escrita, produzindo o que Orlandi (1995b) chama de “efeito da transparência, da informação, do estável (ou, pelo menos, do diretamente decodificável)” como causa de uma interpretação uniforme.

A relação dos fatos dá-se através e pela memória, pelo viés interdiscursivo, uma vez que esta relação só existe em virtude da História, ou da mídia que instaurou uma memória sobre a memória coletiva existente.

[...] o desenvolvimento dos meios de registro da imagem e do som [...], parece hoje afastar definitivamente da necessidade de situar uma parte da memória social na “cabeça” dos (ou de certos) sujeitos sociais: a memória social estaria inteiramente e naturalmente presente nos arquivos das mídias. (DAVALLON, 2007, p. 23)

Podemos notar o registro pela memória funcionando, quando Lula (2005) - ex-presidente do Brasil - e Yeda (2009) - ex-governadora do Rio Grande do Sul - foram alvos de protesto, o que proporcionou a volta de uma rede de formulações acerca do

⁴⁷ Editores, fotógrafos, enquanto instituição, constituída pelos seus participantes.

impeachment. O que, de acordo com as colocações do presidente e de seu vice-presidente⁴⁸, ele não sabia de tais roubos e desvios de dinheiro, conhecido como “mensalão” (um suposto salário pago a alguns deputados brasileiros, com dinheiro público desviado). Esse não saber de Lula, vem coloca-o numa posição de ingênuo, de inocente, por não saber o que acontecia. Isso vem somar à sua 'defesa', e que, de certa forma, contribuiu (além das provas políticas apresentadas as quais não interessa aos objetivos de nossa investigação) para 'salvá-lo' do *impeachment*.

Muitos outros presidentes governaram na república do Brasil, mas parece que uma 'verdade'⁴⁹ foi instaurada pela mídia, a de que nenhum outro governo, senão o de Lula e o de Yeda⁵⁰ vivenciaram tais crises tão próximas ao governo de Collor, e com filiações partidárias tão diferentes. Isso nos leva a pensar no efeito de verdade produzido pela mídia ao expor tais imagens, tanto na Revista Veja (em referência a Lula) como no *Blog* estudantil (em referência à Yeda).

Segundo Medeiros (2010), os efeitos que as discursividades suscitam, bem como a expansão da sociedade disciplinar, interferiram nas formas de atuação dos instrumentos, de controle como a fiscalização no espaço público. A mídia, enquanto meio de divulgação e circulação de sentidos, controla, o “olhar de sujeitos em presença” ou pela

[...] emergência de modelos de realidade; no agenciamento da consciência, como praticante de gestos de interpretação, produtora de fatos de linguagem, de posições-sujeito e instituições atuantes na esfera de organização e política social. (MEDEIROS, 2010, p. 76-77)

Ao se referir ao olhar tomado como instrumento da mídia, o qual é controlador, Medeiros (Ibid., p. 77) o relaciona ao panopticon, assim como trabalhado por Michel Foucault em sua obra **Vigiar e punir: nascimento da prisão**

⁴⁸ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u73172.shtml>, acesso em 12/07/2008, às 21h.

⁴⁹ Falamos um pouco mais sobre 'verdade' da mídia, na próxima seção 2.4, do **Capítulo II**.

⁵⁰ Embora já tenha se tornado comum pedir o *impeachment* de um presidente, governador, etc. , no Brasil, visto que a todo momento a mídia mostra algum escândalo, como também os intensifica, o que acaba por acentuar ainda mais a ideia de *impeachment*, como foi o caso do governador do Distrito Federal José Roberto Arruda.

(2007)⁵¹. Desse modo, afirma-nos que ele parece reproduzir, de forma naturalizada, as “práticas simbólicas e os pensamentos a serem repetidos”, sendo retomados sob diferentes formas e lugares; nas materialidades significantes. Estas se apresentam constituídas por arranjos simbólicos (e aqui acrescentamos pela roupagem de 'articulações discursivas) seja, no jornal, no programa humorístico, nas revistas etc, nas mais diversas práticas sociais, estas formas são tomadas enquanto 'verdades' pelos diferentes leitores e telespectadores, independente do lugar social que estes estejam inseridos.

A mídia, ao unir imagem e escrita, com novos funcionamentos e passível de deslizes, permite que o silêncio signifique, e que as representações dos acontecimentos se estabilizem no imaginário social, conferindo-lhes “a condição de acontecimento histórico e memorável”⁵² (FERREIRA, 2009).

De acordo com tais formulações, é que podemos pensar na ligação da imagem à escrita, ambas “de formas materiais distintas para a construção dos sentidos, revelando um duplo esforço para atingir o ‘referente’, alcançar o ‘real’ (ZEN, 2007). Da mesma forma, elas podem representar uma “síntese de experiência histórica, como potência materializada do acontecimento” (MAUD, 2008, p. 45), pois as imagens, que conferimos a esta pesquisa, rememoram enunciados anteriores ao seu espetáculo. Uma vez que a relação do espetáculo com a mídia é singular, pois o que importa, para o século XXI, no qual nos encontramos

[...] não é o diferente, o novo, o que extrapola, mas sim o constitutivo de todas as práticas discursivas em funcionamento na mídia em suas maneiras de textualizar. Essas são materializadas em texto, segundo a formação ideológica em que a mídia está inserida. (MEDEIROS, 2010, p. 99)

As imagens estilizadas: “||” possuem um lugar de destaque, e podem instaurar um sentido novo, movimentando sentidos, resgatando através da memória

⁵¹ Esta relaciona a arquitetura da prisão e a sociedade da época, sob a forma de panopticon (pan: todos, ópticos: olho). Esta era uma prisão em que o carcereiro, a partir de uma 'estratégica' poderia vigiar todas as celas do prisioneiro.

⁵² Texto: Discurso, Imagem e redes de sentido: quando o acontecimento jornalístico escreve a história do presente – Apresentado no IV SEAD, Porto Alegre, 2009.

a História uma vez 'sobredeterminada' pela memória da mídia. Instaure-se pela prática discursiva, uma prática social, em que a imagem faz parte do social, da história e da memória que se 'preserva'.

2.3 O espaço urbano evidenciado por práticas sociais⁵³

As imagens que tomamos como objeto de análise para esta pesquisa (re) configuram momentos bastante específicos da política brasileira e traduzem uma nova prática na sociedade: a de dar visibilidade (também no sentido do visual, de ver e não somente ler) às cenas da urbanidade, retratando o espaço urbano. Esta forma de discurso é bastante utilizada pela mídia em geral, como também pelas novas tecnologias da linguagem, pois a mídia, da qual nós partimos neste trabalho, cada vez mais assume uma postura de mostrar aquilo que pretende, sob novas práticas discursivas, “no sentido de uma “instrumentalização” da linguagem, na diversidade de suas materialidades” (SILVA, 2001, p. 151-152).

A nossa posição é de que tanto a informação como a mídia produzem realmente a multiplicação (diversificação) dos meios mas, ao mesmo tempo, homogeneízam os efeitos. Daí uma idéia de criatividade pela deslimitada produção (a enorme variação) do 'mesmo' (ORLANDI, 1996, p. 16).

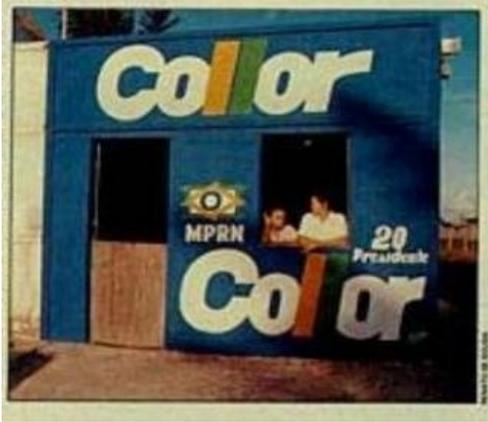
Podemos assim dizer que as imagens que são destacadas na/pela mídia⁵⁴ são postas em circulação pela mídia, como articulações discursivas, conforme observamos no quadro abaixo: **(Q.3): O espaço Urbano**

⁵³ Nesta seção, consideramos o espaço público como um espaço comum a todos, social, e não o espaço privado, aquele em que não há participação do público. Sendo assim, trazemos para a análise a prática social que aparece divulgada pela mídia, com o cenário urbano.

⁵⁴ Lembrando que estamos considerando mídia a Revista *Veja On-line* e o *blog*, os quais veiculam as imagens (cf. Site descrito na dissertação)

Q.3 – O espaço urbano⁵⁵

(Ad.3)



(Ad.4)



(Ad.6)



(Ad.7)



Notamos que as imagens retratam cenas públicas (de campanha presidencial, de marchas, passeatas, manifestações dos “caras-pintadas”), ou seja, estamos tratando de cenas urbanas evidenciadas por práticas sociais, publicadas na mídia impressa e eletrônica. Para esta seção, elegemos olhar somente para as imagens e nos deter somente no espaço, lugar que se evidencia em cada uma: o espaço público e urbano. Ou seja, fizemos um recorte dentro do *corpus* selecionado, para podermos avançar no que diz respeito ao espaço (lugar) retratado nas imagens. Este é o espaço urbano, o qual nos remete ao lugar onde algumas cenas acontecem, como, por exemplo, as que se referem às questões sociais, às práticas sociais, às cenas urbanas do dia-a-dia, às propagandas em geral e também

⁵⁵ Escolhemos trazer neste quadro as quatro imagens norteadoras desta pesquisa, não desconsiderando, porém, as outras imagens fotográficas, as quais foram mobilizadas nos quadros anteriores e também retratam cenas da urbanidade.

eleitorais, aos movimentos sociais, não esquecendo que as imagens mostram movimentos relacionados à política brasileira.

As cenas para as quais a mídia dá visibilidade, seja pela revista *Veja* (eletrônica ou impressa), ou pelo *Blog*, mostram formas de protestos, de movimentos, de ruptura, como também mostram tentativas de ascensão e queda de governantes. Intercalam-se entre práticas sociais de campanhas presidenciais e de protestos. Podemos dizer ainda mais, que tais imagens estão construídas sob uma mesma base, a de manifestação urbana, seja para apoiar, aprovar ou contrariar e recusar alguém ou alguma coisa. A prática em dar visibilidade a isso se torna uma prática intimamente ligada ao social. Neste caso, quer se mostrar um apoio e um repúdio ao modo de governar.

Falar em questões referentes à política, não só a brasileira, é também pensar nesse movimento popular, principalmente quando se quer eleger um representante ou destituí-lo do poder. Há que se ter passagem pelo lugar público, lugar que também é do outro, um espaço que é comum - como a rua – sobre a qual as pessoas andam a pé e/ou de carro. São lugares, espaços da cidade, que são ao ar livre, não se dão em lugares fechados, uma vez que para essas práticas, requer-se um lugar comum, em que mais pessoas possam ver e estar perto, estar no lugar do próprio acontecimento. Promover um candidato não pode se fazer em secreto, a menos que não se queira a vitória. O mesmo ocorre nos protestos, nas reivindicações. Quando se luta por algo, espera-se que se diga algo a um número elevado de pessoas. Imagina-se que em protestos e em manifestações (cf. algumas imagens mostram), o caso já tenha sido levado às autoridades competentes, porém sem alcançar o resultado esperado. Assim, o que resta é protestar publicamente, “reclamar” algum direito ou dever de alguém esperando receber apoio daqueles que ouvem. Estas manifestações são também formadoras de opinião, via mídia.

Face a esses movimentos, abordamos, neste capítulo, os sentidos que circulam e se atualizam pela visualização das imagens, a partir da sua circulação e visibilidade proporcionadas pela mídia. Quando falamos em espaço urbano, precisamos delimitar e compreender que espaço é esse, o que encontramos nele, a

partir das imagens fotográficas com que estamos trabalhando. A partir das respostas, vamos tratar das especificidades próprias desta materialidade discursiva.

Consideramos a cidade como um espaço que significa aquilo que já é significado, procuramos chegar o mais perto do discurso da cidade, apreendendo seus efeitos de sentidos, bem como os discursos que se constituem sobre a cidade, os quais fazem parte do imaginário social urbano.

2.4 O 'dizer' da imagem fotográfica

A lente da máquina capta um espaço a ser observado, espaço que pertence ao urbano, onde circulam os sentidos na cidade. A imagem pode focar em objetos, pessoas, momentos que foram interrompidos em seu movimento, mas o que está historicamente atrelado a ela não permite a fixidez dos sentidos, ou seja, a imagem passa a ganhar movimento a partir do *gesto* do olhar do analista e, assim, ganha vida. É como se o *gesto* do analista, que não deixa de se constituir em um gesto ideológico, enquanto uma tentativa de interpretação, liberasse os sentidos possíveis e, com isso, daria o direito para que novas relações fossem estabelecidas e, desse modo, alcançasse o efeito de uma nova instância significativa.

Ao mesmo tempo em que olhamos para a imagem fotográfica, em sua forma versátil de apresentação, é uma forma de linguagem e não há um sentido que seja único que regule sua construção. Sua 'manipulação' e sua também 'construção' dão-se na sociedade atual, “como base tecnológica da maioria das mídias contemporâneas” (AGUSTINI, 2007, p. 245) e não é uma mera representação da realidade, pois

[...] a imagem fotográfica escapa a essa função informativa, justamente por ser feita de linguagem. Não se trata de uma representação do acontecimento ausente ou da captura que congela um momento passado; é ainda uma interpretação do mundo, haja vista que passa por um sujeito que a produz e que imprime na fotografia algo de si, embora encontre seus limites nos recursos da máquina fotográfica. (Ibid., p. 246)

Desse modo, segundo a autora, a imagem fotográfica se deixa mostrar por traços que não são visíveis nela, é a invisibilidade desses traços que a faz significar, mostrando “o não-todo do espaço tempo do acontecimento recortado”. É via interpretação que a imagem abre-se para um possível dizer, mas não para mostrar uma realidade. É necessário considerarmos que há um sujeito que a produz, desde a posição do fotográfico, até a escolha da mídia por esta imagem fotográfica e não outra. Posto está o que é da ordem dos recursos tecnológicos da mídia em torno da linguagem, os quais viabilizam qualquer alteração de imagem no que tange os meios de produção da imagem (como brilho, luz, lentes, dimensão, foco, recortes, (des)borrados etc.).

Sendo assim, pode-se 'moldurar' um dizer que se pretende e permitir, pelo efeito de retratação⁵⁶, que esse dizer (enquanto texto da imagem, analisado numa perspectiva discursiva) indica uma verdade e realidade. De acordo com essas considerações,

Esses textos se corporificam em uma regularidade, com seus modos de dizer, que são construídos e saem das mesas de designers, diagramadores, artistas da informática, fabricados a partir de uma adequação de todo o dito à audiência, que se presta, em um efeito de transparência, a incitar os sentidos. (MEDEIROS, 2010, p. 99)

O que tentamos mostrar, é que a imagem fotográfica recorta uma cena urbana, mas esta cena possui traços da matéria significante, os quais podem nos indicar os pontos de deriva dos sentidos. Estes rompem o efeito de decalque e “abrem espaço para o observador “brincar” com sentidos (possíveis), fazendo-os dizer diferentemente [...]. Esse fazer dizer diferente guarda nele algo do indizível que permanece na fotografia e que a abre à interpretação” (AGUSTINI, 2007, p. 246)⁵⁷

A partir do movimento fora da imagem, a qual foi capturada pela lente da máquina, nós, enquanto analistas, perseguimos as pistas, o movimento dos

⁵⁶ Segundo Agustini (2007), existe na imagem fotográfica “ciframento e deciframento”, pois “permanece nela, algo que confunde verdade e realidade e que, por isso, produz o efeito de retratação” (p. 246). Este possui as características de ser “produzido pela planificação do espaço-tempo recortado no e pelo espaço da fotografia, que focaliza um elemento específico do acontecimento ou do cenário fotografado em detrimento dos demais elementos possíveis de constituírem o escopo do gesto de fotografar.” (p. 249)

⁵⁷ Grifos do autor.

sentidos, dos sujeitos. Nesse deslocamento, constituímos a ambos (imagem e sujeito), ao mesmo tempo, pois “quando falamos em sentidos estamos falando necessariamente nos sujeitos, nesse caso específico, nos sujeitos urbanos. Ao significar a cidade o sujeito se significa na e pela cidade” (ORLANDI, 2001, p. 7).

CAPÍTULO III

Construindo a análise do *corpus*

3.1 Um olhar sobre a imagem: uma abordagem não dicotômica

Analisamos imagem (fotografia) e escrita (escrito, legendas), bem como a definimos nas seções anteriores, considerando-as juntas, como materialidade discursiva complexa, capaz de revelar traços de práticas sociais cotidianas e urbanas. Elencamos, neste espaço, uma trajetória e percurso da imagem, tendo como 'pano de fundo' as discussões trazidas no livro **Papel da Memória** (2007) e acrescentando com os trabalhos que consideram tal materialidade e que estão sendo desenvolvidos na contemporaneidade; por exemplo, por Eni Orlandi, a qual investiga o funcionamento das formas de linguagem como, por exemplo, as pichações, pinturas e tatuagens e outras artes.

Desse modo, acreditamos que o retorno a outros estudiosos, os quais se interessam em investigar as diferentes formas de linguagem, nos possibilitará trabalhar com a imagem, de forma que ela não esteja separada de sua legenda, texto ou escritos, uma vez que a união das duas formas encontra-se sob a égide de uma prática social.

Talvez possamos iniciar esta reflexão pelas retomadas mesmo. Afinal de contas, as retomadas sustentam teórica e metodologicamente a AD - Análise de Discurso (fundada na França, nos anos 60). Ao retomar, a AD se propõe a desconstruir algumas dicotomias que, por muito tempo, colocaram em oposição elementos que funcionariam muito bem se postos lado a lado, enquanto constitutivos de um mesmo processo: o de produção de sentidos.

Vamos refletir, rapidamente, sobre duas dicotomias que são especialmente reveladoras das relações entre o imagético e o linguístico. A primeira retomada revela o linguista e semiólogo Ferdinand Saussure como ponto fundador, pois ao propor a dicotômica separação de língua e fala, ele elege o objeto da ciência linguística (a língua), apontando para a necessidade de se pensar nas diferenças entre língua e linguagem, sendo esta última, numa leitura discursivista, a que revela uma multiplicidade de materialidades (igualmente passíveis de análise). Ao retomar, podemos recorrer à clássica divisão chomskiana que estabelece o que é da ordem

do gramatical e o que é da ordem do agramatical, centrando também sua análise sobre a língua, enquanto *competência*, mas explicitando a presença inevitável da *performance*, como aquilo que extrapola o linguisticamente posto. Estas dicotomias revelam a presença potencial do não-linguístico como colado ao linguístico. Retomar implica atualizar estas dicotomias pelas discussões empreendidas por estudiosos da área que insistem em separar escrita e oralidade, língua culta e língua não-culta, o certo e o errado.

Lagazzi (2008)⁵⁸ investe na análise de um vídeo (um documentário), levando em conta as duas materialidades que lhe são constitutivas. A autora explora, a partir da mobilização de noções da AD, o que é da ordem do verbal e o que é da ordem do imagético, do não verbalizado e/ou do não-verbalizável mesmo. Lagazzi denomina essa forma de colocar em relação língua (oral) e imagem como “materialidade verbo/visual”. É um modo interessante de se pensar nas “materialidades significantes” que extrapolam o linguisticamente constituído, pois já não importa separar uma da outra, bem como não se pode priorizar uma a outra; cai por terra, então, qualquer possibilidade de julgamento, pois juntas as materialidades mostram uma singular manifestação de linguagem, talvez possamos chamá-la, simplesmente, discurso. As imagens podem se relacionar pela contradição “cada uma fazendo trabalhar a incompletude na outra”.

Tânia Zen (2007), que em sua tese de doutorado analisa crônicas fotográficas, fala numa espécie de “aliança” entre materialidades distintas, visando à construção dos sentidos, revelando um duplo esforço para atingir o referente (p. 45). Desta aliança resulta “um discurso “c” pela relação que se estabelece entre o discurso “a” e o discurso “b”, evento que impulsiona o surgimento de um novo”, o que a autora denomina “discurso complexo”. Ela ressalta ainda que não será chamado discurso complexo aquele que reunir sob sua égide uma fotografia, por exemplo, que rompe a “aliança” semântica com a escrita, pois nesse caso deveríamos chamá-lo espaço próprio ao funcionamento do equívoco, da resistência, etc.. Tomar a aliança entre escrita e imagem levou a autora à seguinte reflexão sobre a noção de leitura: “o movimento de leitura dessas materialidades é diferente,

⁵⁸ Em Conferência proferida em Campo Mourão.

o modo de percepção visual do material visto é a-linear e do material lido é linear, mas ambos, enquanto discurso, são a-lineares” (p. 42).

Debray (1993) também nos traz contribuições para pensarmos a imagem. De acordo com seu livro **Vida e morte da imagem**, há três esferas históricas e distintas para a imagem. A primeira seria a logosfera – a imagem-ídolo – após a escrita; a segunda, a grafosfera – a imagem-arte – após a imprensa e, por último a videosfera – a imagem-visual – após a tevê a cores. Cada esfera tem suas características, que podemos classificar como funções. Com a logosfera, a imagem era tomada como referência ao sobrenatural, já a grafosfera fazia referência à natureza e a realidade histórica, por último, a videosfera tem sua referencialidade na percepção através de simulações artificiais, através de máquinas. Assim sendo, temos as correspondências: imagem-ídolo: celebra o sagrado; imagem-arte: aquilo que é belo; imagem-visual: o que representa o novo. Desse modo, a imagem passa a ocupar um lugar de destaque, central e muito utilizada pela mídia, em todas suas instâncias e modos de circulação.

Interessa-nos, portanto, escapar às dicotomias excludentes; escapar também à tirania da língua (aquela dos linguistas mais conservadores) sobre a imagem (enquanto perversidade), revelada num mundo sagrado, cada vez mais, profanado pelas artes visuais. Queremos observar, adentrar e intervir nas relações que se estabelecem entre o linguístico e o imagético de tal forma que eles não se separem mais em prol de uma metodologia de análise, mas que sejam historicizados juntos, colados, ainda que preservadas as contradições constitutivas que possam revelar, via análise.

3.2 A imagem como “operador de memória social”

Consideradas as imagens fotográficas (com legendas, cartazes, faixas) ou seja, o discurso (imagem + escrita), podemos perceber, até o presente momento, que não as estamos tratando de maneira isolada, como de um lado o que é da

ordem do linguístico e, do outro, da ordem do imagético. Mesmo respeitando suas especificidades, parece-nos pouco possível desvincular essas duas ordens, pois o sentido, o gesto interpretativo que nos interpela está presente justamente no entrelaçamento, como ‘dependente’ uma ordem da outra, para a produção de sentido, pelo viés interdiscursivo. É por este entrelaçar que a discursividade, produzida por essa conjuntura, “aciona uma rede parafrástica” (PETRI, 2010, p. 70) e produz um discurso que “se efetiva como produtor de sentidos, porque é essa relação que mantém em movimento a cadeia discursiva, o que pode ser observado, mais especificamente, na horizontalidade própria do intradiscurso” (PETRI, 2004, p. 211).

Desenvolvemos nossa reflexão em torno das imagens⁵⁹ aqui em análise, considerando as formas linguística (texto - legenda) e imagética, como “imagem, enquanto prática social” (PETRI, 2010, p. 76), que, pela presença do elemento simbólico “||”, faz ressoar uma memória e, conseqüentemente, sobredetermina o governo posto em referência, seja pelo nome ou por uma palavra que traga o “||” em sua forma linguística. Desse modo, esta forma traz à baila as formulações postas no interdiscurso.

[...] a imagem é antes de tudo um dispositivo que pertence a uma estratégia de comunicação: dispositivo que tem a capacidade, por exemplo, de regular o tempo e as modalidades de recepção de imagem em seu conjunto ou a emergência da significação (PÊCHEUX, 2007, p. 30).

Partimos, neste espaço, para o que Davallon (2007) e Pêcheux (2007) concebem sobre a imagem, de que ela funcionaria como um “operador de memória social”. Dessa maneira, e de acordo com Davallon, é que tomamos a presença simbólica dos dois “||”, comuns às três imagens, em seu funcionamento, como um dispositivo de memória social, utilizada muito bem e, preferencialmente, pela mídia, o que a torna uma espécie de “*estratégia de comunicação*”, capaz de regular um tempo dentro de sua materialidade que, aparentemente, parece ser *opaca e muda* (2007), pois funciona como uma ferramenta de mídia e produz efeitos na história

⁵⁹ Lembramos, de que quando nos referimos à imagem, a tomamos como um todo, considerando suas legendas.

para construir uma memória em torno do elemento comum a todas elas, o que faz com que automaticamente ocorra uma associação, como uma relação de dependência de sentidos entre a imagem que se passa a ter das duas letras e o acontecimento histórico de 1992, o *impeachment* de Collor.

Com relação a isso, podemos considerar, em parte, a estilização da forma “II”, como sendo uma referência não só ao governo de Collor, mas também à sua Imagem Pública, pois, segundo Gomes (2006, p. 18), “a noção de Imagem Pública se distingue da Imagem-suporte, porque não possui materialidade específica e se diferencia da Imagem-percepção, porque não é espontânea e involuntária”. Ou seja, neste caso, a Imagem-Pública referendada não faz parte de qualquer ação involuntária, mas sim está ligada à forma estilizada “II”, por escolhas, por relações de poder, para que, assim, acionem uma memória.

Percebemos que as redes de formulações suscitadas pelo imagético e pelo linguístico, além de estarem inscritas em uma memória social, mesclam-se para a produção de um determinado discurso, o do *impeachment*. Nelas identificamos, segundo Freda Indursky (2003), enunciados que vêm de um discurso-outro, e que estes circulam em outros lugares, no que está fora do próprio dizer, mas “retorna porque faz sentido antes” (PETRI, 2010, p. 80). Encontramos, dessa forma, relações inscritas no já-dito, no interdiscurso. É a memória que garante a atribuição de sentidos a que, até então, tenta-se aludir. O que acontece numa sociedade, num país, numa família, ou com o sujeito, de forma individual, pode ser (re)lembrado através da memória, retomado, revivido.

Courtine e Haroche (1994) afirmam que a linguagem é o tecido da memória. Existe uma memória colada à linguagem, indivisível, e os processos discursivos são os que sustentam e fazem emergir o que, em uma memória coletiva, é característico de um determinado processo histórico. Desse modo, a memória discursiva, faz parte de um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos (MARIANI, 1996).

A memória social, parafraseando Davallon (2007), parece encontrar-se numa relação inteira e naturalmente presente nos arquivos das mídias. Podemos considerar, conforme Weber (2004, p. 262), que os arquivos de mídia que aqui nos referimos, são resultados da imagem conceitual, emitida por sujeitos em plena disputa de poder, sendo recuperada na síntese de uma imagem abstrata (como a forma “**I**”), com as imagens concretas (a de Collor, de Lula e a de Yeda, enquanto, respectivamente, sujeitos presidentes e governadora).

Já que as condições de produção que circundam cada governo são diferentes, torna-se importante ressaltar que, quando um acontecimento ou um evento é lembrado pela sociedade, não basta ele só ser lembrado, mas sim, que venha a apresentar a mesma vivacidade que outrora já teve, que ele seja reconstruído a partir das noções da época em que aconteceu, mas sempre trazendo consigo um sentido novo, a partir do mesmo e do diferente. Isso pode ser entendido pelo fato de a imagem não ser “de verdade”, mas sim, ela é uma metáfora da imagem, “uma representação analógica da representação pictórica” (GOMES, 2006, p. 18). Davallon (2007, p. 25) parafraseia Halbwachs (1950) que considera a memória como aquilo que ainda está vivo na consciência do grupo para o indivíduo e também para a comunidade, acreditamos também nisso em relação ao nosso objeto de estudo.

[...] há todo um imaginário coletivo em pleno funcionamento e não pode ser negado. [...] há toda uma memória social ativa que não se sustenta somente sobre valores morais e, sim, em práticas sociais já consolidadas e dadas como práticas deste e neste grupo social. (PETRI, 2010, p. 79)

Assim, acentua-se o caráter desta materialidade, que produz sentidos pela sua constituição e abordagem, enquanto prática social, conforme propõe Petri (2010). A mídia, ao veicular as imagens, tais como as que trazemos, reconstitui uma memória anterior, instituída por ela mesma, quando mostrara imagens da campanha eleitoral de Collor e dos protestos (como aqueles dos caras-pintadas), em 1992, os quais levantavam a bandeira com o “**Fora Collor**”⁶⁰ como também gritavam por

⁶⁰ Ver anexos (p. 122)

isso. Então, a forma “||”, que hoje vem ressignificar, ressoar, retumbar, já foi “programada” para que funcione nas imagens atuais como referência ao governo de Collor e às suas atribuições.

Assim, a memória coletiva e social é acionada quando o referente está lá, em algum lugar, podendo sempre retornar e produzir sentidos no interior daquele grupo social, uma vez que esta memória já foi instituída pelas imagens visíveis que a mídia até então publicou, configurando uma estabilidade discursiva.

O fato de a imagem trazer a forma “||” em questão, como também colada à legenda e ao que vem antes e depois dela, faz com que esta seja (re)tomada e (re)faça o trajeto contrário, em busca do acontecimento que parece ter sido esquecido, mas que volta com toda, ou talvez, maior força, assim como considera Halbwachs (1950), quando opõe a memória coletiva à história, e, dessa forma, afirma que “a história resiste ao tempo; o que não pode a memória”. Davallon o parafraseia dizendo:

Assim, o acontecimento, como acontecimento ‘memorizado’ poderá entrar na história (a memória do grupo poderá perdurar e se estender além dos limites físicos do grupo social que viveu o acontecimento); mas enquanto ‘histórico’, ele poderá se tornar, em compensação, elemento vivo de uma memória coletiva (DAVALLON, 2007, p. 26).

A relação entre o imagético e o linguístico nas três imagens é diferente, pois os sentidos derivam a outros. Existe a mesma relação entre o imagético e o linguístico, mas o funcionamento não é o mesmo, já que o linguístico é outro. Mesmo que pareça haver uma tentativa, falar acerca do *impeachment* de Collor é diferente de falar da tentativa contra Lula ou contra Yeda.

Hoje não temos o distanciamento necessário para que possamos dizer se essa memória continuará ou fará parte da história, uma vez que a memória pode se perder, ao contrário da história, mas, certamente, a presença destes dois “||” retorna, de tempos em tempos, pela mídia, via imagem, acionando o dispositivo da

memória social, podendo ainda ser parte da história deste grupo social, como uma memória produzida pela mídia, memória metálica, pois, nos últimos 20 anos, parece que o *impeachment* é uma palavra bastante frequente, sendo recorrente em muitos momentos, tornando-se uma prática cotidiana, em que “é preciso que a língua se inscreva na história para significar” (ORLANDI, 1999, p. 60-61).

Os enunciados discursivos: 'Co||lor', 'Ne||le'; 'Lu||la' e 'E||la' inscrevem-se em uma extensa rede de formulações, na memória discursiva, no interdiscurso, no qual os dois “eles” não são apenas letras comuns duplicadas, pois dizer “||” é revelar uma imagem que aciona uma memória, a qual continua ressoando, às vezes mais e às vezes menos atualizada. Passamos agora à visualização das imagens fotográficas (constituídas de imagem + escrita - Ads) de nossa pesquisa e, em seguida, às considerações sobre elas.

Q.4 – “Collor”, “Nelle”, “Lulla” e “Ella”



(Na vertical) – O PRN em toda parte – Estruturadas em torno de um partido de ocasião, o PRN, a campanha de Collor conseguiu em poucos meses montar cerca de 10 000 comitês eleitorais. A legenda se estruturou até mesmo em cidades como Teotônio Vilela, a 165 quilômetros de Maceió, uma das campeãs brasileiras em mortalidade infantil. No Congresso Nacional, onde precisará de maioria para governar, o PRN possui 22 deputados e Collor já pode contar com o apoio de um grupo de setenta parlamentares.

Ad.3⁶¹ - Campanha presidencial de Fernando Collor de Mello. In: Revista Veja – Arquivo digital – Ed. 1105 – 15 de Novembro de 1989. <http://www.veja.com.br/acervodigital/home.aspx>, acesso em 16/03/2010.



Ad.4 - Campanha presidencial de Fernando Collor de Mello. In: Revista Veja - seção Brasil - Edição 1917, do dia 10 de Agosto de 2005.

⁶¹ A numeração das articulações discursivas segue a ordem do Quadro: Q.1, p. 28.

Lucas Laca z Ruiz/AE



MARCHA DA INDIGNAÇÃO

Sindicalistas protestam contra Lula no interior de São Paulo: seu nome aparece com "ll" e as cores da bandeira

Ad.6 – Marcha em protesto contra Luiz Inácio Lula da Silva. In: Revista Veja – seção Brasil – Edição 1917, do dia 10 de Agosto de 2005.



(...) O manifesto foi lançado no auditório da Comissão de Direitos Humanos. Com faixas, adesivos com os dizeres Fora Yeda e caras-pintadas com as cores da Bandeira do Rio Grande do Sul, os estudantes permaneceram cerca de duas horas na Assembléia.

Ad.7– Manifestação de Estudantes pedindo o *impeachment* de Yeda Crusius. Acesso em 16/02/10. In: *Blog site*:

<http://www.clicrbs.com.br/blog/jsp/default.jsp?source=DYNAMIC.blog.BlogDataServer.getBlog&uf=1&local=1&template=3948.dwt&Section=Blogs&post=156709&blog=218&coldier=1&topo=3951.dwt>

Nas três primeiras imagens é que se encontra a peça principal para tentarmos resgatar as outras inscrições: o nome de Collor em verde-amarelo que ressalta os dois “||”, afixados nos carros, nas casas, como se fossem comitês do candidato, a frase inscrita num *outdoor*, afixado no muro paralelo à calçada: ‘Ne||le sim’. É com relação a este nome que gostaríamos de começar as análises, considerando os estudos sobre *O nome próprio de pessoa*, feito por Guimarães (2005, p. 33-42).

Em **Semântica e acontecimento: um estudo enunciativo da designação**, Guimarães toma como objeto inicial o funcionamento da designação dos nomes próprios de pessoa. Para o autor, pensar no nome próprio de pessoa é estabelecer a relação entre *nome/pessoa*, *nome/falante*, *nome/sujeito*, ou seja, estamos diante *daqueles que falam que são sujeitos no dizer*. Ao se estudar essa temática, apresentam-se as questões próprias à relação da linguagem com o mundo e também com o sujeito.

Segundo o autor, as nomeações se dão pela união de nomes e um sobrenome, bem como é o caso dos nomes Fernando Collor de Mello, Luiz Inácio Lula da Silva e Yeda Crusius, sujeitos presentes, enquanto posição que ocupam em cargo público, em nosso *corpus* de pesquisa. A constituição desses nomes é posta como uma construção na qual o sobrenome determina o nome, ou o nome é determinado por outros elementos, como outros nomes que a pessoa possui. O que Guimarães enfatiza é que independente do nome de pessoa, ele sempre é construído por uma determinação, “há uma constituição morfossintática do nome próprio de pessoa e ela se dá como relações de determinação que especificam algo sobre o que se nomeia” (2005, p. 34). Sendo essas relações as próprias restrições que determinam o modo para se nomear alguém.

Desse modo, já podemos pensar nos três nomes (populares, conhecidos dos brasileiros)⁶² que aparecem nas imagens que estão postas sob análise neste trabalho; o sujeito Collor está determinado pelo seu nome: Fernando Collor de Mello,

⁶² Podemos perceber que os nomes atribuídos aos governantes, ou são o primeiro nome, ou são aqueles que são mais populares, fáceis de dizer, aqueles que causam maior aproximação e, talvez, identificação com os eleitores. Citaríamos aqui outros exemplos, mas um caso mais recente é o do candidato José Serra, na campanha presidencial no ano de 2010, em que ficou popularmente conhecido como “Zé”. Isso aproxima eleitor e candidato, sendo também uma determinação ideológica.

assim como o sujeito Lula, também é determinado pelo seu nome: Luiz Inácio Lula da Silva, e também ocorre o mesmo com a governadora Yeda Crusius, conhecida mais por Yeda. Há no processo de nomear um memorável, e as pessoas não são “pessoas em si”, pois o sentido do nome próprio as constitui, como também suas identificações sociais e seu funcionamento enquanto tomadas de posição dos sujeitos. Assim, saímos do empírico e adentramos o institucional.

Assim, os sujeitos aqui envolvidos, são determinados por aqueles que os nomearam, mas também pelas suas identificações e atuações em sociedade, como também a sociedade, a mídia, a política, etc. os constituem e os determinam enquanto sujeitos bons ou maus, corrupto ou leal, por exemplo. Podemos dizer que é a partir desse funcionamento que a mídia trabalha para designar, sobrepor e aproximar os nomes dos três governadores, de acordo com suas 'condutas', pois,

Quando um nome próprio funciona, ele recorta um memorável que enquanto passado próprio da temporalidade do acontecimento relaciona um nome a uma pessoa. Não é um sujeito que nomeia, ou refere, nem a expressão, mas o acontecimento, exatamente porque ele constitui seu próprio passado”. (GUIMARÃES, 2005, p. 42)

De acordo com estas considerações, trabalhadas por Guimarães, podemos considerar que cada sujeito (Collor, Lula e Yeda) tem um passado, desde as suas nomeações (com nome e sobrenome) dadas por um sujeito-pai ou por sujeitos-cidadãos – e neste caso, estamos nos referindo aos apelidos, ou nomes próprios que são tomados isoladamente, seja por serem mais fáceis de pronunciar, por serem assim conhecidos por uma forma mais abreviada de falar e/ou de cunho ideológico. O fato é que o nome deles, de alguma forma, foi determinado por alguma coisa ou por alguém, e isso faz com que eles 'carreguem' em seus nomes algo de seu próprio passado, como diz Guimarães “próprio da temporalidade do acontecimento” e, de alguma forma, ideológico. Ao haver a exterioridade constitutiva do discurso, a forma das letras “**LI**”, nas cores em que se apresentam nas imagens, rememoram o nome de Collor, retomando, da mesma forma, os sentidos que lhe são constitutivos do cenário do *impeachment* (1992). Traz à tona as denúncias contra o governo Collor e, por consequência, associa o ícone que “virou mídia” - ou a mídia

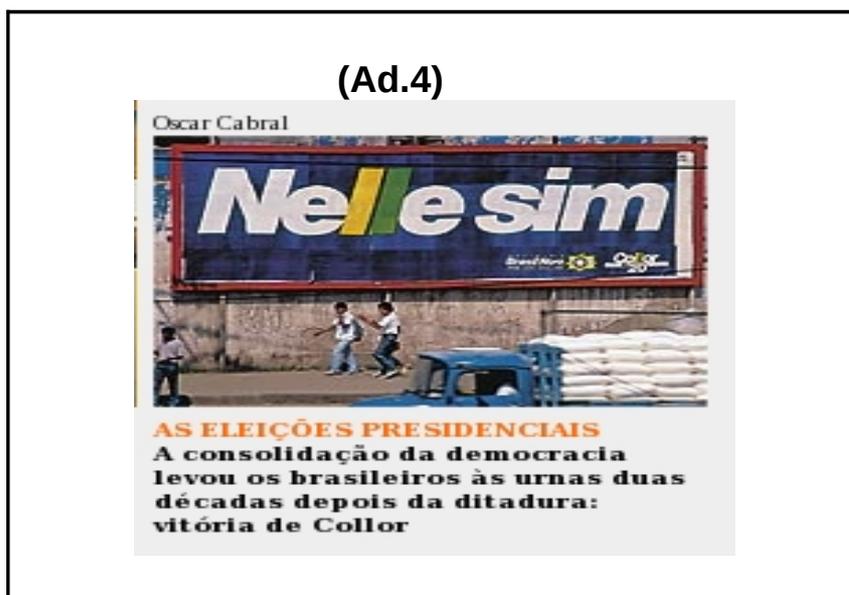
que tornou o fato num ícone – os “||” de seu nome. Sendo assim, ao promover essa imagem nos nomes de Lula e de Yeda (no pronome “Ella”), imediatamente a associação ocorre, e o episódio relaciona o nome à pessoa. Vale ressaltar que nos interessa, não a associatividade entre os nomes, mas entre os governantes, ou seja, às tomadas de posição do sujeito, como discutiremos na seção **3.4**, deste Capítulo.

A rememoração só é possível porque está funcionando o “interdiscurso, enquanto memória, e não [apenas] a de um referente específico que relaciona a palavra à coisa” (GUIMARÃES, s.d), pois há uma designação sobre os sujeitos, enquanto posições que ocupam, e não somente o fato de nomeá-los como 'Lulla' e 'Ella', pois se fosse somente uma questão do nome, poder-se-ia chamar Lula e Yeda de Collor, porém o efeito que se produz não é o mesmo, além de nomear, é preciso que se tenha uma designação e neste caso, só teríamos um nome e uma designação. O nome atenderia a uma necessidade oficial e institucional, segundo Petri (2010) e não produziria efeitos de sentidos. É na prática discursiva, pela prática social, que nome e designação podem coincidir ou não. Nos interessa o ato designativo, porque é marcado linguisticamente e discursivamente pela memória que retorna, fazendo ecoar sentidos e construindo a história de um grupo social.

3.3 Discursividades: “articulações discursivas”

Agora, deixamos de lado a questão do nome e atentamos para as imagens e os escritos a ela apegados, como as legendas. Com relação ao material que cada uma delas se ocupa, iniciamos por falar sobre os *outdoors*. Estes, geralmente, são encontrados às margens das estradas, nas ruas, justamente por onde passam um número elevado tanto de pedestres quanto de motoristas, sendo, portanto, de fácil visualização, como na **Ad.4**, logo abaixo:

Quadro 5 (Q.5)



Além disso, ele é um veículo rápido de informação e usado, principalmente, para fazer propagandas, sejam elas eleitoreiras ou de marketing, ou as duas juntas. Neste caso, ele pode ser visto por pessoas de qualquer idade, sexo e classe social, e é desta forma que eles se encontram nesta figura. Deste modo, o *outdoor* parece ser estrategicamente bem sucedido, pois abrange um público maior e específico.

A imagem dos “**le**” em: “**Nele**” era destaque no ano de 1989 e trazia consigo efeitos de sentidos ao mesmo tempo em que outros eram produzidos. O pronome referia-se ao candidato à presidência do Brasil, Fernando Collor de Melo. Percebemos isso quando logo abaixo da foto está escrito: *A consolidação da democracia levou os brasileiros às urnas duas décadas depois da ditadura: vitória de Collor*. Na época era um voto certo, o povo seria ‘liberto’ de uma ditadura. Inicialmente, os dois “**le**” remetiam aos sentidos ligados à liberdade, como também à liberdade de expressão, sem censura; depois passou a ser estilizado como pronome e hoje ressoa e produz ecos de sentidos negativos como a corrupção, de crime de responsabilidade política, pelo viés dos sentidos que permeia o dizer *impeachment*.

Se continuarmos acompanhando a História do Brasil, veremos que estas mesmas cores, verde-amarelo, em 1992, viriam a representar a Ética e a Cidadania, na política, pois ocorreu o inesperado: o antes candidato, Collor, passou a presidente da República Federativa do Brasil, e em pouco tempo, estava sendo caçado por denúncias de corrupção. O intitulado 'Caçador de Marajás'⁶³ corria perigo, pois, por ironia, ele seria o caçador de si mesmo. Por conta disso, o governo do presidente enfrentou problemas, conforme podemos verificar em:

Nos meses seguintes começaram as manifestações populares pelo impeachment do presidente. Os jovens chamados de 'caras-pintadas', protestavam em todas as partes. Em 29 de setembro, a Câmara aprovou, por 441 votos a favor, 38 contra, uma abstenção e 23 ausências, o afastamento de Fernando Collor, que se instalou na Casa da Dinda⁶⁴.

Os jovens caras-pintadas eram manifestantes que ganharam esse nome pelo fato de pintarem, em ambas as faces de seus rostos, as cores verde e amarelo, ou seja, protestavam em favor da Nação, pela sua ética e cidadania, lutavam pelo *impeachment* (A revogação do direito à presidência, governo) do presidente.

A terceira imagem fotográfica apresenta uma faixa preta escrita com letras brancas, e a letra 'l' duplicada, também nas cores verde e amarelo, todas elas em maiúsculo. Nesta estava escrito: **'LU^lLA SABIA – PRISÃO DOS CORRUPOTOS E CORRUPTORES'**, como podemos observar no quadro abaixo:

⁶³ Cf. Matéria na Revista Veja – *On-line*, do dia 23/03/1988.

⁶⁴ site: <http://www.klick.com.br/2006/conteudo/pagina/0,6313,POR-1240-9195-,00.html> .
Acessado em 12/07/2008.

Quadro 6 (Q.6)

(Ad.6)

Lucas Lacaz Ruiz/AE



MARCHA DA INDIGNAÇÃO

Sindicalistas protestam contra Lula no interior de São Paulo: seu nome aparece com "ll" e as cores da bandeira

Esta faixa era carregada por protestantes sindicalistas, que saíram em passeata pelas ruas de São José dos Campos, no Estado de São Paulo, conforme a **Ad.6**. O momento histórico não era o mesmo, nele encontrava-se um período em que o presidente do Brasil estava sendo acusado de corrupções, pelo evento do 'mensalão', do qual ele afirmava não ter conhecimento. O enunciado discursivo dos dois "ll", porém, trazem à baila a rede de formulações inscritas na memória, a qual reúne enunciados do momento histórico dos protestos, das denúncias de corrupção e do impeachment do presidente Collor, em 1992, produzindo um *efeito de memória* (COURTINE, 2009).

Em uma marcha sindical, em um protesto ou em uma reivindicação, geralmente vem apresentado em letras maiúsculas tudo aquilo que se quer chamar à atenção. Na linguagem da Internet, o mesmo ocorre, as letras em maiúsculo é como se fossem "o grito", uma verdade a ser declarada ou talvez uma indignação, o que também não deixam de remeter a certa 'liberdade', tema de marchas e passeatas em outras décadas. De acordo com a faixa, notamos que este recurso é utilizado no linguístico que ela traz.

Há que se fazer notório o deslocamento das articulações **Ad3**, **Ad4** e **Ad6** para a **Ad7**, pois da primeira à segunda, de acordo com a ordem que estabelecemos, notamos que se trata de uma campanha eleitoral e, portanto, necessita atender aos protocolos impostos pela propaganda eleitoral, pela mídia, enfim, deve ter por finalidade atingir e persuadir o eleitor. No caso, as cores utilizadas são 'brandas' e sua característica deve ser transferida ao candidato. Não nos esqueçamos que as campanhas eleitorais também podem deixar de ser estáticas e silenciosas passando a passeatas movimentadas, porém, de outra forma, com outras alegorias. Já na segunda imagem, o movimento, o gesto e a voz são imprescindíveis que existam, para que o protesto e a manifestação ocorram com satisfação.

Na última imagem, a que se refere ao mandato da ex-governadora do Estado do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, os protestos também ficaram por conta da manifestação, do movimento, das faixas com escritos em maiúsculo. A frase da imagem fotográfica postada num *blog* na Internet é a seguinte: '**Ella NÃO PODE CONTINUAR**', sendo também as letras "**ll**", nas cores verde e amarela. Interessante observar que os dois "**ll**" e a letra 'a' não estão em maiúsculo, o que, de fato, firma ainda mais a estilização dos "**ll**". As condições de produção são similares aos eventos anteriores, denúncias e mais denúncias de corrupção sobre seu governo.

Temos nas quatro imagens a estilização dos "**ll**", que nas articulações **Ad6** e **Ad7** é 'LULLA'= Lula; 'Ella'= Yeda, que já não se trata somente dessas igualdades, há o deslizamento para 'LULLA' (Lula) = 'Ella' (Yeda)= Nelle(Collor). A constituição dos sujeitos envolvidos, anterior a estas acusações e comparações, difere das que vêm após esse 'movimento', em virtude dos deslizamentos de sentidos, promovido pela paráfrase, em torno desses sujeitos.

A questão dos "**ll**" pode ser pensada como um *efeito metafórico* trabalhado por Pêcheux (1997, p. 94), guardadas suas especificidades, pois nesta parte, ele considera um único termo que altera no interior de um enunciado, ou seja, ocorre um processo de substituição de um termo pelo outro, porém há um conjunto de

estados possíveis que determina o funcionamento desta substituição, bem como se ela procede ou não. Vejamos como ele apresenta os casos:

1º – x e y (termos substituintes) *nunca são substituíveis um pelo outro.*

2º – x e y *são substituíveis um pelo outro, às vezes, mas não sempre.*

3 – x e y *são sempre substituíveis um pelo outro.*

Para nós, neste trabalho, importa considerar o segundo caso, que, de acordo com o autor, representa o caso em que x e y podem ser substituídos, mas para que isso proceda deve-se ter como base um contexto dado, ou seja, que eles estejam inseridos em um mesmo contexto. No corpus de nossa pesquisa, podemos dizer que o contexto que circunstancializa estes substituintes é o das denúncias de corrupção que propiciaram o início do processo de *impeachment* ao ex-presidente do Brasil, Fernando Collor (1992). Neste caso, teremos as seguintes substituições:

Ad4: x = Collor

y = Nelle

Ad6: x =Collor

y = Lulla

Ad7: x = Collor

y = Ella (Yeda Crusius)

Seguindo as reflexões de Pêcheux neste subcapítulo acerca do *efeito metafórico*, os casos acima representados – em torno das articulações **Ad4**, **Ad6** e **Ad7**) e pertencentes ao caso de número 2 – nas formulações pecheutianas, são designados pelo termo *sinonímia local* ou *contextual*, uma vez que 'depende' de uma mesma base contextual. Se fosse, por exemplo, uma carta para um dos presidentes ou para a governadora Yeda Crusius, não caberia a substituição, pois o contexto difere. A substituição se dá em nível superficial, onde o que repete é o que difere,

são os “||” que possibilitam nossa leitura parafrástica, enquanto os nomes nos conduzem ao diferente, ao metafórico.

Com efeito, é que consideramos a forma apresentada: “||”, como sendo uma forma estilizada de estabelecer relações de sentidos com a história do Brasil e remeter a um fato de ordem político-social que foi o movimento do *impeachment* contra Collor e não contra outro presidente, governador etc. Talvez, essa parte da história esteja bem presente em nossa memória, porque assim a mídia acompanhou (e nós a acompanhamos) desde sua abertura, as votações, até seu desfecho, divulgando de forma intensa e minuciosa este caso, e não outro, como o pedido de impeachment ao vice-presidente Floriano Peixoto, em 1893 ou contra o presidente Campos Sales, em 1901, contra Getúlio Vargas em 1954 e outros⁶⁵.

[...] uma substituição tem sempre por contexto o *enunciado*, considerado como combinação-substituição de lexemas, ao passo que não podemos dizer que um enunciado tenha um contexto, no mesmo sentido da palavra, pois os enunciados podem ser ligados por uma *relação de dependência funcional*, o que significa que a contiguidade sintagmática entre os elementos [...] cede o passo à *ligação funcional lógico-retórica*, que não é mais restrita à conexidade: dois enunciados podem estar em relação funcional através de um espaço discursivo neutro face a esta relação”. (PÊCHEUX, 1997, p. 100)

Voltando-nos para os casos apresentados por Pêcheux, os quais estávamos considerando, diríamos, de acordo com nossa pesquisa e observações, que, pelo fato de o contexto estar 'assegurado' pela forma “||”, há uma relação de comparação entre o governo do presidente Collor e os governos de Lula e Yeda, bem como a presença de uma similaridade, sempre em relação ao primeiro (governo de Collor). O autor adverte que devemos considerar todas as sinonímias

⁶⁵ Estes casos e outros, foram citados cf. Sérgio Borja (1992, p. 51). Casos estes, que, para nós, não são tão famosos, uma vez que não foram 'prestigiados' pela mídia ou pela sociedade. Ao pesquisarmos na internet temos uma ideia da quantidade de materiais que há sobre o *impeachment* contra o presidente Collor e da escassez de notícias, com relação a outros casos. Certamente, devemos levar em consideração o antes e o depois das denúncias a qualquer um dos acusados, pois o depois de Collor foi caracterizado pela efetivação do *impeachment*, pelo processo de votação na Câmara e, por fim, comprovadas as denúncias contra ele; ao contrário dos outros acusados, que não receberam votação mínima para a abertura do processo, colocando um ponto final nas ameaças de *impeachment*.

como sendo contextuais, até percebermos suas variações de acordo com as condições de produção (CP) de cada caso.

Desse modo, Pêcheux (1997), nos diz que

[...] o problema se apresenta como sendo o de saber por em relação as propriedades internas dos enunciados (como combinação de signos) e suas propriedades externas (como elementos funcionais do discurso), a fim de determinar os casos em que a *interpretação semântica* - no sentido que a lógica dá a esta expressão – é idêntica para dois enunciados dados. [...] para que haja efeito metafórico entre dois termos x e y pertencentes a dois enunciados Ea e Eb, eles mesmos respectivamente de um mesmo Dx é preciso que Ea e Eb tenham uma *interpretação semântica idêntica* [...]. (Ibid., p. 101)

Como estamos tratando aqui de uma *sinonímia contextual* ou de *substituição contextual*, consideramos de acordo com o autor, que se trata de *efeito metafórico*, em que ocorre um deslizamento de sentido entre os termos substituídos. O deslizamento só é possível porque existem *pontos de ancoragem semântica* e não sintática ou léxica (como os pronomes: 'nele' e 'ela', que já não funcionam mais somente como pronomes, e sim como um nome e as atribuições a este: “Collor”). Notamos que a grafia destes termos pouco importa ao aspecto fônico, mas sim ao que é visual. É a forma visual e não fônica que movimenta os sentidos e que sustenta o dizer de que o governo do presidente Lula e o da governadora Yeda Crusius são tais como o de Collor (entre 1990-1992) e, portanto, se são 'iguais', devem ser denunciados e terem seus mandatos cassados. Em consonância, não podemos pensar que o discurso apresenta uma “unidade orgânica em um só nível” (PÊCHEUX, 1997, p. 104), pois, segundo o teórico, “toda forma discursiva” vai remeter a uma série de formas possíveis e isso constitui os “sintomas pertinentes” do processo de produção que domina, o qual rege o discurso que está posto em análise. Neste sentido é que Pêcheux considera que,

[...] é esta repetição do idêntico através das formas necessariamente diversas que caracteriza, a nossos olhos, o mecanismo de um processo de produção; a 'estrutura profunda' aparece assim como um tecido de elementos solidários, instalando-se e assegurando-se a si mesma através

de efeitos metafóricos que permitem gerar uma série quase infinita de 'superfícies' pela sua restrição a limites de funcionamento além dos quais a 'estrutura profunda' explodiria (1997, p. 97).

Assim como o nome do presidente Lula passa a ser mencionado na faixa como “Lu|la”, o nome “Yeda” não é mais mencionado dessa forma, agora, passa a ser “E|la”. Ambos os governos, representados por estes dois sujeitos, estão submetidos a uma relação de sinonímia com relação ao governo do ex-presidente Collor, fazendo com que ocorra um deslizamento de sentidos entre os substituintes. Segundo Orlandi (2001, p. 23), “não podemos considerar que não há sentido sem esta possibilidade de deslizamento, logo sem interpretação”, pois a língua é que cede lugar à interpretação, uma vez que o recorte teórico da AD relaciona língua e discurso e,

Em seu quadro teórico, nem o discurso é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionamentos linguísticos ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos. [...] A língua é assim condição de possibilidade do discurso. No entanto a fronteira entre língua e discurso é posta em causa sistematicamente em cada prática discursiva (ORLANDI, 2007, p. 22).

Em consonância, as mudanças nas formas de aludir aos nomes de Lula e Yeda são prerrogativas de que existe um gesto de interpretação, por parte de quem opta por esta substituição, o qual tenta manter uma mesma ordem interpretativa, que, com efeito, dá-se, porém não sustenta a mesma intensidade dos sentidos outros (aqueles que levaram Collor a ter seu direitos políticos cassados). As relações de/com os sentidos não são as mesmas, o *impeachment* não se efetiva. Diante disso, a forma “|l” já não é mais composta por letras, mas sim tem estatuto simbólico, que, quando sozinho, significa, grita e reivindica valores sociais, é semelhante a uma “peça” de linguagem⁶⁶ (ORLANDI, 2004a, p. 52), que representa uma unidade significativa.

⁶⁶ Para Orlandi, o termo “peça” está mais para uma “peça de teatro” que para “engenhoca”, muito embora ela considere a ambiguidade produtiva.

Atualmente, ainda encontramos essa correspondência da dupla letra: “ll” no nome de Lula⁶⁷. Parece que esta forma de escrever o nome tornou-se uma forma de crítica, deboche, como se fosse um descuido necessário na hora de escrever. É necessário, porque é por este descuido que viabiliza a brincadeira com os sentidos, provocando seu deslizamento, inscrição da língua na história.

Entre o jogo e a regra, a necessidade e o acaso, no confronto do mundo e da linguagem, entre o sedimentado e o a se realizar, na experiência e na história, na relação tensa do simbólico com o real e o imaginário, o sujeito e o sentido se repetem e se deslocam. O equívoco, o non-sens, o irrealizado tem no processo polissêmico, na metáfora, o seu ponto de articulação. (ORLANDI, 2007, p. 53)

Além do “ll” ser pensado como uma forma estilizada em que aparece, que, por sua vez, torna-se uma imagem, é também pensado enquanto uma elipse, pois não há, na forma linguística, nem menção ao nome de Collor na **Ad6** e **Ad7**, mas subentende-se pela sua inscrição na história e pelas relações que se estabelecem entre imagem e escrita. Isso nos dá a ilusão de completude, de que temos os elementos que nos possibilitam uma tentativa de interpretação ao já interpretável. Significa que constantemente estamos considerando a articulação que há no discurso desta natureza, imbricado entre imagem e escrita, entre estrutura e acontecimento. Encontramos nessas relações o deslizamento e a deriva de sentidos, os quais escapam e ocupam outras posições. Nas palavras de Orlandi (2007), podemos identificar que:

Em termos teóricos, isso significa que trabalhamos continuamente a articulação entre estrutura e acontecimento: nem o exatamente fixado, nem a liberdade em ato. Sujeitos, ao mesmo tempo, à língua e à história, ao estabilizado e ao irrealizado, os homens e os sentidos fazem seus percursos mantêm a linha, se detêm junto às margens, ultrapassam limites, transbordam, refluem. No discurso, no movimento do simbólico, que não se fecha e que tem na língua e na história sua materialidade. (p. 53)

⁶⁷ Recentemente no jornal *Correio do Povo* – RS, encontramos um texto de Juremir Machado da Silva. (Anexo E, p. 131)

Não podemos pensar que esta articulação vai se estancar aí, que ela possui um fim, ao contrário, vamos nos deparar com mais complexidades, pois são de ordem infinita e múltipla de sentidos. O mesmo acontece, quando tomamos estas imagens fotográficas enquanto materialidades que reúnem imagem e escrita, ou em outros casos complexos, em que novos sentidos serão estabelecidos, porém da mesma ordem do intrincado.

3.4 O discurso da mídia: os dizeres sobre o outro

Para essa reflexão, tomaremos como noções próprias ao dispositivo analítico da AD, as formulações de Michel Pêcheux e Eni P. Orlandi, sobre o *interdiscurso*, o *pré-construído*, e as *condições de produção* desse discurso, discurso este que se estrutura sobre a conjuntura imagem e escrita. Entendemos que, a partir das reflexões anteriores, nas quais tomamos, para as análises, o dispositivo teórico da AD e, desse modo, tentamos discutir as questões referentes ao 'entorno' do *corpus* (memória, interdiscurso, CP, produção de sentidos, espaço urbano etc.), ainda podemos trazer neste capítulo, a questão relacionada à constituição do sujeito no discurso, a partir do "discurso sobre" os sujeitos governantes: Lula e Yeda (tendo como referência: Collor). As materialidades linguístico-discursivas que aqui consideramos estão inseridas no cenário político brasileiro e se referem às campanhas e às práticas de governos de Fernando Collor de Melo (Collor), ex-presidente do Brasil (1989-1992), Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), ex-presidente do Brasil (2003-2010) e Yeda Crusius, ex-governadora do Rio Grande do Sul (2009).

A partir das imagens selecionadas, temos como objetivo investigar as possíveis relações que se estabelecem entre elas, já que apresentam um traço em comum: a estilização da forma "II", duplicada em verde e amarelo. Antes, porém, vamos elencar algumas discussões trazidas por outros estudiosos acerca da constituição da Imagem Pública dos sujeitos, tendo como pressuposto que a imagem de sujeito é dada pelas Formações Imaginárias (FI).

Desse modo, temos também as relações de forças. Estas dizem respeito ao lugar que o sujeito ocupa, ou seja, “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2007, p. 39). Em nosso trabalho, podemos perceber que a mídia fala de um lugar, lugar institucionalizado, e que os sujeitos envolvidos também partem de um lugar para a interlocução. Logo, temos, neste caso, lugares envolvidos, como o da mídia, enquanto posição ideológica, e dos sujeitos (enquanto posição de governante). Evidencia-se com isso que nossa sociedade está hierarquizada e elaborada pelas relações de força “sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na 'comunicação'” (Ibid., p. 40).

Voltando-nos para a questão da imagem dos sujeitos Lula e Yeda, podemos dizer, segundo Orlandi (2007, p. 40), que todos os mecanismos do discurso “repousam no que chamamos de formações imaginárias”. Temos, portanto, as imagens dos interlocutores, as quais constituem as diferentes posições, como a posição discursiva produzida pelas formações imaginárias. O imaginário já faz parte do funcionamento da linguagem e se constitui no confronto dessas relações, entre o simbólico e o político.

Temos como ponto de partida a noção de tomada de posição dos sujeitos, mobilizada nesse trabalho para explicitar o discurso da mídia em relação à posição de governante. Assim, estaremos trazendo o discurso que é produzido a partir da noção da FD da mídia - que outrora comentamos em capítulos anteriores – em que há a produção de um “discurso sobre” os sujeitos, enquanto governantes.

No entanto, lembramo-nos de que ao mencionarmos a categoria de sujeito governante (ou, simplesmente, governantes) apresentado no discurso de mídia, estamos fazendo referência a uma representação de tomada de posição do sujeito que funciona, a partir da relação de sinonímia entre os sujeitos governantes, discutida na seção anterior. A tomada de posição, segundo Petri (2004), enquanto representação, “é resultado da determinação que as formações ideológicas e as condições de produção do discurso exercem sobre a imagem de sujeito que advém do “mundo social” (p. 61)⁶⁸.

⁶⁸ Grifos do autor.

Segundo Pêcheux (1995), é nesses processos de identificação que o sujeito se constitui no discurso, podendo ser então analisado como tal. Embora estejamos trabalhando com a representação de sujeito no discurso e não com o sujeito do discurso, fazemos uso das considerações de Pêcheux (1995), deslocando-as para que funcionem também na desconstrução do discurso “sobre”, como é o caso do discurso da mídia sobre os governantes, com todas as especificidades que lhe são próprias.

É pelo interdiscurso que a noção de memória se relaciona com a do evento histórico. No caso da construção desse imaginário sobre esses governantes pode ser analisada pela forma com que as articulações discursivas estabelecem as aproximações, pelo modo da paráfrase que pode abrir-se para um novo. No quadro norteador **Q.4** (p. 88), encontramos duas imagens fotográficas que nos trazem os sentidos de uma tentativa de ascensão governamental, de uma aprovação ao candidato ao governo. Já nas outras duas, os sentidos tendem a nos mostrar o contrário, de que há uma reprovação ao governo e, desse modo, investe-se numa tentativa de destituição, numa reprovação ao governo, bem como apresentamos no **Q.2** (p. 32), desse estudo.

Com relação às imagens desses governantes, ou seja, o imaginário que se tem sobre elas, podemos dizer que ocorre um deslizamento de sentidos da representatividade de um presidente para o outro, ou de um presidente para uma governadora. Tal deslizamento vem restabelecer os *pré-construídos*, os elementos citados como também relatados e os *discursos transversos* (PÊCHEUX, 2009, p. 176), fazendo trabalhar aqui, bem como posto anteriormente, a partir das imagens, as formulações sobre o *impeachment* de Collor⁶⁹, quando tal materialidade discursiva é mobilizada.

Postulamos, desse modo, que o discurso da mídia esteja operando na e pelas formulações como “Lula é do povo”, “Lula não sabia de nada”, “Yeda é a primeira governadora (mulher) no RS”, “Yeda não é gaúcha, é paulista” (Conforme a circulação na mídia). Tais formulações podem estar se atravessando sobre todo o

⁶⁹ Presidente do Brasil, no período de 1989-1992, sendo afastado de suas atribuições políticas, por oito anos, antes mesmo do final de seu mandato, pela acusação de “crime de responsabilidade”, “cognominado de impeachment”, segundo Borja (1992, p. 62).

imaginário e discurso que os (e)leitores têm acerca do *impeachment* de Collor e de seu período de regência. Discursos que retornam, e representam a história e a memória dessa temporalidade, como também os legitimam. Conforme Pêcheux (1997, p. 159), esses lugares se constituem “sob a evidência da constatação que veicula e máscara a norma identificadora”, e que por eles o sujeito se reconhece, como também reconhece os lugares institucionais.

Gomes (2006), afirma que a disputa política funciona hoje como uma competição por visibilidade na mídia, com a exibição da imagem dos políticos e de seus interesses, pois “a imagem pública dos governantes e de seus familiares diretos tem um papel fundamental na vida política” e, dessa forma, poderia agir como um instrumento de legitimação do poder que combinaria com o uso da força. Seria, agora, pela imagem (Imagem Pública) que os eleitores votariam, e não pelas suas propostas ou ideias. Isso nos remete às Imagens Públicas que temos dos sujeitos aqui envolvidos. O autor, acrescenta, ainda, dizendo que

A comunicação mediada globalizada tornou o processo de autoformação dos indivíduos muito mais aberto e reflexivo que na relação face a face. Por outro lado, o mundo das Imagens Públicas não somente enriquece e transforma o processo de formação do Self, mas também troca da experiência vivida pela experiência mediada, gerando uma situação antes inexistente. (GOMES, 2006, p. 16)

A situação, anterior ao cenário de denúncias e das ameaças de *impeachment* contra os três governantes, são diferentes após a explosão de imagens que a mídia selecionou e publicou (em seus diversos meios de circulação, mas aqui estamos considerando-a, em seu meio eletrônico) sobre os governadores. Os três governantes eram mais do que esperados pelo povo brasileiro, guardadas as datas de suas candidaturas. Fernando Collor era e ainda é de direita, seus interesses, suas aparições na mídia eram sempre a de um 'bom moço', prestativo, atencioso com as crianças e com seus esportes. Não há como negar que a mídia o promoveu muito, assim como ao Lula e à Yeda. O discurso de Collor era sempre o de acabar com a corrupção e inflação no Brasil, ficando conhecido como “caçador de Marajás”,

porém foi cassado e teve que admitir que era caçador de si mesmo. Foi responsável por um dos escândalos políticos mais midiáticos do Brasil.

Da mesma maneira, ocorreu com Lula que, por sinal, concorreu com Collor, em 1988, mas não conseguiu derrotá-lo nas urnas, e um dos motivos que contribuiu para isso, foi o de que sua Imagem Pública não era tão prestigiada como a de Collor. Lula era esquerdista, metalúrgico, e quando exercia esta profissão fazia greves, movimentava muitas pessoas com suas ideias, e isso era visto como uma ameaça para o Brasil. Porém, em 2003, Lula se candidatou à presidência novamente e desta vez foi eleito. Sua Imagem Pública já tinha deixado de ser uma ameaça, pelo menos para a maioria dos brasileiros.

Lula foi eleito, sendo considerado como um 'salvador', só que, desta vez, um 'salvador de esquerda'. Seu discurso era o de ajudar o Brasil a sair das crises, criar melhorias para a população de baixa renda, 'acabar' com a corrupção no País. Lula foi um candidato muito popular, uma vez que sua filiação era com o Partido Trabalhista (PT), como hoje ainda é. Porém, de acordo com as acusações, em seu governo também ocorreu de desvios de dinheiro público à 'pagamentos' mensais a alguns políticos⁷⁰. Essa prática ficou conhecida como mensalão.

Yeda Crusius também foi muito 'esperada' no estado do Rio Grande do Sul. Os eleitores apostaram numa mulher paulista - e de cunho político de direita - para progredir o Estado. Seu discurso era bem próximo ao dos dois presidentes citados anteriormente. As denúncias também eram acerca de desvios de dinheiro público. No caso dela, o motivo para os desvios era para a compra de uma casa.

Em geral, as Imagens Públicas dos três governantes foram alvos da mídia, a qual contribuiu para que os governos fossem abalados, pois, segundo Gomes (2006), existe uma "hipervisibilidade" ou dupla "visibilidade" para a formação das Imagens Públicas: "um acontecimento era público porque era presenciado por um grande número de pessoas; agora, um evento é considerado público quando é tornado visível através da mídia (...)". (Ibid., p. 17).

⁷⁰ Anexos A (p. 123), B (125), C (p.128).

As imagens que coletamos na mídia eletrônica para este trabalho mostram de que maneira o governo de Collor foi posto como referência para os outros dois governos (o de Lula e o de Yeda), simplesmente pela presença de uma forma estilística de usar nos nomes destes candidatos a letra 'l' em sua forma dupla “ll”, assim como no nome Collor (e, no caso de Yeda, ela passou a ser conhecida como 'Ella', uma vez que seu nome não tinha a letra 'l', para que fosse duplicada). Com efeito, Gomes (2006) também fala sobre a visibilidade que os nomes ganham, após serem midiaticizados.

[...]O caso dos políticos é mais artificial e interessante, pois até mesmo a capacidade de argumentação retórica nos remete antes a um julgamento político de opinião pública do que nas Imagens Públicas legitimamente construídas por desempenho. Por isso, consideramos o espaço eleitoral como um momento privilegiado para o estudo da fabricação e destruição das Imagens Públicas”. (GOMES, 2006, p. 17)

Dessa forma, consideramos a materialidade em análise como objeto discursivo, o qual possui relações com outros discursos, com as condições de produção, com o que denominamos “*sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso: a imagem do dizer)*” (ORLANDI, 2004a, p. 54). A discursividade produzida pela união do imagético e do linguístico, segundo reflexões de Petri (2004), são atravessadas também pela história, por um discurso que o constitui e suscita o contraditório, o conflitante, o instável.

Assim, quando olhamos para a materialidade imagética, estamos considerando-a conjugada à materialidade linguística. Arriscamo-nos dizer, guardando as especificidades de cada uma, que, de uma forma ou de outra, o que é da ordem do linguístico se atravessa no que é da ordem do imagético – considerando a recíproca como também possível – passa, então, a constituir sentidos com e pela língua. Percebe-se que, de fato, o funcionamento da língua possibilita que por ela fale-se também dela mesma, enquanto materialidade, e das outras linguagens, tais como a imagem. Posto está o que é da ordem do histórico, sendo o que sustenta a produção dos sentidos, mesmo que seja um histórico sustentado via mídia, não como pano de fundo, mas como constitutivo.

Estas relações apontam um norte às relações que consideramos imprescindíveis, como se os sentidos não existissem sozinhos entre o que é linguístico e o que é imagético, colocando em voga uma relação de cooperação entre imagem e escrita na/para a produção e encadeamento de sentidos e efeitos de verdades na constituição dos sujeitos e de suas Imagens Públicas, pois a união entre elas (imagem e escrita) aponta para um trabalho que se estabelece pela contradição, ou seja, o que a uma falta, na outra se encontra e vice-versa. Desse modo, segundo Lagazzi (2007, p. 2) há o efeito de completude dos sentidos, pois cada uma faz trabalhar a incompletude na outra, mas vale lembrar que o discurso é sempre incompleto, assim como os sujeitos e os sentidos, bem como ressalta Orlandi (2005, p. 92).

Com relação às condições de produção (CP), temos de considerar que elas são subjacentes à construção dos sentidos, como também à materialidade considerada para essas reflexões. Desse modo, a busca pelas CP extrapola o que parece ser evidente, na conjuntura política brasileira, como o que está posto em **'Nelle sim'**, **'Lulla sabia'** e em **'Ella não pode continuar'**.

Se considerarmos as circunstâncias da enunciação, teremos segundo Orlandi (2007, p. 30-31), o contexto imediato, uma vez que a tomamos em sentido estrito, como o lugar em que as imagens foram colocadas, os sujeitos que estão carregando as faixas, ou outro material, ou seja, os colaboradores próximos ao material e ao local. Outra consideração é acerca do contexto amplo, em que a autora o define como sendo aquele que viabiliza para que se considerem os efeitos de sentidos dos elementos como a Universidade, o Banco, como outras instituições.

No caso de nosso recorte, o contexto imediato é a política brasileira, mas especificamente pelo linguístico, na ordem do desvirtuante, da transgressão, da ilegalidade: corrupção política. Não obstante, Orlandi (2007, p. 30-34) nos diz que “também a memória faz parte da produção do discurso”, pois, nas três sequências linguísticas inscritas nas três imagens já mobilizadas pela mídia, podemos observar que há uma retomada de outros dizeres *sobre* o outro sujeito, no caso, o Collor, pelo correspondente “**II**”, em verde e amarelo: o *impeachment* de Collor, e não outro.

Em face disso, é através do *interdiscurso* e, com uma base de sustentação nele, é que os sentidos podem ser atribuídos à materialidade linguística dos 'II'. Ainda, Orlandi (2007, p. 33) nos diz que a formulação, que se encontra no intradiscurso – no eixo da formulação – “está determinada pela relação que estabelecemos com o interdiscurso”. Acrescenta-nos que,

A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos. (Ibid., p. 33)

Trata-se do *pré-construído*, entendido neste trabalho conforme formulações de Pêcheux (2009), que o define como sendo um elemento do *interdiscurso*, que suscita a memória dos “II”, no contexto da política brasileira. Desse modo, o pré-construído: “II”, verde e amarelo, vem funcionar, nas três imagens, como um elemento que aciona a memória social, outrora verificada, sobre o ‘evento’ histórico do *impeachment* de Collor, encadeando seu dizer aos já-ditos, de forma análoga a de um *link* da Internet, que quando clicado remonta, rememora, fazendo, assim, funcionar, pelo *processo de sustentação*, o *discurso-transverso*. Porém, este funcionamento ocorre de modo diferente, não causando o efeito final esperado, se assim podemos dizer, como no caso da efetivação do *impeachment* ocorrido com Collor, mas não com Lula e Yeda.

Assim, estamos entendendo o *discurso-transverso*, neste trabalho, como o discurso de ameaça de *impeachment* aos governos de Lula e Yeda, mas que não se efetiva, porém, seus efeitos se sobrepõem às imagens destes governantes, abalando a credibilidade governamental, comprometendo a imagem pública de cada um.

Assim, as letras “II”, que são da ordem do linguístico, confundem-se com o imagético, uma vez que, quando as duas são articuladas, nestas cores, e nos nomes dos referidos governantes, assumem a posição de um *pré-construído*, o qual está

calcado no *fio da memória* social que se instituiu com a ajuda da mídia, especialmente a jornalística, quando esta reproduz tal imagem. Dessa forma, a letra duplicada, que não é mais letra, e sim uma imagem, torna-se uma marca estilizada que é traduzida, de forma visual, como sinônimo de *impeachment*, mas não qualquer *impeachment*, e sim o de Collor (1992), que implica a acusação de um político brasileiro, ou seja, é um indicativo de corrupção política. Sendo assim, o modo de governar, a 'situação' em que Lula e Yeda se inserem é semelhante a de Collor, senão igual.

Assim sendo, o discurso acerca do *impeachment*, em torno do governo de Collor, como também os sentidos que o permeiam trazem à baila os sentidos de corrupção, do desleal, do infrator, o que determina tais sujeitos. Desse modo, há uma (sobre)determinação do discurso sobre Collor aos discursos sobre Lula e Yeda, ou seja, os sujeitos tornam-se correspondentes, o que implica dizer que Lula e Yeda estão sobre esta determinação de 'desleais', enquanto sujeitos, políticos governantes, e, sendo assim, devem ter seus direitos políticos cassados.

Se os efeitos produzidos pela forma “” implicam a transposição da Imagem Pública de Collor aos outros governantes (Lula e Yeda), isso nos leva a considerar que a Imagem Pública

[...] é uma estratégia que implica em três elementos distintos: o conceito: imagem, a imaginação e o visível. E cada um desses elementos corresponde a um nível de participação discursiva na elaboração da Imagem Pública (o ator, o diretor e o público) e pode também ser vista de modo dinâmico e integrado, como uma função estrutural presente em todos os momentos e em cada parte. (GOMES, 2004, p. 239)

Sendo assim, trazendo para a nossa pesquisa, parece haver todo um processo para que as imagens dos presidentes sejam 'produzidas', pois depende de três percepções, a do candidato, a da mídia e a do público. Desse modo, há a apresentação do sujeito, no caso, os governadores, enquanto social; depois o trabalho da mídia sobre ela e, por fim, a percepção do público, que vê (percebe) e sabe da existência dessas duas imagens, o *discurso de* em confronto com o

discurso sobre como é o que parece funcionar com as imagens dos três sujeitos em voga nesta pesquisa.

De um lado, temos o Lula (metalúrgico, operário, grevista, petista e de esquerda), características que não condiziam com a de um presidente, mas que hoje já não são predominantes, uma vez que, em sua maioria, sua aparição na mídia não é mais aquela mostrada outrora. E, por esta razão (e outras) está na mesma égide de um sujeito presidente, a Imagem Pública de um presidente. Agora, enquanto presidente, ele pode cometer os 'erros' que lhe cabe, de acordo com sua posição. Tão logo esses 'erros' aparecem, em forma de desvios de dinheiro, e outros, caber-lhe-ia a condenação por 'crime de responsabilidade' (o *impeachment*). Mas antes disso, o público já tem um imaginário acerca de sua imagem, como também já tem a de Collor. A relação de aproximação se estabelece. Lula também "erra" como errou Collor e, por causa destes 'erros', a similaridade com o ex-presidente (Collor), que renunciou minutos antes do resultado da votação favorável ao seu *impeachment*, efetiva-se. Mas por que a ameaça de *impeachment* não passou de uma ameaça? Por que não se passou da ordem da repetibilidade, da estrutura para o acontecimento?

Talvez, possamos direcionar nossas reflexões para a postulação de que há um funcionamento de um *discurso-transverso*, que, segundo Pêcheux (2009, p. 153), dá-se pelo processo *metonímico*, numa relação da "causa com o efeito", "da parte pelo todo", bem como é evidenciado em nosso corpus de análise. O *discurso-transverso* passa a ser instaurado pelo não funcionamento de *impeachment* a Lula e a Yeda, pois, quando a mídia mobiliza e retoma trazendo à tona tais imagens, imediatamente, atravessam discursos em seu discurso e fazem ressoar aquilo que não está presente, mas que pertence ao todo, enquanto sentido. Desse modo, o *discurso-transverso* provém do "efeito de incidência", do "processo de sustentação" do discurso, no caso, do *impeachment* sofrido por Collor, em 1992. Assim, tal discurso configura-se sob a égide da linearidade.

Diante disso, o processo de *impeachment* fundamenta-se na base de um *discurso-transverso* proveniente do *impeachment* que Collor sofreu, que cruza os discursos outros em torno das tomadas de posição dos sujeitos e que retorna e

(re)significa. Frente a esse discurso estão os sujeitos políticos: Lula (defensor das minorias) e Yeda (defensora dos interesses do capital), com FDs e FIs diferentes (divergentes), sendo estas atravessadas por outro discurso: o *discurso-transverso* (interdiscurso), que provoca discursos outros diferentes e com efeitos também diferentes.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES QUE NÃO SÃO FINAIS

Diante das materialidades significantes o homem é levado a interpretar, sendo assim, nos arriscamos a desenvolver uma análise passível de descrição e de interpretação da forma de linguagem, da materialidade discursiva: a imagem. Posto está o que é da ordem da incompletude do discurso e da linguagem, ou seja, não podemos dar conta da ordem do infinito, do inconcluso, nem mesmo no momento em que é preciso finalizarmos e colocarmos um ponto final. Finalizações que nos remetem à ilusão necessária de contemos os sentidos, os pensamentos, as ideias, para que, depois, possamos dizer: 'terminamos nosso processo de escritura; a dissertação chegou ao fim'. Sabemos bem de que não se trata de uma verdade, ao contrário, o finalizar não passa de uma mera ilusão. Mesmo assim, tentamos seguir os protocolos.

Fundamentando-nos na análise de Discurso de linha Francesa, desenvolvemos este trabalho procurando verificar o funcionamento do discurso articulado pela imagem e escrita, na produção do discurso de *impeachment*. Discurso este que é mobilizado pela mídia. Procuramos observar o processo discursivo da imagem+escrita, o qual revela sentidos advindos de outros lugares, de outras inscrições da/na memória, pelo viés interdiscursivo.

Creemos que as imagens selecionadas para o estudo, retiradas da revista *Veja*, Edição 1917, como também de *sites* na internet, contribuíram para os estudos feitos na Análise de Discurso, hoje no Brasil, pois é uma prática, uma prática discursiva, a qual produz sentidos. Tal prática permite o encontro entre imagem e escrita, como se entre uma e outra se instaurasse o efeito de fronteira, para que nem todos os sentidos fossem possíveis, mas sim, que se estabelecesse um 'efeito de origem', o do acontecimento histórico: o *impeachment* de Collor e das causas deste movimento. Isso vem a ser relevante para a produção de um discurso, ao qual não se pode impor fronteiras e que é constituído por determinados sujeitos, de um determinado tempo e espaço referente a um acontecimento. Imagem e escrita, ambas juntas criando espaços de significações em detrimento de suas complexidades e condições de produção.

Este estudo vem nos fazer compreender o funcionamento do discurso articulado pela imagem e texto, não só na perspectiva de uma nova materialidade linguístico-imagético, mas na 'costura' entre o discurso político e midiático, costura essa que não é visível, pois os limites não existem ou coexistem em pontos alinhavados, mas que se rompem facilmente. Uma falsa costura. As marcas discursivas conferem aos enunciados a dimensão de leitura e interpretação e não de transparência do discurso, não só considerada pela materialidade linguística, mas também pela imagética.

Compreendemos que a linguagem pela Análise de Discurso é a mediação necessária para atribuímos sentidos e para o princípio de uma análise. Além disso, com a articulação da escrita à imagem torna-se possível compreender (não que isso ocorra na sua plenitude) o que nos falta pela linguagem. Quando se analisam duas materialidades distintas, não se pode negar de que se trata de uma prática social que, por sinal, parece ser bem sucedida.

As letras e seus formatos, cores, formas linguísticas, modos de dizer a mesma coisa contribuem para as associações diversas, de acordo com as ideologias vigentes e de acordo com as formações discursivas diversas. Cores articuladas à escrita e à imagem convergem assim para a construção que também denominamos como complexo, uma vez que há o deslizamento de sentidos que parecem ser os mesmos, mas que são diferentes e intrincados pelas relações que juntos estabelecem, mas que corroboram para o *efeito de sentido do impeachment de Collor*, em 1992.

Todo este trabalho, esse funcionamento que dá lugar ao deslizamento de sentidos, pela ordem da repetibilidade, da paráfrase que vem funcionar também no que está posto, no que está enraizado, como discurso "pronto" e inalterado, como no caso do imaginário que se constrói a partir da discursividade que a materialidade (imagem e escrita) suscita em relação à Imagem Pública dos sujeitos envolvidos, como uma imagem desprestigiada, 'manchada' por sentidos negativos. Encadeia-se, desse modo, uma sobredeterminação da Imagem Pública, sobre o imaginário que se tinha até então sobre os sujeitos: Lula e Yeda. Ou seja, um acontecimento histórico volta ou, pelo menos, tenta funcionar no presente, reorganizando, alterando e

produzindo sentidos, de forma parafrástica, para a (re)constituição das tomadas de posição dos sujeitos, evidenciando-se, com isso, uma desestabilização dos sujeitos, enquanto governantes de um estado ou país.

Estamos a todo o tempo face a face com as práticas de leituras, as quais nos permitem lançar o olhar sobre as diferentes materialidades e perceber que os sentidos derivam, (des)toam, mas correm para fazer sentido em outro lugar, como também buscam em outro lugar, voltando para (re)significar no lugar em que ocupavam. Parece que de fato,

[...]exista assim um outro interno em toda memória é, ao meu ver, a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior, quer dizer, ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior⁷¹. (PÊCHEUX, 1999, p. 56)

Percebemos que os sentidos advindos ao estudar o entrelaçamento entre imagem, discurso (político e midiático) suscitam uma memória, memória esta que está imbricada ao histórico, ao social, às práticas - próprias da sociedade. Memória que opera no e com o sujeito, como sustentação de toda (re)memoração, a qual torna-se viva e tão presente para que sentidos e discursos já ditos passem a ser reformulados, repensados e também se transformem em outros dizeres.

A partir do trabalho exposto, a abordagem das imagens ('articulações discursivas'), enquanto objeto de estudo, deve-se muito mais ao fato de que elas se apresentam como práticas significantes do espaço urbano - práticas sociais - que produzem sentidos. Dessa perspectiva, as articulações discursivas consistem em fonte importante para a produção de um discurso constituído pela mídia, em um determinado tempo e espaço sobre um evento histórico. Ao fazerem parte do processo histórico de seleção de eventos que serão recordados no futuro, elas fixam sentidos para esses momentos, instaurando memória. Podemos dizer que estamos diante de práticas discursivas – que produzem sentidos a partir da imagem + escrita, no e pelo discurso – as quais dão lugar às práticas sociais – lugar onde a imagem

⁷¹ Ao dizer isso, Pêcheux considera as teses desenvolvidas por Paul Veyne, as quais poderiam ilustrar esse 'pantextualismo' que foi designado como um risco constante no decorrer dos debates. (Cf. Pêcheux, 2007, p. 57)

fotografia passa a fazer parte de um social, e vai funcionar fora do discurso, no modo como a sociedade percebe os sentidos.

Desse modo, esta abordagem soma-se às preocupações de analistas de discurso em analisar os processos discursivos que viabilizam a incursão de novos sentidos, a partir de uma discursividade que se abre ao gesto interpretativo do analista. E esta, por sua vez, aconra-se nos pontos em que os sentidos derivam e podem instaurar um novo dizer, a partir de um dizível memorável, um dizer anterior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUSTINI, C. Sujeito e singularidade: (n)a enunciação fotográfica. In: **Desenredo**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras. UPF. Vol.1, n.1. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2005.
- ANGELIM, A. S. **CPI e Impeachment**. 2005. In: www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2276/CPI-e-impeachment . Acesso em 16/02/2010.
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- BARRETO, R. G. Análise de Discurso: Conversa com Eni Orlandi. In: **Revista Teias**: Rio de Janeiro, ano 7, nº 13-14, jan./dez. 2006.
- BORJA, S. **Impeachment**. Porto Alegre: Ortiz, 1992.
- COURTINE, J. J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009.
- _____. ; HAROCHE, C. **História do rosto**: exprimir e calar as suas emoções (do século XVI ao início do século XIX). Traduzido por Ana Moura. Lisboa: Editora Teorema, 1994. Edição original: 1988.
- DAVALLON, J. Uma Arte de Memória. In: ACHARD, P. [et al]. (Org.). **Papel da Memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, p. 23-32, 2007. Edição original: 1983.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Traduzido por Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. Edição original: 1967.
- DEBRAY, R. **Vida e Morte da Imagem**: um olhar sobre o ocidente. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. Edição original: 1992.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 25 ed. Traduzido por Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2002. Edição original: 1975.
- GOMES, M. B. **Hermenêutica, Teoria Política e Imagem Pública**. Trabalho apresentado no I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política. Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, 2006. site: www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2006/Gomes_2006.pdf. Acesso em 15/05/2010.
- GOMES, W. **Transformação da Política na era da comunicação em massa**. São Paulo: Paulus, 2004.
- GUIMARÃES, E. O nome próprio de pessoa. In: GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 2005, p. 33-42.
- LAGAZZI, R. S. A equivocidade na imbricação de diferentes materialidades. Trabalho apresentado ao XXIII Enampoll, USP, 2008.
- <http://www.fflch.usp.br/dlm/modernas/anpollframe>, acesso em 12/02/2010.

MAUAD, A. M. Foto-ícones, a história por detrás das imagens? Considerações sobre a narratividade das imagens técnicas. In: RAMOS, A.F; PATRIOTA, R; PESAVENTO, S. J. (org.) **Imagens da História**. São Paulo: Hucitec, 2008, v.1, p. 31-66.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa** – Os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico – A Revolução de 30. In: INDURSKY, Freda (org). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1996, p. 102-21.

MAZIÈRE, F. “O enunciado definidor: discurso e sintaxe” In: GUIMARÃES, E. (org.) **História e sentido na linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 1989, p.47-60.

MEDEIROS, C. S. de. **Sociedade da imagem: a (re)produção de sentidos da mídia do espetáculo**. Tese de Doutorado. UFSM, RS: [s.n.], 2010.

OLIVEIRA, S. E. de **Cidadania: história e política de uma palavra**. Campinas: Pontes, RG Editores, 2006.

ORLANDI, E. P. **Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso**. Eni P. Orlandi (org.). Campinas: Editora RG, 2010.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

_____ & LAGAZZI, R. S. (orgs.) **Discurso e Textualidade**. Campinas, SP: Pontes, 2006.

_____. **Discurso e Texto: formação e circulação dos sentidos**. Campinas, Pontes, 2005.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 4ªed. Campinas: Pontes, 2004a.

_____. **Cidade atravessada**. Campinas, SP: Pontes, 2004b.

_____. **Para uma enciclopédia da cidade**. Eni P. Orlandi (org.) Campinas, SP: Pontes, Labeurb/Unicamp, 2003.

_____. **Discurso e Texto: formação e circulação dos sentidos**. Campinas, Pontes, 2001.

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre [et al]. **Papel da Memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, p. 59-69, 2007. Edição original: 1983.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. **Efeitos do verbal sobre o não-verbal**. In: Rua. Campinas, NUDECRI, março de 1995a.

_____. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas, 1995b.

_____. **Terra à vista!**: o discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez & Campinas, UNICAMP, 1990.

_____. **Discurso e Leitura**. Campinas, São Paulo: Cortez & Campinas. UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**; uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. ORLANDI, E. et al. 4ª ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, p. 85-168, 2009. Edição original: 1975.

_____. Papel da Memória. In: ACHARD, P. [et al]. (Org.). **Papel da Memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2007, p. 49-56. Edição original: 1983.

_____. Ler o arquivo hoje. GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Traduzido por Bethania S. Mariani [et al]. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. Edição original: 1982.

_____. **Semântica e discurso**; uma crítica à afirmação do óbvio. Traduzido por Eni P. Orlandi. E. et al. 2ª ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1995. Edição original: 1975.

_____. ; FUCHS, C. A Propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas (1975). In: GADET, F.; HACK, T. (Orgs.). **Por Uma Análise Automática do Discurso**: uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. Traduzido por Péricles Cunha. Campinas, UNICAMP, 1993. Edição original: 1975.

_____. **O Discurso** – Estrutura ou acontecimento. Traduzido por Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990. Edição original: 1988.

_____. Delimitações, inversões e eslocamentos. In: **Cadernos de estudos linguísticos**. Traduzido por José Horta Nunes. Campinas. 7-24, jul./dez. 1990.

PETRI, V. De "garganta do diabo" para "ponte sobre o vale do menino Deus": reflexões acerca das práticas sociais e dos modos de designar o espaço público . **RUA** [online], no. 16. Volume 1 - ISSN 1413-2109, p.66-82, 2010. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/index.rua> Acesso em 12/11/2010.

_____. Michel Pêcheux e a teoria do discurso nos anos 60. In: **Expressão** (Santa Maria), v. 1, 2006, p. 186-202.

_____. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário**: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmistificação em Porteira Fechada, de Cyro Martins. Tese de Doutorado. UFRGS, RS: [s.n.], 2004.

ROSENN, K. S.; DOWNES, R. **Corrupção e reforma política no Brasil**: o impacto do *impeachment* de Collor. Trad. GREY, R. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SILVA, T. D. Mídia e Imagem urbana: tecnologia no discurso jornalístico. In: ORLANDI, E. (org.) **Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano**. Campinas, SP: Pontes, 2001, p.151-180.

WEBER, M. H. A Imagem Pública. 2004. In: RUBIM, A. **Comunicação e Política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 204, p. 262.

ZEN, T. M. C. **A construção do sujeito-leitor na crônica fotográfica.** Tese de Doutorado. Campinas, SP: [s.n.], 2007.

Dicionários Consultados:

AURÉLIO, B. de H. F. & J.E.M.M. **Novo dicionário de língua português.** Editores Ltda, 1996.

CAMBRIDGE, University Press. **Internacional Dictionary of English.** Cambridge, 1995.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

OXFORD, University Press. **English Reference Dictionary The Oxford.** British Library, 1995.

Sites consultados:

<http://jsbrj.blogspot.com/2009/07/jsb-defende-diretas-ja-na-une.html> Acesso em 10/12/2010;

<http://www.educacional.com.br/reportagens/20AnosConstituicao/> Acesso em 10/12/2010;

http://pt.wikinews.org/wiki/CenC3%A1rio_para_impeachment_de_Lula_cresceno_Brasil
Acesso em 16/02/2010;

<http://www.klickeducacao.com.br/2006/conteudo/pagina/0,6313,POR-1240-9195-,00.html>;
Acesso em 16/02/2010;

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u73172.shtml>; Acesso em 12/07/2008;

http://veja.abril.com.br/100805/p_056.html Acesso em 12/07/2008

http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_23031988.shtml Acesso em 16/02/2010;

[http://veja.com.br/acervo_digital_\(p.32-33\)](http://veja.com.br/acervo_digital_(p.32-33)) Acesso em 16/03/2010;

<http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?>

[journal=revistateias&page=article&op=viewFile&path\[\]=210&path\[\]=209](http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias&page=article&op=viewFile&path[]=210&path[]=209) Acesso em 13/02/2010;

<Http://www.clicrbs.com.br/blog/jsp/default.jsp?>

<source=DYNAMIC.blog.BlogDataServer.getBlog&uf=1&local=1&template=3948.dwt&Secti>

[on=Blogs&post=post=156709&blog=218&colDir=1&topo=3951.dwt](#)

Acesso em

08/11/2009.

ANEXOS

ANEXO A

FOLHA ONLINE

ANEXO A

11/10/2005 - 16h47

Para Alencar, Lula não sabia do "mensalão"

EPAMINONDAS NETO
LÚCIA BAKOS
da Folha Online

O vice-presidente da República, José Alencar, afirmou nesta terça-feira acreditar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não sabia do suposto esquema do "mensalão".

"Toda a história do 'mensalão' saiu de partido. O governo Lula não sabia de nada. Quem conhece a agenda do presidente tem certeza de que ele não participou, nem sabia de nada", disse Alencar ao responder a pergunta de um dos presentes na sabatina da **Folha**.



O vice-presidente José Alencar

Indagado sobre a saída de José Dirceu do cargo de ex-ministro da Casa Civil, em razão das denúncias de suposta participação no "mensalão", Alencar considerou correta a decisão do deputado.

"Um homem público, que faz parte do governo, quando tem sua atuação levada em dúvida, acho que é aceitável que ele saia. Mas também acho que na Câmara ele tem que ter o direito de se defender."

Sobre a possibilidade de renúncia dos 13 deputados citados em relatório parcial das CPIs dos Correios e do Mensalão, que correm o risco de terem o mandato cassado, Alencar considerou que a decisão é de "foro íntimo".

"O que defendemos é que toda denúncia deve ser investigada profundamente. Não defendemos pena branca, nem exagerada, mas uma pena justa", afirmou.

O vice-presidente também considerou que, "às vezes, a renúncia de um deputado pode ser adotada não apenas visando candidaturas às eleições de 2006".

Sabatina

Para sabatar o vice-presidente da República foram convidados a colunista da **Folha** Eliane Cantanhêde, o editor do "Mercado Aberto", Guilherme Barros, o repórter especial Fernando Canzian e o diretor-executivo da Sucursal da Brasília, Valdo Cruz.

Durante as duas horas da sabatina, Alencar responderá a perguntas feitas pelos

sabatinadores e pela platéia. A sabatina será realizada no Teatro Folha (Shopping Pátio Higienópolis, na av. Higienópolis, 618, piso 2, São Paulo).

Cargos acumulados

Alencar, 73, filiou-se em 29 de setembro ao PMR (Partido Municipalista Renovador), partido recém-criado com forte presença da Igreja Universal. Pouco antes, saiu do PL, uma das legendas envolvidas no escândalo do "mensalão" e pela qual se elegeu vice-presidente, em 2002, na chapa encabeçada pelo petista Luiz Inácio Lula da Silva.

Apesar das divergências com o presidente, sobretudo com relação à política de juros, desde novembro do ano passado Alencar acumula o cargo de ministro da Defesa, em substituição ao diplomata José Viegas. Crítico da política econômica do governo Lula, Alencar entrou na nova legenda dizendo não ser candidato a presidente em 2006 –desejo manifestado pelos integrantes do PMR.

Durante entrevista à **Folha** em setembro, Alencar disse que está pronto para assumir a Presidência caso seja necessário, mas se disse fiel a Lula e contrário ao impeachment. Afirmou que não moverá "uma palha" para prejudicar o presidente, chamado de "vítima do despreparo da administração do PT".

Outros sabatinados

Antes de Alencar, já participaram das sabinas realizadas pela **Folha** o médico Drauzio Varella, o ex-presidente da Câmara Severino Cavalcanti (PP-PE), o ministro da Cultura, Gilberto Gil, o físico Marcelo Gleiser, o escritor anglo-indiano Salman Rushdie, o presidente interino do PT, Tarso Genro, e o deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ).

Especial

[Leia as últimas reportagens do jornal sobre o vice-presidente \(Só assinantes\)](#)

[Leia a entrevista de Alencar à Folha \(Só assinantes\)](#)

[Veja como foram as sabinas anteriores](#)

Sites relacionados

[Veja a cobertura em vídeo do UOL News \(Só assinantes\)](#)

Endereço da página:

<http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/uk96u73172.shtml>

Links no texto:

[Leia as últimas reportagens do jornal sobre o vice-presidente \(Só assinantes\)](#)

<http://search.folha.com.br/search?q=%22jgs%E9+alencar%22+juros&site=jornal&src=redacao>

[Leia a entrevista de Alencar à Folha \(Só assinantes\)](#)

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1109200516.htm>

[Veja como foram as sabinas anteriores](#)

<http://www1.folha.uol.com.br/foha/especial/2005/sabatinanafolha/>

ANEXO B

REVISTA VEJA- ON-LINE - Edição 1917 . 10 de agosto de 2005

As cores da crise

As duas tiras nas cores verde e amarelo foram o símbolo das Diretas Já, da ascensão e depois da agonia de Collor. Agora elas voltam às ruas. O que Lula fará delas definirá sua presidência

Alexandre Oltramari

Ricardo Stuckert/PR

LONGE DE BRASÍLIA

Lula, de chapéu de cangaceiro: oito discursos em quatro dias – e nem um pio sobre o caixa dois

Se fosse uma ópera – *Turandot*, de Giacomo Puccini, por exemplo –, a crise ética que paralisa o governo Lula estaria naquele estágio em que os personagens menores já cantaram e toda a expectativa se concentra sobre o príncipe-tenor e sua ária definidora do enredo: "*Dilegua, o notte! / Tramontate, stelle! / Tramontate, stelle! / All'alba vincerò! Vincerò!*" ("Dissolva-se, ó noite! / Ponham-se, estrelas! / Ponham-se, estrelas! / Ao raiar do dia vencerei! Vencerei!"). Bem, sendo mais realista, a crise não tem a dinâmica de uma ópera. Lula a está conduzindo mais ao ritmo de cerveja e samba de seu ídolo Zeca Pagodinho: "Confesso que sou de origem pobre / Mas meu coração é nobre, / foi assim que Deus me fez / E deixa a vida me levar / Vida leva eu / E deixa a vida me levar".

Se Lula continuar deixando, a vida vai levá-lo aonde ele não quer ir. E aonde ninguém quer que ele vá. Mas paciência tem limite, como desabafou um dos mais comedidos opositores do governo, Tasso Jereissati, senador do PSDB cearense: "O presidente está abusando da paciência ao fingir que não sabia de nada e ao adotar esse discurso de que os fatos são criados por uma oposição ressentida e pela imprensa. Exigimos que ele assuma sua responsabilidade. Assuma o papel de chefe. Chega de fingir que não sabe de nada, presidente! Chega de farsa!" Nos últimos dias, dois movimentos trouxeram a crise para ainda mais perto do presidente. Nas ruas voltaram a aparecer bandeiras, pichações e rostos de jovens pintados com as cores verde e amarelo, aquelas duas pinceladas paralelas que tanto simbolismo carregam na vida política nacional recente. Foram em 1984 o emblema do movimento diretas já, pela volta da eleição direta para presidente. Seis anos mais tarde, o símbolo foi apropriado por Fernando Collor em sua vitoriosa campanha presidencial. Em 1992, as ruas se encheram de estudantes carapintadas com o mesmo emblema bicolor, dessa vez em repúdio a Collor e suas manobras. As pinceladas verde-amarelas são agora apenas um aviso do grau de ebulição da crise e da inutilidade de o presidente tentar uma saída populista para seus problemas. Lula testou essa hipótese arriscada na semana passada. Falou que o país será obrigado a engoli-lo de novo e prometeu em palanque no Nordeste "mudar a economia e baixar juros". Ora, se fosse possível baixar juros por vontade pessoal e por decreto, ele já teria feito isso. Todo governante faria logo no primeiro dia de governo. Lula não acredita em mágicas na economia. É preocupante, portanto, que diga o contrário em palanque. Quando começa a falar coisas nas quais não acredita apenas para agradar à platéia, um político se diminui. Um presidente some. As pinceladas verde-amarelas nas ruas são um aviso, mas podem ser também uma via de mão

dupla para Lula. Se ele interpretar corretamente os anseios das ruas, se salvará como o príncipe Calaf de *Turandot*. Caso não leia a mensagem verde-amarela é melhor mesmo deixar a vida levá-lo aonde ela decidir.

Lucas Lacaz Ruiz/AE

MARCHA DA INDIGNAÇÃO

Sindicalistas protestam contra Lula no interior de São Paulo: seu nome aparece com "ll" e as cores da bandeira

Embora Lula relute, a crise está entranhada em seu governo. Em momentos assim, o mínimo que se espera do governante é serenidade. Na semana passada, enquanto a crise subia a rampa do Planalto, Lula continuava seu giro, iniciado há vinte dias, pelo interior do Brasil. Foram oito discursos em apenas quatro dias. Ao defender a produção do biodiesel, Lula se comparou ao ex-presidente Getúlio Vargas, segundo ele "achinchado" pela imprensa quando criou a Petrobras.

Sugeri que vai tentar a reeleição. Mas a vida pode estar conduzindo-o para outro lado. Todos os caminhos do escândalo revelados até o momento levam ao Palácio do Planalto.

Em depoimento à Câmara na semana passada, o deputado Roberto Jefferson disse ter participado pessoalmente de uma reunião em que se discutiu com o ex-ministro José Dirceu uma estratégia para o PT e o PTB embolsarem 24 milhões de reais da multinacional Portugal Telecom ([veja reportagem](#)). Onde foi a reunião? No Palácio do Planalto. Na mesma sessão, Jefferson falou de outro encontro entre ele, José Dirceu e a cúpula do PTB para tratar da indicação da diretoria de Furnas. O objetivo do PTB, segundo Jefferson, era arrecadar 4 milhões de reais da estatal para o caixa de seu partido. Onde foi a reunião? Na sala do presidente Lula. As duas acusações foram desmentidas pelo Palácio do Planalto. Ocorre que existem outros pontos de convergência. Na lista de sacadores das contas do publicitário Marcos Valério, que se imaginava servirem apenas para subornar deputados, apareceu o nome de Marcio Lacerda, secretário executivo do Ministério da Integração Nacional, comandado por Ciro Gomes. Lacerda, que consta na lista como beneficiário de 457.000 reais, pediu demissão. Para onde foi o dinheiro? Ele contou que foi usado para pagar os serviços da empresa New Trade, responsável pela redação das propagandas de Lula no segundo turno da eleição presidencial.

Na lista de Valério também surgiu, como a maior beneficiária dos 55 milhões do caixa dois apurado até agora, a empresária Zilmar Fernandes da Silveira, sócia do publicitário Duda Mendonça, responsável pelo marketing da campanha do presidente Lula. Ela recebeu 15 milhões de reais. E para onde foi esse dinheiro? Duda Mendonça ainda não respondeu. Há duas semanas, quando apareceu a primeira transferência, no valor de 500.000 reais, o publicitário reuniu seus principais colaboradores no escritório de sua agência, em Brasília, e disse que ainda iriam aparecer muitos outros repasses a sua agência. Segundo ele, foi o pagamento pela campanha presidencial de 2002. "Eu trabalhei e recebi. De onde veio o dinheiro eu não sei. O problema é que *nego* é burro. Precisa roubar, pô? Eu não roubava quando era pobre. Não vai ser agora que eu sou rico que vou fazer isso", desabafou. Duda disse aos funcionários que tem notas fiscais atestando o serviço e que recolheu todos os impostos devidos. "Eu tô limpo. *Nego* que se vire para explicar." Resumindo a história: uma parte da campanha do presidente foi paga com dinheiro repassado por Marcos Valério, que, é bom lembrar, tem contas de publicidade em várias empresas do governo.

Ao contrário da versão que os petistas tentaram montar – a de que os recursos repassados por Marcos Valério eram oriundos de empréstimos que tinham o objetivo de sustentar as campanhas municipais –, as investigações demonstram que o dinheiro, além de bancar parte da própria campanha de Lula, era um grande e multifuncional caixa do PT administrado pelo ex-tesoureiro Delúbio Soares, um assíduo freqüentador do Palácio do Planalto. Na lista dos sacadores, apareceu o escritório do ex-procurador da República Aristides Junqueira, que ficou conhecido por atuar no processo contra o ex-presidente Fernando Collor. Os advogados sacaram 545.000 reais, segundo eles, referentes a pagamento de honorários pela defesa de petistas no caso de corrupção na prefeitura de Santo André. À medida que a CPI avança, os caminhos do dinheiro apontam com mais precisão para o Palácio do Planalto. "...E deixa a vida me levar / Vida leva eu / E deixa a vida me levar..."

A história em verde-e-amarelo

Nos últimos vinte anos, a política brasileira foi marcada por grandes manifestações populares em defesa da democracia e contra a corrupção. Nelas as cores verde e amarelo sempre foram marcantes – nos apoios e nos protestos.

Orlando Brito

A CAMPANHA DAS
DIRETAS JÁ
O ex-deputado Ulisses
Guimarães foi o líder de um
dos momentos mais fortes da
política recente: a luta por
eleições diretas

Oscar Cabral

AS ELEIÇÕES
PRESIDENCIAIS
A consolidação da democracia
levou os brasileiros às urnas
duas décadas depois da
ditadura: vitória de Collor

André Penner

OS CARAS-PINTADAS
GANHAM AS RUAS...
Os estudantes se rebelam
contra a corrupção no governo,
promovem manifestações e
pedem a saída do presidente

Jefferson

Benardes/Preview.com
...E, TÍMIDOS, AMEAÇAM
VOLTAR
Na semana passada, neocaras-
pintadas de verde-e-amarelo
começaram a se manifestar
contra o governo Lula

[Http://veja.abril.com.br/100805/p_056.html](http://veja.abril.com.br/100805/p_056.html) - Acesso em 08/06/2010

ANEXO C

Estadao.com.br :: Cidades :: Lula diz que governo não sabia da gravidade da crise aérea Página 1 de 3



ESTADAO.COM.BR JORNAL DA TARDE AE INVESTIMENTOS ELDORADO ILOCAL ZAP LIM

 **estadao.com.br**
12 de Julho de 2008 | Atualizado às 15:19h

TEMPO: São Paulo: 23°C Umidade: 11% 45%
Outras Cidades: Curitiba: 17°C | Recife: 22°C | Belo: 30°C

NYSE Composite	BR 1.501	0,90%
IboV Parquet	RE 1.848	0,00%
Bovespa	BO 148	-0,17%

quinta-feira, 2 de agosto de 2007, 12:18 | Online

74 comentário(s)

Avançar esta Notícia

41 votos

Lula diz que governo não sabia da gravidade da crise aérea

Além disso, presidente recomenda cautela na discussão sobre a possível troca dos dirigentes da Anac

Leopoldin Nossa, da Agência Estado, e Vera Ross, do Estadão

Tamanho do texto: A A A A



André Dusek/AE

Lula e o ministro da Fazenda Guido Mantega em reunião do Conselho Político nesta quinta

BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reconheceu nesta quinta-feira, 2, na reunião do Conselho Político, que o governo não sabia da gravidade dos problemas no setor aéreo. "Nessa questão, é como uma metástase que o paciente não sabia", teria comparado Lula, de acordo com relato de participantes. O presidente avaliou ainda que o excesso de órgãos públicos no setor da aviação civil dificulta a superação da crise aérea, segundo relato de um outro participante da reunião. "Cachorro que tem muitos donos morre de fome, e ninguém cuida", teria dito Lula.

Veja também:

- Tudo o que Lula 'não sabia'

O presidente observou que em cinco eleições para a Presidência da República de que participou, a questão aérea nunca foi debatida. Ao comentar a possível troca dos dirigentes da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Lula recomendou cautela. "É preciso discutir essa proposta com calma, porque o presidente nomeia, mas não pode substituir", teria dito ele.

Lula afirmou ainda que má gestão nos governos anteriores resultou na atual crise no setor aéreo. "O problema de gestão vem de muito tempo", disse. "É preciso resolver esse problema." Na conversa com os dirigentes das partidas aéreas, Lula afirma ainda que não sabia dos problemas que tinham com o desmantelamento da

http://www.estadao.com.br/cidades/not_cid28633,0.htm

12/7/2008

crise, que começou em setembro do ano passado, a partir da queda de um Boeing da Gol em que morreram 154 pessoas.

O presidente disse também que espera concluir em 15 dias o processo de nomeação dos principais cargos do segundo escalão. O compromisso foi assumido pelo presidente diante dos líderes da base aliada que integram o Conselho e que reclamaram da demora do governo para as nomeações.

Lula fez ainda um desafio à oposição que, segundo ele, está por trás do movimento "Consef", criado em São Paulo. "Oposição é oposição. Mas se eu tiver de ir para o palanque eu vou", afirmou, referindo-se a um possível ataque da oposição ao seu governo.

Carta branca

O líder do governo na Câmara, deputado José Múcio Monteiro (PTB-PE), informou que na reunião desta quinta-feira, 2, do Conselho Político, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, voltou a dar "carta branca" ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, para adotar as medidas necessárias contra a crise do setor aéreo do País.

Por ocasião de posse de Jobim, na semana passada, também foi divulgada a informação de que o presidente teria dado carta branca ao novo ministro. "O presidente disse que o Jobim tem absoluta carta branca para tomar as providências necessárias", relatou Múcio, ao sair do Palácio do Planalto.

Segundo ele, o ministro da Defesa deverá participar de uma reunião do conselho, na próxima semana ou na seguinte, para apresentar um relatório sobre as ações adotadas. "Essa não é uma questão que constrange apenas o governo, ou os partidos aliados. O constrangimento é nacional", afirmou o líder do governo.

Texto ampliado às 14h45

Tags: Lula, caos aereo  [O que são TAGS?](#)

agora aguenta.

Sex: 03/08/07 17h03 flpereira , flpereira@estadao.com.br

Agora não adianta chorar pelo leite derramado, não elegeram esse filho da p... de novo? Agora aguenta. Espero que isso sirva de lição para esse povinho que votou nele. Não consigo entender como essas pessoas possam ter sido tão idiotas, e não venham me falar que é pq são pobres. Continuam pobres e vão morrer pobres ainda mais se depender desse filho da p... Mas uma vez ele não sabia de nada, um cara que desde o acidente da gol falava que a crise aérea tinha dia e hora pra acabar e agora fala que não sabia. O acidente da TAM foi falha humana..... falha humana de 60 milhões de brasileiros que votaram no Lula. Esses 60 milhões de idiotas são os verdadeiros responsáveis pelo morte de todas essas pessoas.

Pergunte ao meu filho.

Sex: 03/08/07 10h53 anonimo , anonimo@estadao.com.br

Presado Lula,

Gostaria de fazer uma sugestão que poderá ajudá-lo com esta sua grave doença denominada "não-sabitismo".

Me parece que a causa maior desta moléstia é o "mau dos aessor incompetente".

Cazo o senhor dezeje, por favor, posso indicar a turma da escola do meu filho de 7 anos para colocá-lo à par das situações do país, já que, estranhamente, parece que o senhor está em outra galáxia, e a sua aceçoria é pécima.

Espero que o texto da mensagem esteja bem legível.

Infelizmente também, descobri que a minha faculdade, minhas três pós-graduações e minha insistência em ser perfeccionista no português não me levarão à nada neste país.

Um grande abraço

Sr. Anônimo

http://www.estadao.com.br/cidades/not_cid28633,0.htm

12/7/2008

ANEXO D



ANEXO E

Juremir Machado da Silva

direito@corredor.com.br | juremir@corredor.com.br

Direito do Maranhão

Sempre que posso, vou ao Maranhão. Estive lá na semana passada. É uma escuridão de casa do jornal O Debate, de São Luís, no qual o Maranhão já debateu algum. Estampava: "Começa o tradicional festão de Ribamar". Penso logo nas eleições. A chapa de Ribamar? Achel que o homem lá tinha virado santo. Eu já sei o impacto de ter passado novamente na parte José Sarney de ter visto a placa da Maternidade Marl Sarney e de ter contemplado a Fundação José Sarney. A reportagem falava de Jesus se como santo, justo e pai de Jesus. Chegou a temer que esse Jesus fosse o guaraná do Maranhão. Mas esse foi comprado pela Coca-Cola. José de Ribamar é o padroeiro do Maranhão. A capital é povoado.

Tudo por lá é do José de Ribamar. A passarela (a romana) par-te da igreja Nossa Senhora do Perpétuo Uai! Perpétuo Socorro. Ah, boni! Ou seria perpétuo, socorro? Sarney deve ser o único co-humista do mundo cuja crônica ou artigo sai logo na capa do jornal. Quer dizer, do seu jornal. O Estado do Maranhão, que se chama carinhosamente de Estado do Maranhão. É tudo junto mesmo. O problema é que o Brasil está cada vez mais parecido com o Maranhão. O sertão vai virar mar. O Brasil vai virar um homem de Luiz Inácio voltou a se desleçar. A Casa Civil vai ser o nome por um tempo. Passou a ser Casa Civil.

O Brasil é tão maranhense que a gente desconfia até das boas notícias. Ou principalmente delas. De repente, a revista Veja e o jornal Folha de S. Paulo ficaram extremamente eficientes nas investigações. Não mais que de repente, o presidente da República virou Chávez e dispensou os formadores de opinião. "Nós somos a opinião", disse Lula. Lenin não tentou tão longe. E que os rus-sos nunca foram bons em brava. Ze é o padroeiro do Maranhão. Lula, o padroeiro do Brasil. Padroeiros andam de mãos dadas. Ambos são perpétuos. E estão cheios de fides. Ze Ribamar passa votos para a filha. Lula passa votos para a protegida. E a problema de Serra é que ele não é padroeiro de ninguém. Não consegue ser Ze Ze. A meta (opa!) da Dilma é acelerar o tempo. Ou a Casa Civil vai dar o troco. Tem?

Troco, não. So dinheiro grande. Os petistas querem trocar de assunto. Não dá. Sempre em uma 196. Só com mais uns 15 com 75% nas pesquisas. Se não, o Maranhão, quem não é do Bolsa-escândalo para virar o jogo. No Maranhão, quem não é do Bolsa-escândalo e da família Maranhão, todos os cães e gatos são da família. Apreendi muito por lá. Voltei a tempo de ver o Brasil mudar. Afinal, como diz a propaganda da Roseana Sarney, o Maranhão não pode parar. Nem o Brasil. Se parar, pegam. O negócio é correr. Na frente do prejuízo. Perpetuamente.

in dizem respec- que se dedicam s. está para uso s. exploração se- os países, tanto para destrui- as do planeta. ando no coberto de e desastres em imensidade de que momento de que as que devem ser timento a essu. sua própria vida.

ISSAIDO

Logo abaixo, uma fotografia de um animal, possivelmente um cão, em um ambiente urbano.

Sei que o povo é ce- a. O caso Centro sí foi o cartão-postal. Hoje, sai com as mãos soltas e de pessoas. O número de meu time um aumen- tudo isso no "mole" de as imediações do nosso a. Está em nossos mãos desse caso.

Carlinhos, Porto Alegre

Carlinhos, secretário mu- Alegre que por favor, a companhia pública, governos e veriquem o vel de ruas, avenidas, cal- e praça da cidade.

Ames, Porto Alegre

capato que levantado, di- E invoco poderosos de de. Eram os filhos o de- frariam desta forma, o de- nível do local, como pro- nível. Com esta atitude, é- ção de extinguir veritá- rifico próprio, bem como fi- a intenção pretendida, pe- de apropriar-se do bem.

Ones temos: parar com loantão? Temos, proprieda- neres, de combater todos

de Porto Alegre. Porto Alegre, o maior e capital da parat e são de uma indústria, indústria, indústria. E de dentro do tempo, de carter

ANEXO F

FASCISMO
Plano Collor

Qualquer semelhança não é mera coincidência

ÁLBUM




O presidente Fernando Collor (à esq), que assumiu o governo do Brasil no dia 15 de março, e o líder fascista Benito Mussolini —que tomou o poder na Itália em 1922—, numa foto de 1924



Durante visita a Niterói (RJ) e acompanhado de seus seguranças, o então candidato do PRN, Fernando Collor, participa de um encontro, confronto e celebração da exortação eleitoral do seu partido, no qual cultiva o hitlerismo: ressonância sonora e postura

Matéria comparando Collor a Mussolini, março de 1990

Da Redação

Um líder determinado, que regressou pela autoconfiança pela capacidade de comunicação de massa, chega ao poder aos 39 anos depois de uma carreira política fulminante, também pela esquerda, criticado pela imprensa liberal e pelos intelectuais, che se apóia nos setores mais pobres e de organizações da sociedade, a quem promete uma era de estabilidade e prosperidade, ao logo para restabelecer a autoridade do governo e a dignidade nacional.

Sua personalidade tumultuada é apresentada pela máquina de propaganda que ajudou a levá-lo ao poder, como indicio de vitalidade e da energia necessária para praticar as manobras que o país reclama, a fim de reforçar esta imagem, se cultiva os esportes, a participação nas mídias e pela publicidade. Imitando o exemplo de arrojados, seus partidários percorreram o país durante a campanha que antecedeu a posse realizando comícios barulhentos e espetáculos de rua com adversários, geralmente socialistas e comunistas.

Sua posse ocorre em meio a um clima de desconfiança financeira e desobediência da instância parlamentar. No conjunto de suas primeiras medidas ele inclui baixos e empresários, a quem acusa como causadores dos males que afligem a população. Ao discursar perante a Câmara dos Deputados, reconvencido, ele se jacta e se declara ter lido as cartas do Parlamento com atenção, mas não o filter. Logo, poderá poderes especiais para governar, que lhe seriam concedidos por uma Câmara reformada.

Fernando Collor de Mello? Benito Mussolini, o ditador fascista que por força da mobilização tomou o poder ao

posseiros proprietários, funcionários de classe média e finalmente até a alta burguesia, preocupada com a iminência de um governo de esquerda e que identificou no fascismo um mal menor. Manteve-se fiel ao seu nascimento, lado a lado com o movimento sindical, até nos símbolos: a camisa negra, característica dos seguidores de Mussolini, foi adotada porque essa era a cor dos militantes anarco-sindicalistas.

Renan Calheiros, Zélia Cardoso de Mello, Antonio Kandir, João Santana etc. estariam, nesse aspecto, inovando pouco quanto seu chefe, porque o modelo original sempre foi recheado de tráfugas da esquerda. Eram intelectuais socialistas que o sentimento de fracasso ou uma impaciência excessiva compeliu a aderirem às fanfarras triunfantes e que desde então passaram a votar um ódio feroz contra tudo o que parecesse intelectual ou soasse "progressista". O próprio Josef Goebbels vislumbrava em Hitler o messias capaz de implantar o verdadeiro socialismo na Alemanha; Mussolini, cuja profissão oficialmente era a de jornalista, foi redator-chefe do jornal socialista "Avanti!" até ser expulso por advogar a guerra depois de 1914.

Mussolini virou objeto de piada, dentro e fora da Itália. Seu histrionismo marcial, seus modos enfadados e patéticos, as derrotas militares que acumulou, a circunstância de que os mesmos recursos que nas mãos dos nazistas produziam terror nas suas se desfariam em franca patibação —tudo isso o tornou personagem de uma galeria folclórica e escatológica do humor italiano. Mas não era assim no início. O talento oratório de Mussolini, sua aptidão para o que hoje chamaríamos de marketing po-